

# **SELEÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE TEXTOS**

**IVAN BARBOSA HERMINE**

**ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL IV / VIII**

**CAPITALISMO MONOPOLISTA – O IMPERIALISMO**

**SÃO PAULO**

**2020**

## SUMÁRIO

### ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL IV / VIII

|  |    |
|--|----|
| 4 CAPITALISMO MONOPOLISTA – O IMPERIALISMO -----                   | 04 |
| 4.1 A Passagem para o Imperialismo -----                           | 04 |
| 4.2 A Concentração da Produção e os Monopólios                     |    |
| Os Monopólios e a Concorrência -----                               | 06 |
| 4.3 A Concentração e os Monopólios na Esfera Bancária.             |    |
| O Novo Papel dos Bancos -----                                      | 13 |
| 4.4 O Capital Financeiro e a Oligarquia Financeira -----           | 15 |
| 4.5 A Exportação de Capital -----                                  | 18 |
| 4.6 A Divisão Econômica do Mundo entre as Alianças de Capitalistas |    |
| Os Monopólios Internacionais -----                                 | 21 |
| 4.7 A Conclusão da Divisão Territorial do Mundo entre as Grandes   |    |
| Potências e a Luta pela sua Redivisão -----                        | 23 |
| 4.8 A Ação da Lei Econômica Fundamental do Capitalismo no          |    |
| Período do Imperialismo -----                                      | 26 |
| 4.9 O Aparecimento do Sistema Colonial do Imperialismo             |    |
| Essência do Colonialismo -----                                     | 31 |
| 4.10 As Colônias como Apêndices Agrários e de Matérias Primas      |    |
| das Metrôpoles -----   | 33 |
| 4.11 Os Métodos de Exploração Colonial das Massas Trabalhadoras.   |    |
| Particularidades da Estrutura de Classes dos Países Coloniais      |    |
| Dependentes -----  | 38 |
| 4.12 A Luta de Libertação Nacional dos Povos Coloniais -----       | 42 |
| 4.13 O Imperialismo: Último Estádio do Capitalismo -----           | 44 |
| 4.14 O Imperialismo, Capitalismo Parasitário ou em Decomposição -  | 47 |
| 4.15 O Imperialismo – Vésperas da Revolução Socialista -----       | 52 |
| 4.16 O Capitalismo Monopolista de Estado -----                     | 54 |
| 4.17 A Lei da Desigualdade do Desenvolvimento Econômico e          |    |
| Político dos Países Capitalistas no Período do Imperialismo ----   | 61 |
| 4.18 A Essência da Crise Geral do Capitalismo -----                | 65 |
| 4.19 A Primeira Guerra Mundial -----                               | 66 |

|  |     |
|--|-----|
| 4.20 A Vitória da Grande Revolução Russa de Outubro -----  | 68  |
| 4.21 A Crise do Sistema Colonial do Imperialismo -----   | 70  |
| 4.22 O Agravamento do Problema dos Mercados, o Crônico<br>Funcionamento das Empresas Abaixo de sua Capacidade<br>e o Crônico desemprego em Massa ----- | 73  |
| 4.23 Modificações no Ciclo Capitalista -----   | 76  |
| 4.24 A Segunda Guerra Mundial e o Início da Segunda Etapa da<br>Crise Geral do Capitalismo -----   | 81  |
| 4.25 Desagregação do Sistema Colonial do Imperialismo -----  | 84  |
| 4.26 Acentuação da Desigualdade do Desenvolvimento Capitalista -   | 88  |
| 4.27 Modificações no Curso do Ciclo Capitalista. Militarização da<br>Economia dos Países Capitalistas -----  | 91  |
| 4.28 A Acentuação da Exploração da Classe Proletária dos Países<br>Capitalistas -----  | 100 |
| 4.29 Acentuação da Opressão dos Monopólios na Agricultura,<br>A Crise Agrária e a Ruína do Campesinato -----   | 104 |
| 4.30 Deslocamentos na Correlação de Forças na Arena Internacional<br>e a Possibilidade de Evitar uma Nova Guerra Mundial -----                         | 108 |
| 4.31 Cronologia das Crises Capitalistas Mais Graves, desde 1929 --   | 112 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----   | 117 |
| APÊNDICE – Sobre a organização de textos -----   | 118 |
| ÍNDICE GERAL DA OBRA -----   | 120 |

## 4 CAPITALISMO MONOPOLISTA – O IMPERIALISMO

### 4.1 A Passagem para o Imperialismo

O capitalismo pré-monopolista, no qual domina a livre concorrência, atingiu o seu ponto mais alto de desenvolvimento nos anos de 60 a 70 do século XIX. No decurso do último terço do século XIX, teve lugar a passagem do capitalismo pré-monopolista ao capitalismo monopolista.

O *capitalismo monopolista* ou *imperialismo* é o estágio superior e último do capitalismo, cujo traço distintivo fundamental é a substituição da livre concorrência pelo domínio dos monopólios.

A passagem do capitalismo pré-monopolista ao capitalismo monopolista — ao imperialismo — foi preparada pelo desenvolvimento das forças produtivas, pela concentração da produção da sociedade burguesa.

O último terço do século XIX foi assinalado por grandes conquistas técnicas, pelo crescimento da indústria e por sua concentração. Novos métodos de fundição do aço alcançaram ampla aplicação na metalurgia (os processos de Bessemer, Martin e Thomas). A rápida difusão de novos tipos de motores — o motor de combustão interna, a turbina a vapor, o motor elétrico — acelerou o desenvolvimento da indústria e do transporte. Os êxitos da ciência e da técnica criaram a possibilidade da produção de energia elétrica, em grande escala, em usinas térmicas e posteriormente nas grandes centrais hidrelétricas. O emprego da energia elétrica levou a criação de uma série de novos ramos da indústria química e da metalurgia. Ampliou-se a aplicação de métodos químicos em muitos ramos e processos da produção. O aperfeiçoamento dos motores de combustão interna possibilitou o aparecimento e a difusão do transporte automobilístico e depois da aviação.

Em meados do século XIX, o lugar predominante, na indústria dos países capitalistas, ainda era ocupado pela indústria leve. Numerosas empresas de proporções relativamente pequenas pertenciam a proprietários isolados, sendo o peso específico das sociedades por ações comparativamente diminuto. A crise econômica de 1873 levou muitas dessas empresas à ruína e deu um forte impulso à concentração e centralização do capital. A indústria pesada passou a desempenhar o papel dominante na indústria dos principais países capitalistas — sobretudo a metalurgia e a construção de máquinas, assim como a indústria extrativa mineral, para cujo desenvolvimento eram necessários capitais gigantescos. A ampla difusão das sociedades por ações acelerou ainda mais a centralização do capital.

O capitalismo monopolista constituiu-se definitivamente no fim do século XIX e começo do século XX. A passagem ao capitalismo monopolista ocorreu em todos os países desenvolvidos. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento do imperialismo, em diferentes países, teve suas particularidades características. Assim, na Inglaterra, o imperialismo adquiriu um caráter colonial manifesto e na França, um caráter usurário.

A V.I. Lênin pertence o mérito histórico de haver empreendido a análise marxista do imperialismo como o estágio superior e, ao mesmo tempo, final do desenvolvimento do capitalismo, como a véspera da revolução socialista do proletariado. Em sua obra clássica *O Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo* e em uma série de outros trabalhos, escritos principalmente durante a Primeira Guerra Mundial, Lênin fez o balanço do desenvolvimento do capitalismo mundial durante o meio século transcorrido após a publicação de *O Capital*, de Marx. Apoiando-se nas leis do aparecimento, desenvolvimento e declínio do capitalismo, descobertas por Marx e Engels, Lênin realizou uma profunda análise científica da essência econômica e política do imperialismo, de suas leis e de suas contradições insolúveis.

Segundo a definição clássica de Lênin, as características econômicas fundamentais do imperialismo são as seguintes:

- 1) A concentração da produção e do capital, atingindo um grau tão alto de desenvolvimento que cria os monopólios, os quais desempenham papel decisivo na vida econômica;
- 2) A fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação da oligarquia financeira sobre a base deste “capital financeiro”;
- 3) A exportação do capital, diversamente da exportação de mercadorias, adquire uma significação particularmente importante;
- 4) Formam-se as uniões monopolistas internacionais de capitalistas que dividem o mundo entre si;
- 5) Termina a divisão territorial do mundo entre as maiores potências capitalistas.

#### **4.2 A Concentração da Produção e os Monopólios. Os Monopólios e a Concorrência**

A livre concorrência, que dominava na etapa pré-monopolista do capitalismo, condicionou o rápido processo de concentração da produção em empresas cada vez maiores. A ação da lei da concentração e centralização do capital conduziu inelutavelmente à vitória de um número reduzido de empresas grandes e muito grandes, em relação às quais milhões de pequenas e médias empresas desempenham um papel cada vez mais subordinado. Por sua vez, a concentração da produção preparou a passagem do domínio da livre concorrência para o domínio dos monopólios.

Na *Alemanha*, nas empresas da indústria, do comércio, dos transportes, etc., em que trabalhavam mais de 50 pessoas, estavam concentradas 22% de todos os operários e empregados em 1882; 30% em 1895; 37% em 1907; 47,2% em 1925; 49,9% em 1939. Na Alemanha ocidental, em 1957, estavam concentradas nestas

empresas 87,7% de todos os operários e empregados, e 37,5% nas maiores empresas (com mil e mais pessoas ocupadas).

Nos *Estados Unidos*, em 1904, as maiores empresas, com a produção no valor de um milhão de dólares ou mais, constituíam 0,9% do número total de empresas. Nestas empresas, estavam ocupados 25,6% do número total de operários e elas forneciam 38% da produção global da indústria. Em 1939, as maiores empresas, que constituíam 5,2% do número total, concentravam 55% dos operários ocupados e 67,5% da produção global da indústria. Um grupo ainda mais reduzido — 500 gigantescas corporações industriais dos Estados Unidos — produzia, em 1955, cerca de metade da massa total da produção industrial e obtinha 68% da massa total de lucros.

Na *França*, em 1954, mais de 48% dos salários foram pagos pelas maiores empresas que constituíam apenas 0,14% do número total de empresas.

A indústria da *Rússia* se distinguia por um alto grau de concentração. Na Rússia, em 1879, as grandes empresas (com mais de 100 operários) constituíam 4,4% de todas as empresas e concentravam 54,8% da soma total da produção. Em 1903, nas grandes empresas (com mais de 100 operários), concentravam-se 76,6% de todos os operários industriais. Estas empresas produziam a maioria esmagadora da produção industrial.

A concentração da produção verifica-se mais rapidamente na indústria pesada e particularmente nos ramos industriais novos (química, eletrotécnica, automobilística, etc.) retardando-se na indústria leve, na qual se conservam muitas pequenas e médias empresas.

Em determinado grau de seu desenvolvimento, a concentração da produção conduz em cheio ao monopólio. A grande envergadura da empresa dificulta a concorrência, torna-a particularmente destruidora por suas consequências e gera a tendência ao monopólio. Ao lado disso, é mais fácil chegar a acordo com algumas

dezenas de empresas gigantes do que com centenas e milhares de pequenas empresas. Assim, a livre concorrência é substituída pelo monopólio.

A essência *econômica* do imperialismo consiste nessa mudança. Entre os países capitalistas, existem diferenças quanto às formas dos monopólios ou quanto à época do seu aparecimento, mas a geração dos monopólios pela concentração da produção é uma lei para todos os países no estágio contemporâneo do desenvolvimento do capitalismo.

Os *monopólios* são enormes empresas capitalistas ou uniões de empresas capitalistas que concentram em suas mãos a parte mais importante da produção ou da venda de determinado produto, o que lhes dá a possibilidade de limitação da concorrência e do estabelecimento de altos preços monopolistas para as mercadorias. Com a venda das mercadorias por altos preços, os monopólios garantem a obtenção de altos lucros monopolistas.

São variadas as formas de organizações monopolistas. Já podem ser incluídos entre elas os acordos temporários sobre os preços de venda que recebem diversas denominações: convenções, “corners”, “rings”, etc.. As formas fundamentais de monopólios são os cartéis, os sindicatos, os trustes e os consórcios.

*Cartel* é a união monopolista, cujos participantes, conservando suas empresas na qualidade de unidades autônomas, entram em acordo sobre as condições de venda e os prazos de pagamento, dividem entre si os mercados de venda, determinam a quantidade de mercadorias produzidas, estabelecem preços. A quantidade de mercadorias que cada participante do cartel tem o direito de produzir e vender denomina-se *quota*. A violação das quotas acarreta o pagamento de multas à caixa do cartel.

*Sindicato* é a associação monopolista de empresas autônomas, na qual a venda de mercadorias e por vezes também a compra de matérias-primas realizam-se através de um escritório geral.



*Truste* é o monopólio em que a propriedade de todas as empresas foi unificada e seus proprietários se tornaram sócios que recebem os lucros de acordo com o número de quotas ou ações pertencentes a cada um. À frente do truste, encontra-se uma diretoria que dirige toda a produção, a venda dos produtos e as finanças das empresas anteriormente autônomas. Frequentemente, os trustes ingressam em uniões mais amplas, os consórcios.

*Consórcio* é a unificação de uma série de empresas de diferentes ramos da indústria, firmas comerciais, bancos, companhias de transportes e de seguros, à base da dependência financeira comum em relação a determinado grupo de grandes capitalistas que possui o controle sobre todas as empresas pertencentes ao consórcio.

Os monopólios ocupam os postos dominantes na economia dos países capitalistas. Abarcaram a indústria pesada e também muitos ramos da indústria leve, o transporte ferroviário e marítimo, o comércio interno e externo, os bancos, os negócios de seguros, o domínio sobre a agricultura.

Na siderurgia dos *Estados Unidos*, dominam oito monopólios, sob cujo controle se encontravam em 1956, 82% de toda a capacidade produtiva de aço do país, entre eles, os dois maiores — o truste United States Steel e a corporação Bethlehem Steel — dispunham de 50% de toda a capacidade produtiva. O monopólio mais antigo dos Estados Unidos é o truste de petróleo Standard Oil, que explora a riqueza petrolífera de dezenas de países. Três firmas possuem importância decisiva na indústria automobilística: a General Motors, a Ford e a Chrysler. Na indústria eletrotécnica ocupam posição dominante duas firmas: a General Electric e a Westinghouse. A indústria química é controlada, em grande medida, pelo consórcio Dupont de Nemours e a de alumínio pelo consórcio Mellon. No período posterior à Segunda Guerra Mundial, aumentou particularmente a importância dos consórcios que ocupam as posições principais na produção de armamentos, sobretudo da arma atômica: General Motors, General Electric e outros.

Na *Inglaterra*, O papel das uniões monopolistas cresceu particularmente após a Primeira Guerra Mundial, quando surgiram os cartéis nas indústrias têxtil e carbonífera, na siderurgia e em uma série de novos ramos da indústria. O truste químico inglês controla cerca de nove décimos de toda a produção da indústria química básica e quase toda a produção de material explosivo, tintas e azoto no país. É estreitamente ligado com os ramos mais importantes da indústria inglesa e, em particular, com os consórcios bélicos. Desempenham grande papel os monopólios especializados na exploração das colônias, sobretudo o consórcio Unilever. Os monopólios petrolíferos Royal Dutch Shell e British Petroleum (até 1954 denominava-se companhia de petróleo Anglo-Iraniana) possuem explorações petrolíferas e participam da extração de petróleo numa série de países do Oriente Próximo e Médio, do sudeste da Ásia e da América Latina.

Na *Alemanha*, os cartéis conseguiram ampla difusão a partir do fim do século passado. No período entre as duas guerras mundiais, dominavam na economia do país o truste do aço (Vereinigte Stahlwerke) que possuía cerca de 200 mil operários e empregados. O truste químico (Interessen-Gemeinschaft Farbenindustrie), com 100 mil operários e empregados, os monopólios da indústria carbonífera, o consórcio de canhões Krupp, os consórcios eletrotécnicos, Companhia Geral de Eletricidade e Siemens.

Na Alemanha ocidental, 74% de todo o capital das sociedades anônimas pertenciam, em 1952, às grandes sociedades anônimas (com mais de 10 milhões de marcos de capital). Em 1955, sua parte no total do capital das sociedades anônimas aumentou para 80%. Na indústria mineira, pertencem as grandes empresas 90% do capital das sociedades anônimas; 81% na siderurgia; 99% na indústria petrolífera. Na indústria eletrotécnica, oito grandes companhias possuem 82% do capital em ações. as maiores dentre elas — a Companhia Geral de Eletricidade e a Siemens — , juntamente com as firmas que se encontram sob seu controle, pertencem 75% de todo o capital em ações da indústria eletrotécnica.

Na *França*, atualmente, toda a produção de alumínio está concentrada nas mãos de uma companhia. Uma firma controla 80% de toda a produção de tintas. Três

companhias controlam: 75% da construção naval; 72% da indústria de cimento; 90% da produção de pneumáticos; 65% da indústria de açúcar. Nas empresas de quatro companhias, em 1953, teve lugar a produção de 93% dos automóveis. Cinco grandes companhias detêm em suas mãos: 70 a 75% de toda a produção de aço, 90% da indústria de refino do petróleo.

Na *Itália*, no *Japão*, e mesmo em países pequenos como a *Bélgica*, a *Suécia* e a *Suíça*, as organizações monopolistas ocupam os postos dominantes na indústria.

Na Rússia anterior à revolução, os grandes monopólios abarcavam os principais ramos da indústria pesada. O sindicato Prodamet (união para a venda dos produtos das empresas metalúrgicas), surgido em 1902, administrava as vendas de mais de quatro quintos do metal. Em 1904, foi organizado o sindicato Prodvagon que monopolizava quase inteiramente a produção e a venda de vagões. O sindicato Produgol abarcava três quartos de toda a extração de carvão do Donbass.

Os economistas burgueses, tentando embelezar o capitalismo contemporâneo, afirmam que a difusão dos monopólios supostamente liberta o regime burguês de males como a concorrência, a anarquia da produção, as crises. Na realidade, o domínio dos monopólios não somente não pode eliminar a concorrência, a anarquia da produção, as crises, como aguça ainda mais todas as contradições do capitalismo.

Lênin indicava que o imperialismo não pode reconstruir o capitalismo de cima a baixo. Ao lado do papel dominante dos monopólios, em todos os países conservam-se numerosas empresas capitalistas médias e pequenas e massas de pequenos produtores — camponeses e artesãos. O monopólio, que se forma numa série de ramos da produção, aumenta o caos inerente a toda a economia capitalista em seu conjunto.

Os monopólios, surgindo da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima dela e ao lado dela, gerando, desse modo, uma série de contradições, atritos e conflitos particularmente agudos e violentos.

**Em primeiro lugar**, a concorrência não cessa *dentro* dos monopólios. Os participantes dos sindicatos e dos cartéis lutam entre si por mercados mais vantajosos, por uma parte (quota) maior na produção e na venda. Nos trustes e consórcios, trava-se a luta pelos postos dirigentes, pelo lote de ações que controla a sociedade, pela distribuição dos lucros.

**Em segundo lugar**, realiza-se a concorrência *entre*, os *monopólios*, tanto entre os monopólios do mesmo ramo como entre os monopólios de diferentes ramos, quando um fornece mercadorias a outro (por exemplo, entre os trustes siderúrgico e automobilístico) ou quando produzem mercadorias que podem ser substituídas umas pelas outras (carvão, petróleo, energia elétrica). Nas condições de uma capacidade limitada do mercado interno, os monopólios que produzem artigos de consumo travam uma luta encarniçada pela venda de suas mercadorias.

**Em terceiro lugar**, a concorrência se realiza *entre os monopólios e as empresas não monopolistas*. Os ramos monopolizados acham-se numa situação privilegiada em relação aos outros ramos. Os monopólios adotam todas as medidas para o estrangulamento das empresas “marginais”, “selvagens”, que não ingressam nas uniões monopolistas. Apropriando-se de parte da mais-valia dos ramos e empresas não monopolizados, os monopólios elevam seus lucros.

Ao lado disso, o domínio dos monopólios confere, à luta de concorrência, proporções particularmente amplas e uma extrema agudeza. Estendeu-se em enorme medida a esfera dessa luta. Na etapa pré-monopolista do capitalismo, a luta de concorrência se travava quase exclusivamente em torno da venda de mercadorias e, além disso, principalmente dentro do mercado nacional limitado dos países, tomados por separado. Na etapa monopolista do capitalismo, a luta de concorrência se trava no mercado capitalista mundial e, a par disso, não somente em torno da venda de mercadorias, mas também pelas fontes de matérias-primas e pelas esferas de aplicação de capital.

Os meios e métodos de luta de concorrência empregados pelos monopólios revestem-se de um caráter particularmente agudo e destruidor. Para estrangular o

adversário, os monopolistas põem em prática todos os processos possíveis de violência direta, de suborno e de chantagem, recorrem a maquinações financeiras complexas, utilizam amplamente o aparelho do Estado.

O desenvolvimento dos monopólios significa uma enorme socialização da produção, mas os frutos dessa socialização caem nas mãos de alguns monopolistas, cujo domínio sobre o resto da população torna-se particularmente opressivo. Verifica-se um maior aprofundamento da contradição fundamental do capitalismo — a contradição entre o caráter social da produção e a forma capitalista privada da apropriação — e, em consequência disso, as crises se tornam ainda mais devastadoras.

Os apologistas dos monopólios, que difundem a teoria do “capitalismo popular”, baseiam-se em que, mesmo nos países capitalistas mais desenvolvidos, ao lado dos monopólios existe uma grande quantidade de pequenas e médias empresas na esfera da indústria e do comércio. Os fatos demonstram, porém, que milhões de pequenas empresas, existentes ao lado de poucas empresas gigantes, vivem sob o pavor constante da morte e da ruína. Assim é que nos Estados Unidos, no período de 1945 a 1950, surgiram cerca de 2,6 milhões de pequenas empresas, mas pereceram acima de 1,8 milhões. Em cada dezena de novas empresas pequenas, três habitualmente subsistem menos de um ano, duas vivem não mais de dois anos e uma ou duas conseguem durar quatro anos. Somente um quarto delas logra sobreviver seis ou mais anos. Apenas poucas empresas pequenas são transferidas aos filhos ou aos netos de seus fundadores.

#### **4.3 A Concentração e os Monopólios na Esfera Bancária. O Novo Papel dos Bancos**

Não se pode ter uma compreensão suficientemente completa sobre a força real e a importância dos monopólios atuais, se não se der atenção ao papel dos bancos. Nos negócios bancários, como na indústria, realiza-se a concentração do capital e a passagem da livre concorrência ao monopólio.

Inicialmente os bancos serviam principalmente como intermediários nos pagamentos. Com o desenvolvimento do capitalismo, ampliou-se a atividade dos bancos como comerciantes de capital. A acumulação de capital e a concentração da produção na indústria levaram à centralização nos bancos de enormes meios monetários livres, à procura de aplicação lucrativa. Cresceu continuamente a parte dos grandes bancos na massa geral dos giros bancários.

A concentração nos negócios bancários, do mesmo modo que na indústria, conduz ao monopólio. Mediante a compra de ações, a concessão de créditos, etc., os maiores bancos submetem os pequenos. Tendo conquistado uma posição monopolista, os grandes bancos concluem acordos entre si para a divisão das esferas de influência. Formam-se as uniões monopolistas de bancos. Cada uma dessas uniões comanda dezenas, às vezes centenas de bancos menores, que na prática se tornam filiais dos grandes. Por meio do desenvolvimento da rede de sucursais, os grandes bancos reúnem em suas caixas os meios de grande número de empresas. Quase todo o capital monetário da classe dos capitalistas e a poupança de outras camadas da população ficam à disposição de pequenos grupos de negociistas bancários.

Nos *Estados Unidos*, 20 maiores bancos possuíam, em 1900, 15% da soma total dos depósitos de todos os bancos do país; 19% em 1929; 27% em 1939; e 29% em 1952. Na *Inglaterra*, a soma dos balanços de cinco maiores bancos constituía, em 1900, 28% da soma total dos balanços de todos os bancos de depósito ingleses; 37% em 1916, 73% em 1929, e 79% em 1952.

Na *França*, seis bancos de depósitos em 1952 possuíam 66% da soma total dos depósitos de todos os bancos franceses.

Em 1954, na *Alemanha ocidental*, apenas três maiores bancos dispunham de 59% dos depósitos de todos os bancos de crédito.

A concentração da indústria e a formação dos monopólios bancários conduzem a modificação essencial das inter-relações entre os bancos e a indústria. Com o

aumento das proporções das empresas, adquirem importância cada vez maior os grandes créditos a longo prazo, concedidos pelos bancos aos capitalistas industriais. O crescimento da massa de depósitos, que se encontra à disposição dos bancos, abre amplas possibilidades para essa aplicação, a longo prazo, dos recursos dos bancos na indústria.

A forma mais difundida de colocação dos recursos monetários dos bancos na indústria é a compra de ações de diversas empresas. Os bancos contribuem para a formação de sociedades por ações, tomando a si a reorganização de empresas de capitalistas isolados, sob a forma de sociedades anônimas e a criação de novas sociedades anônimas (incorporação). A venda e a compra de ações se realizam, em escala cada vez maior, por intermédio dos bancos.

Os interesses dos bancos e das empresas industriais entrelaçam-se cada vez mais estreitamente. Quando um banco financia algumas grandes empresas de determinado ramo, está interessado no acordo monopolista entre elas e contribui para tal acordo. Por este meio, os bancos fortalecem e aceleram, muitas vezes, o processo de concentração e centralização do capital e a formação dos monopólios.

A transformação dos bancos, de simples intermediários, num punhado de monopolistas onipotentes, constitui um dos processos fundamentais de transformação do capitalismo da época da livre concorrência em capitalismo monopolista.

#### **4.4 O Capital Financeiro e a Oligarquia Financeira**

Como resultado do fato de que os bancos se tornam coproprietários de empresas industriais, comerciais e de transportes, ao adquirirem suas ações e obrigações, sendo que também os monopólios industriais possuem ações dos bancos a eles ligados, verifica-se o entrelaçamento, a união dos capitais monopolistas bancário e industrial. Surge um novo tipo de capital — o capital financeiro.

O *capital financeiro* é o capital unificado dos monopólios bancários e industriais. A época do imperialismo é a época do capital financeiro.

Ao definir o capital financeiro, Lênin assinalou três aspectos mais importantes:

- 1 - A concentração da produção;
- 2 - Os monopólios dela decorrentes;
- 3 - A fusão ou a união dos bancos com a indústria — eis a história do aparecimento do capital financeiro e o conteúdo deste conceito.

A união do capital bancário com o capital industrial manifesta-se claramente sob a forma da união pessoal dos dirigentes dos monopólios bancários e industriais. As mesmas pessoas encabeçam as grandes uniões monopolistas nos negócios bancários, na indústria, no comércio e em outros ramos da economia capitalista.

Na *Alemanha*, antes da Primeira Guerra Mundial, seis maiores bancos berlinenses possuíam seus prepostos como diretores de 344 empresas industriais e como membros da administração em mais 407, ou seja, ao todo, em 751 sociedades.

Por outro lado, nos órgãos dirigentes destes seis bancos encontravam-se 51 grandes industriais. Posteriormente, esta união pessoal atingiu um desenvolvimento ainda maior. Em 1932, pertenciam aos órgãos dirigentes, dos três principais bancos berlinenses, 70 grandes representantes da indústria.

Nos *Estados Unidos*, em 1950, um pequeno grupo de 400 industriais e banqueiros ocupava um terço dos 3.705 postos dirigentes nas 250 maiores corporações (sociedades anônimas) que possuíam 42% de todos os capitais do país.

O capital financeiro submete cada vez mais não somente a indústria, mas também a agricultura. São variadas as formas desta submissão. Em todos os países capitalistas, realiza-se a união dos monopólios bancários com a grande propriedade territorial. Em escala crescente, os bancos concentram em suas mãos a propriedade da terra. A especulação com terrenos, particularmente nos arredores



das cidades que crescem com rapidez, é uma das operações altamente lucrativas do capital financeiro. A revenda de terrenos, por elevados preços monopolistas, enriquece os bancos e os grandes proprietários. O sistema de crédito hipotecário dá aos bancos a possibilidade de arruinar os pequenos e médios proprietários e concentrar em seu poder as terras a eles pertencentes. O capital bancário entrelaça-se estreitamente com as organizações monopolistas no terreno da produção, do transporte e da venda dos produtos agrícolas.

Em cada país capitalista, um punhado de grandes banqueiros e industriais monopolistas tem em suas mãos todos os ramos vitalmente importantes da economia, dispondo da maioria esmagadora da riqueza social. A gestão dos monopólios capitalistas inevitavelmente se converte no domínio da *oligarquia financeira* (a palavra grega “oligarquia” significa literalmente “domínio de poucos”).

O domínio da oligarquia financeira no terreno econômico realiza-se antes de tudo por meio do chamado “sistema de participação”. Este sistema consiste em que um grande homem de negócios ou um grupe de homens de negócios tem em suas mãos a sociedade anônima fundamental (“sociedade-mãe”) que encabeça o consórcio. Esta sociedade, por sua vez, possuindo o lote de ações que assegura o controle, domina as “sociedades-filhas”, dependentes dela. Estas, por meio análogo, administram as “sociedades-netas” e assim por diante. Por meio deste sistema, os negociastas financeiros têm a possibilidade de dispor de enormes somas de capital alheio.

Com a ajuda de um sistema de participação amplamente ramificado, oito maiores grupos financeiros dos Estados Unidos — Morgan, Rockefeller, First National City Bank, Dupont, Mellon, Cleveland, Chicago e Bank of America — ocupam posição dominante em toda a economia do país. A soma dos ativos controlados por estes oito grupos financeiros, segundo dados de 1955, era igual a 218,5 bilhões de dólares. Desta forma, 65,3 bilhões pertenciam ao grupo Morgan, £1,4 bilhões a Rockefeller e 22 bilhões de dólares ao grupo de Chicago.

A oligarquia financeira, desfrutando um monopólio de fato, obtém massas imensas de lucros que crescem rapidamente, como resultado da incorporação (isto é, da criação de sociedades anônimas), da emissão de ações e obrigações, da colocação de empréstimos estatais, de encomendas vantajosas do Estado. O capital financeiro, concentrado em poucas mãos, extrai um tributo cada vez maior da sociedade.

A oligarquia financeira domina também no terreno político. A política interna e externa dos governos burgueses serve aos interesses egoístas dos grandes monopólios.

#### **4.5 A Exportação de Capital**

O capitalismo pré-monopolista, no qual dominava a livre concorrência, se caracterizava pela exportação de mercadorias. O capitalismo imperialista, onde dominam os monopólios, caracteriza-se pela exportação de capital.

O traço distintivo característico do capitalismo é o crescimento das trocas, tanto no interior de cada país, como particularmente das trocas internacionais. Na época do imperialismo, o comércio internacional se amplia ainda mais, porém, a exportação de capital começa a desempenhar um papel particularmente importante.

*A exportação de capital* para o exterior realiza-se com o objetivo de obter elevados lucros monopolistas. Ela se verifica sob duas formas fundamentais:

ou por meio da concessão de empréstimos a governos, cidades ou bancos de outros países,

ou por meio da criação, no estrangeiro, de empresas industriais, comerciais e bancárias, concessões, construção de estradas-de-ferro e também pela compra, a preço ínfimo, de empresas já existentes nos países debilitados (como consequência das guerras, por exemplo).

A exportação de capital é condicionada, em primeiro lugar, pelo domínio dos monopólios em todos os países de capitalismo desenvolvido e, em segundo lugar, pela situação monopolista de alguns países mais ricos, nos quais a acumulação de capital atingiu imensas proporções. Nestes países, no limiar do século XX, surgiu um vultoso “excedente de capital”.

O “excedente de capital” nos países capitalistas desenvolvidos possui caráter relativo, pois nestes países o baixo nível de vida das massas torna-se um obstáculo para o crescimento ulterior da produção, aumenta o atraso da agricultura em relação à indústria e, em geral, a desigualdade de desenvolvimento dos diversos ramos da economia. Se o capitalismo pudesse eliminar a oposição entre a cidade e o campo, elevar o nível de vida das massas trabalhadoras, então não se poderia falar de nenhum “excedente de capital”, mas, então, o capitalismo não seria capitalismo, uma vez que tanto a desigualdade de desenvolvimento como o baixo nível de vida das massas da população constituem condições e premissas básicas desse modo de produção.

A necessidade de exportação do capital é criada pelo fato de que, em alguns países, o capitalismo “amadureceu demais” e faltam ao capital (nas condições do atraso da agricultura e da pobreza das massas) possibilidades de colocação “lucrativa”.

Em busca de altos lucros, o capital “excedente” afluí ao exterior. O capital é exportado preferentemente para os países atrasados, nos quais há poucos capitais, os salários são baixos, a matéria-prima barata e o preço da terra relativamente pouco elevado. Nestes países, o capital monopolista tem a possibilidade de obter, e realmente obtém, enormes lucros. A exportação de capital está estreitamente ligada com o crescimento da exportação de mercadorias. Os monopólios que exportam capital, habitualmente impõem ao país-devedor suas mercadorias a preços vantajosos para os monopólios. Os monopólios estrangeiros apoderam-se dos mercados de venda e das fontes de matérias-primas dos países devedores.

Além dos países atrasados, o capital é exportado também para os países industrialmente desenvolvidos. Isto ocorre nos períodos de desenvolvimento

particularmente acelerado destes países, os quais suscitam a necessidade da afluência de capitais do exterior (por exemplo, os Estados Unidos antes da Primeira Guerra Mundial) ou então nas condições de debilitamento desses países, provocado pela guerra (a Alemanha, depois da Primeira Guerra Mundial, os países capitalistas da Europa ocidental, depois da Segunda Guerra Mundial).

Os economistas e políticos burgueses apresentam a exportação de capital como se fosse “ajuda” e “benefício” prestado aos povos atrasados pelos países capitalistas desenvolvidos. Na realidade, a exportação de capital, ao acelerar o desenvolvimento das relações capitalistas nos países atrasados, conduz simultaneamente à escravização e à pilhagem desses países pelos monopólios estrangeiros. A exportação de capital é um dos fundamentos do sistema de opressão imperialista, com o qual alguns ricos países usurários exploram a maior parte do mundo. Como consequência da exportação de capital, o mundo se divide em um punhado de Estados usurários e a maioria gigantesca de Estados devedores.

A exportação de capital tem sérias consequências também para os países que exportam capital. Estes países, por um lado, multiplicam sua riqueza e fortalecem suas posições no mercado mundial. Eles conseguem uma afluência constante de mais-valia provinda do exterior, sob a forma de juros de empréstimos ou de lucros das empresas no estrangeiro. Por outro lado, a exportação de capital conduz a um certo estorvo no desenvolvimento dos países que exportam capital, porquanto limita a possibilidade de expansão das inversões de capital dentro do país. Um dos resultados importantes da exportação de capital é o crescimento da rivalidade entre as potências, a luta pelas esferas mais vantajosas de aplicações de capital.

Antes da Primeira Guerra Mundial, os principais países exportadores de capital eram a Inglaterra, a França e a Alemanha. Suas inversões de capital no exterior atingiam 175 a 200 bilhões de francos: a Inglaterra, de 75 a 100 bilhões; a França, 60 bilhões; a Alemanha, 44 bilhões de francos. A exportação de capital dos Estados Unidos ainda não desempenhava um grande papel, constituindo menos de 10 bilhões de francos.

Depois da guerra de 1914 / 1918, ocorreram grandes modificações na exportação mundial de capital. A Alemanha perdeu seus capitais no exterior. Reduziram-se consideravelmente as inversões de capital da Inglaterra e da França no exterior e a exportação de capital dos Estados Unidos aumentou grandemente.

Após a Segunda Guerra Mundial, em 1949, as inversões norte-americanas de capital no exterior superavam o total das inversões de capital de todos os demais países capitalistas, tomados em conjunto. A soma total dos capitais norte-americanos invertidos no exterior cresceu de 11,4 bilhões de dólares em 1939 para 49,5 bilhões de dólares em 1956. As inversões norte-americanas de capital, dirigidas aos países subdesenvolvidos da América Latina e do Oriente Médio, produzem lucros gigantescos. Assim, na década de 1946 / 1955, os lucros obtidos pelas inversões de capital norte-americano, na América Latina, atingiram cerca de 7 bilhões de dólares. Nos mesmos dez anos, as novas inversões de capital dos Estados Unidos, na América Latina, chegaram a 2 bilhões de dólares e, juntamente com a aplicação de parte dos lucros, as inversões norte-americanas de capital nessa região aumentaram em 3,6 bilhões de dólares.

#### **4.6 A Divisão Econômica do Mundo entre as Alianças de Capitalistas. Os Monopólios Internacionais**

À medida em que cresce a exportação do capital, à medida em que se ampliam os laços e as “esferas de influência” dos grandes monopólios no exterior, criam-se condições para a divisão do mercado mundial entre eles. Formam-se os monopólios internacionais.

Os *monopólios internacionais* são acordos entre os maiores monopólios de diferentes países sobre a divisão de mercados, a política de preços, as proporções da produção. A formação dos monopólios internacionais significa um novo grau da concentração e centralização da produção e do capital, incomparavelmente mais elevado do que os precedentes. Muitos monopólios internacionais são criados com a

participação ativa dos Estados capitalistas, constituindo um dos principais meios de sua expansão econômica.

Lênin indicava que, na época do capital financeiro, os monopólios privados e estatais entrelaçam-se e unificam-se, uns e outros constituem apenas elos particulares da luta imperialista pela divisão do mundo.

Os defensores dos monopólios internacionais esforçam-se por apresentá-los como instrumento de paz, assegurando que os acordos internacionais monopolistas podem conciliar, por meios pacíficos, as contradições que surgem entre os grupos e países imperialistas. Semelhantes afirmações nada têm de comum com a realidade.

Com efeito, a divisão econômica do mundo, pelos monopólios internacionais, se realiza de acordo com o poderio de cada uma das partes e a força dos grupos monopolistas modifica-se. Cada um deles luta continuamente pela elevação de sua quota, pela ampliação da esfera de exploração monopolista. As mudanças na correlação de forças acarretam inevitavelmente o agravamento da luta pela redivisão dos mercados, o agravamento das contradições entre os diferentes grupos e os Estados que os apoiam. Os acordos internacionais de monopolistas distinguem-se pela instabilidade e encerram a fonte de conflitos inevitáveis.

Os monopólios internacionais começaram a surgir nas décadas de 60 a 80 do século XIX. No final deste século, não havia mais de 40. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, existiam em todo o mundo cerca de 100 cartéis internacionais e, antes da Segunda Guerra Mundial, mais de 300.

Ainda antes da Primeira Guerra Mundial, o mercado petrolífero estava repartido de fato entre o truste americano Standard Oil, pertencente a Rockefeller, e o consórcio Royal Dutch Shell, sob a influência predominante do capital inglês. O mercado de produtos eletrotécnicos estava dividido entre duas firmas monopolistas: a Companhia Geral de Eletricidade, alemã, e a General Electric Corporation, norte-americana, controlada pelo grupo Morgan.

Os acordos monopolistas internacionais abarcavam até mesmo uma esfera como a produção de armamentos. As maiores firmas que fabricavam material bélico — a Armstrong-Vickers, na Inglaterra; a Schneider-Creusot, na França; a Krupp, na Alemanha; a Bofors, na Suécia — estavam ligadas entre si durante um período prolongado.

Os monopólios internacionais desempenharam um grande papel na preparação da Segunda Guerra Mundial. Os maiores monopólios dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França, ligados por acordos cartelizadores com os trustes alemães, inspiraram e orientaram a política dos círculos dirigentes desses países — política de estímulo e instigação à agressão hitlerista, que levou à guerra.

Depois da Segunda Guerra Mundial, surgiram grandes monopólios internacionais, dos quais participam diretamente vários Estados. Entre tais monopólios se encontra particularmente a chamada Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, de que fazem parte a República Federal Alemã, a França, a Itália, a Bélgica, a Holanda e Luxemburgo.

#### **4.7 A Conclusão da Divisão Territorial do Mundo entre as Grandes Potências e a Luta pela sua Redivisão**

Juntamente, com a divisão econômica do mundo entre as alianças de capitalistas, e em ligação com ela, realiza-se a divisão do mundo entre os Estados imperialistas, a luta pela conquista de terras alheias, a luta pelas colônias e semicolônias.

Denominam-se *colônias* os países privados de independência estatal e que constituem possessões dos Estados-metrópoles imperialistas. Ao lado das colônias, na época do imperialismo, existem diferentes tipos de *países semicoloniais* e *dependentes*. São países subdesenvolvidos, objeto de exploração colonial por parte das potências imperialistas e que se encontram sob dependência econômica e política desses Estados, mas conservam uma independência formal.

São típicos dessa época não apenas dois grupos fundamentais de países: os que possuem colônias e as colônias, mas também diversas formas de países dependentes, politicamente independentes do ponto de vista formal, porém, na realidade, emaranhados numa rede de dependência financeira e diplomática.

No curso de sua expansão por todo o mundo, o capitalismo engendrou a tendência à aproximação econômica de países separados, a liquidação do isolamento nacional e a unificação gradual de imensos territórios em um todo interligado. A escravização das colônias e dos países dependentes pelas potências imperialistas é o processo por meio do qual o capitalismo monopolista realiza a unificação econômica gradual de enormes territórios. Esta unificação se realiza por meio da criação dos *impérios coloniais*, baseados na opressão e na exploração impiedosa dos países coloniais e dependentes pelas metrópoles

No período do imperialismo, chega à conclusão a formação do sistema capitalista de economia mundial que se baseia em relações de dependência dos países fracos para com os fortes, em relações de domínio e subordinação. Por meio da crescente exportação de capital, da ampliação das “esferas de influência” e das conquistas coloniais, os países imperialistas submeteram ao seu domínio os povos das colônias e dos países dependentes.

O capitalismo transformou-se em um sistema mundial de opressão colonial e asfixia financeira da imensa maioria da população da terra por um punhado de países “avançados”.

Deste modo, as economias nacionais se converteram em elos de uma só cadeia, da chamada economia mundial. Juntamente com isso, o mundo dividiu-se em um pequeno grupo de países imperialistas que exploram e oprimem os países coloniais e dependentes e a imensa maioria de países coloniais e dependentes, cujos povos travam a luta pela sua libertação do jugo do imperialismo.

Os defensores da burguesia representam o domínio imperialista nas colônias, sob a forma de uma “missão civilizadora” que teria como objetivo conduzir os povos



atrasados ao caminho do progresso e do desenvolvimento independente. Na realidade, entretanto, o imperialismo condena os países coloniais e dependentes ao atraso econômico e centenas de milhões de habitantes desses países à opressão e à escravização, à falta de direitos e à miséria, à fome e à ignorância, em escala sem precedentes. A conquista das colônias pelas potências imperialistas leva a um agravamento extremo da opressão nacional e da discriminação racial. Segundo a caracterização de Lênin, o capitalismo na etapa imperialista deixou de ser um libertador de nações, como havia sido no período da luta contra o feudalismo, e converteu-se em um opressor monstruoso de nações.

No começo do século XX, a divisão do mundo havia terminado. A política colonial dos países capitalistas levou à conquista de todas as terras não ocupadas pelos imperialistas. Não restando mais terras “livres”, criou-se uma situação em que cada nova conquista pressupõe a tomada de territórios do seu possuidor. A conclusão da divisão do mundo colocou na ordem-do-dia a luta pela sua *redivisão*.

A luta pela redivisão do mundo já dividido é um dos traços distintivos fundamentais do capitalismo monopolista. Esta luta, em última instância, toma a forma de luta pelo domínio do mundo. Nisto, reside a base econômica para a gestação das guerras, a qual subsiste, enquanto existir o imperialismo. As guerras foram inevitáveis durante todo o período em que o imperialismo constituiu um sistema único dominante e as forças sociais contrárias à guerra eram insuficientemente organizadas e potentes para opor uma resistência ativa aos esforços imperialistas, no sentido de desencadear a guerra.

As guerras imperialistas e a corrida armamentista acarretam, para os povos de todos os países capitalistas, imensas privações e custam milhões de vidas humanas. Ao lado disso, as guerras e a militarização da economia constituem fonte de renda para os monopólios, proporcionando-lhes lucros particularmente elevados.

#### 4.8 A Ação da Lei Econômica Fundamental do Capitalismo no Período do Imperialismo

Como já foi dito, a substituição da livre concorrência, pelo domínio dos monopólios, gera novos aspectos que distinguem o período do imperialismo do período do capitalismo pré-monopolista. Estes novos aspectos do imperialismo surgiram como desenvolvimento e continuação das propriedades fundamentais do capitalismo em geral. A passagem ao imperialismo não anula as leis do capitalismo, mas apenas modifica sua ação. Nas obras de Lênin, dedicadas à descoberta da essência do imperialismo, estão indicadas as particularidades da ação das leis econômicas do capitalismo na sua etapa monopolista de desenvolvimento.

O imperialismo — escreveu V.I. Lênin —, na realidade, não reconstrói e *não pode reconstruir* o capitalismo de cima a baixo. O imperialismo complica e aguça as contradições do capitalismo, “mistura” os monopólios com a livre concorrência, mas *não pode eliminar* a troca, o mercado, a concorrência, as crises, etc..

A lei econômica fundamental do capitalismo — a lei da mais-valia — atua em todas as etapas do capitalismo. Na etapa do imperialismo, como decorrência do domínio dos monopólios, ela alcança um ulterior desenvolvimento. Sabe-se que, na sociedade capitalista, o lucro representa uma forma modificada da mais-valia. A caça ao lucro mais elevado é um traço característico do capitalismo. No período do capitalismo pré-monopolista, a lei do lucro médio possui uma importância dominante. Cada capitalista isolado esforça-se por obter o superlucro (lucro suplementar) — um excedente acima do lucro médio, mas a livre concorrência não oferece a possibilidade de manter esse superlucro durante um período prolongado. Na etapa do capitalismo monopolista, a situação se modifica. Concentrando a maior parte da produção de certas mercadorias e esmagando seus concorrentes, os cartéis, trustes e consórcios têm a possibilidade de obter um elevado lucro monopolista.

O *elevado lucro monopolista* compreende o excedente de lucro acima do lucro médio capitalista, obtido pelos monopólios como resultado de seu domínio em uma ou outra esfera da produção ou da troca.

As mercadorias produzidas pelos monopólios são vendidas, não pelo preço de produção, mas por um preço mais alto, monopolista. O *preço monopolista* é igual ao preço de custo mais o elevado lucro monopolista. O preço monopolista é mais alto do que o preço de produção e, via de regra, supera o valor das mercadorias.

Desse modo, à base do domínio dos monopólios, atua no imperialismo a *lei do elevado lucro monopolista*, como manifestação e desenvolvimento da lei econômica fundamental do capitalismo.

Na etapa do imperialismo, a mais-valia continua a ser a base dos elevados lucros monopolistas dos cartéis, trustes e consórcios. Cresce em enormes proporções a exploração dos operários nas empresas capitalistas, eleva-se também a exploração adicional dos operários através do sistema tributário e do mecanismo de preços, entretanto, a mais-valia criada pelos operários nas empresas capitalistas não é a única fonte do elevado lucro monopolista. Os monopólios conseguem superlucros também por meio da conquista de uma parte maior da mais-valia, em consequência do que diminui o nível médio dos lucros dos ramos e empresas não-monopolizados; por meio da apropriação, pelos monopólios, de uma parte considerável do valor produzido pelos pequenos produtores (sobretudo pelos camponeses) e pelos povos explorados do mundo colonial.

Os monopólios utilizam o progresso da técnica para o aumento de seus lucros, obtêm a elevação do grau de exploração dos operários por meio da aplicação de todos os possíveis sistemas extenuantes de organização e pagamento do trabalho, que levam a uma extrema intensificação do trabalho nas empresas. A intensificação do trabalho importa em um enorme crescimento da taxa e da massa de mais-valia extraída da classe operária. Além disso, a intensificação do trabalho leva a que um grande número de operários se torne excedente e caia nas fileiras do exército de desempregados, privado da esperança de voltar à produção. São dispensados das empresas também os operários cujas forças não possibilitam uma aceleração extrema dos processos de produção.

Nos Estados Unidos, a taxa de mais-valia na indústria mineira e de transformação, computada à base de dados oficiais, era de 145% em 1889, de 165% em 1919, de 210% em 1929, de 220% em 1939 e de cerca de 260% em 1947. Deste modo, em menos de 60 anos, a taxa de mais-valia cresceu quase 1,8 vezes.

Ao mesmo tempo, o aumento da carestia da vida e a elevação da carga tributária reduzem o salário real. Na época do imperialismo, cresce a diferença entre o salário do operário e o valor de sua força de trabalho. O aumento da exploração da classe operária, no processo da produção, é acompanhado pela pilhagem dos trabalhadores como consumidores. Os operários são obrigados a pagar em excesso grandes somas aos monopólios que estabelecem altos preços monopolistas para as mercadorias que produzem e vendem. Tudo isto implica no incremento da ação da lei geral da acumulação capitalista que condiciona o empobrecimento relativo e absoluto do proletariado.

A exploração dos camponeses e particularmente a exploração das colônias e dos países dependentes constituem fontes das mais importantes dos gigantescos superlucros dos monopólios capitalistas.

A exploração das massas fundamentais do campesinato pelos monopólios expressa-se principalmente no fato de que o domínio dos monopólios gera uma diferença crescente entre o nível de preços dos produtos agrícolas e das mercadorias industriais (as chamadas “tesouras” de preços). Vendendo mercadorias por preços inflacionados, ao mesmo tempo os monopólios compram aos camponeses os produtos de sua lavoura por preços extremamente reduzidos (baixos preços monopolistas de compra). Constituindo um instrumento para a sucção de recursos da agricultura, os preços monopolistas entravam o seu desenvolvimento. Uma das armas mais efetivas para o arruinamento das economias camponesas é a difusão do crédito hipotecário. Os monopólios enredam os camponeses em dívidas e depois apropriam-se, por preços ínfimos, de suas terras e propriedades.

A compra de produtos da economia camponesa, pelos monopólios, a preços extremamente baixos, não significa de modo algum que o consumidor urbano se beneficie com gêneros alimentícios baratos. Entre o camponês e o consumidor urbano estão os intermediários — os comerciantes —, unificados em organizações monopolistas que arruinam os camponeses e espoliam os consumidores urbanos.

A exploração dos países economicamente atrasados e dependentes, pela burguesia dos Estados imperialistas, é um aspecto inerente ao capitalismo monopolista. O imperialismo não pode viver e desenvolver-se sem uma afluência incessante de tributos de outros países. Esses tributos resultam da exploração cruel das massas trabalhadoras do mundo colonial. Os monopólios se enriquecem por meio das trocas não-equivalentes, isto é, por meio da venda de suas mercadorias, nos países coloniais e dependentes, a preços que superam consideravelmente seu valor, e da compra de mercadorias produzidas nestes países a preços excessivamente baixos, que não compensam o seu valor. Os monopólios conseguem grandes lucros por meio de empréstimos a juros altos, concedidos às colônias e também por meio de operações de transportes, de seguros e bancárias. Lênin acentuava que a essência econômica e política do imperialismo consiste em que um punhado de grandes monopólios obtém superlucros de bilhões, oprime centenas de milhões de habitantes dos países atrasados e luta pela divisão dos despojos.

Um instrumento importante para a elevação monopolista dos preços é a política alfandegária dos Estados burgueses. Na época da livre concorrência, recorriam às

altas tarifas alfandegárias os países cuja indústria necessitava defesa em face da concorrência estrangeira. Na época do imperialismo, pelo contrário, as altas tarifas servem aos monopólios como instrumentos de ataque na luta pela conquista de novos mercados. As tarifas elevadas ajudam a sustentar os preços monopolistas dentro do país.

Com o objetivo de conquistar novos mercados externos, os monopólios aplicam amplamente o “dumping” — a venda de mercadorias no exterior a preços ínfimos, consideravelmente abaixo dos preços de produção e, até mesmo, do preço de custo do mercado interno e frequentemente do mercado mundial. A expansão das vendas no exterior, por meio do “dumping”, permite sustentar altos preços no interior do país sem reduzir a produção e, com isso, as perdas ocasionadas pelas exportações a preços ínfimos são cobertas às custas da elevação dos preços no mercado interno. Em seguida, quando o mercado externo em questão já está conquistado e consolidado pelos monopólios, eles passam a venda das mercadorias por altos preços monopolistas.

Finalmente, um dos caminhos para assegurar altos lucros monopolistas é o das guerras e da militarização da economia. As guerras enriquecem fabulosamente os magnatas do capital financeiro e, nos intervalos entre as guerras, os monopólios se esforçam por conservar o nível elevado de seus lucros por meio de uma desenfreada corrida armamentista. As guerras e a militarização da economia proporcionam aos monopolistas volumosas encomendas bélicas, pagas pelo tesouro a preços elevados e uma torrente abundante de empréstimos e subsídios provenientes dos meios do orçamento estatal. Nas condições de guerra, a legislação do trabalho é frequentemente violada ou mesmo anulada, os trabalhadores são mobilizados e as greves proibidas. Tudo isto dá aos capitalistas a possibilidade de elevar o grau de exploração dos operários por meio do aumento da intensidade do trabalho. Ao mesmo tempo, o nível de vida das massas trabalhadoras é rebaixado, em consequência do crescimento dos impostos e da carestia de vida. A militarização da economia capitalista, tanto nas condições de guerra como nos tempos de paz, significa o brusco aumento da exploração das massas trabalhadoras com o objetivo de elevar os lucros dos monopólios.

Assim, o preço monopolista e o elevado lucro monopolista expressam o aumento da exploração do trabalho e o agravamento das contradições do capitalismo na etapa do imperialismo.

Como foi dito antes, os monopólios não podem eliminar a concorrência na época do imperialismo. A particularidade distintiva do imperialismo é a união de princípios que se contradizem mutuamente – os monopólios e a concorrência. A

obtenção de elevados lucros monopolistas, por um grupo de monopolistas, gera uma concorrência encarniçada por parte de seus rivais, de outros grupos monopolistas.

Os altos preços monopolistas de certas mercadorias frequentemente provocam a ampliação da produção dessas mercadorias por empresas capitalistas que não participam de uniões monopolistas. A concorrência, que se aguça no período do imperialismo, leva à transferência de capitais de uns ramos para outros e cria a tendência ao nivelamento dos lucros, à formação da taxa geral de lucro e do preço de produção. Esta tendência choca-se com o domínio dos monopólios que utilizam seu poderio para criar obstáculos à livre transferência de capitais para os ramos monopolizados e, deste modo, manter os preços monopolistas e os elevados lucros monopolistas. Por força disto, cria-se uma grande desigualdade de lucros. Se nos ramos monopolizados, as mercadorias são vendidas por preços monopolistas que asseguram o elevado lucro monopolista, nos ramos não monopolizados as mercadorias frequentemente são vendidas por preços abaixo do preço de produção, em vista do que os empresários não obtêm nem mesmo o lucro médio. O papel dominante é desempenhado pelo preço monopolista e pelo lucro monopolista.

Sustentando os preços em nível alto, que supera o valor das mercadorias, os monopólios se apropriam dos resultados do crescimento da produtividade do trabalho e da diminuição do preço de custo. O que ganham os monopólios, perdem os operários, os pequenos produtores, a população dos países dependentes, os capitalistas que não participam das uniões monopolistas. Ao mesmo tempo, o preço monopolista, como indicava Marx, não pode destruir os limites que determinam o valor das mercadorias. O alto nível dos preços monopolistas não altera a soma total do valor e da mais-valia produzidos na economia capitalista mundial, mas influi substancialmente na sua distribuição.

Deste modo, a ação da lei econômica fundamental do capitalismo na etapa imperialista de desenvolvimento do regime burguês conduz ao agravamento de todas as contradições a ele inerentes.

Ao lado disso, o jugo dos monopólios cria a base econômica para a existência de interesses fundamentais comuns entre o proletariado dos países capitalistas desenvolvidos, as grandes massas camponesas exploradas desses países e as massas populares dos países coloniais e semicoloniais na luta contra a onipotência dos monopólios, contra o imperialismo.

#### **4.9 O Aparecimento do Sistema Colonial do Imperialismo. Essência do colonialismo**

As conquistas coloniais e a aspiração à formação de grandes impérios, através da escravização dos países e povos mais fracos, existiram também antes da época do imperialismo e mesmo antes do aparecimento do capitalismo. Todavia, como indicou Lênin, no período do imperialismo, o papel e a significação das colônias modificam-se essencialmente, não só com relação às épocas pré-capitalistas, como também com relação ao período pré-monopolista do capitalismo.

A modificação do papel das colônias, na época do imperialismo, é condicionada pela substituição da livre concorrência pelo domínio dos monopólios nos países escravizadores de colônias e semicolônias. A exploração das colônias e dos países dependentes representa uma das fontes mais importantes dos elevados lucros monopolistas. A política colonial do imperialismo está indissolúvelmente ligada à conclusão da divisão territorial do mundo e a luta pela sua redivisão. Aos “velhos” métodos da política colonial, se acrescenta a luta dos monopolistas pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capital, pelas esferas de influência, pelos territórios de importância econômica e militar-estratégica.

Com a conclusão da divisão territorial do mundo na época do imperialismo, culmina a criação do sistema colonial. O *sistema colonial do imperialismo* representa todo o conjunto de colônias, semicolônias e países dependentes, oprimidos e escravizados pelos Estados imperialistas.

Como resultado das anexações coloniais do período de 1876 / 1914, quase toda a África, grande parte da Ásia e a América Latina foram transformadas em colônias e semicolônias de uns poucos países imperialistas.

Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, dos 57 milhões de quilômetros quadrados de terras coloniais, 9,9 milhões cabiam à Itália, Holanda, Dinamarca. Bélgica, Portugal e Espanha. A Inglaterra contava com 47 milhões de habitantes, mas nas colônias inglesas habitavam mais de 480 milhões, ou seja, dez vezes mais. A

França possuía 42 milhões de habitantes e as colônias francesas, 70 milhões. A Holanda com 9 milhões de habitantes e as colônias holandesas com 67,7 milhões. A Bélgica com 8 milhões e as colônias belgas com 14 milhões.

É de todos sabido — escrevia Lênin — que as colônias foram conquistadas a ferro e fogo, que nas colônias a população é tratada selvagememente, que ela é explorada de mil maneiras (através da exportação de capital, das concessões, etc., do engodo na venda de mercadorias, da submissão aos poderes da nação “dominante”, assim por diante).

O colonialismo (a administração imperialista das colônias) deteve, por longo tempo, o desenvolvimento das forças produtivas nos países nos quais vive a esmagadora maioria da humanidade, privando tais países das condições necessárias ao progresso econômico.

Da mais-valia produzida pelo penoso trabalho forçado de centenas de milhões de homens nos países do mundo colonial, a maior parte é confiscada pelos monopolistas estrangeiros e uma outra parte se destina ao consumo não produtivo das classes dominantes das colônias. Esta sistemática pilhagem das colônias priva-as de recursos necessários ao desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, o capital, que chega às colônias, se destina ao reforçamento da sua dependência econômica para com as potências imperialistas.

Em consequência, povos, que desde os tempos mais antigos trouxeram valiosa contribuição ao tesouro de cultura humana, ficaram numa situação de povos atrasados. Países antes riquíssimos, possuidores de enormes recursos naturais e de uma população amante do trabalho, foram condenados ao extremo atraso técnico e os seus povos a um miserável nível de vida. Tal foi o destino do grande povo hindu que viveu dois séculos de dominação colonial britânica, o destino dos povos da Birmânia, da Indonésia, dos países do Oriente árabe, que somente há pouco se desvencilharam do jugo do colonialismo.



Os defensores do imperialismo difundem a mentirosa lenda de que o atraso dos povos coloniais, no terreno econômico e cultural, seria o resultado da sua indolência, da sua incapacidade para o autogoverno, etc.. Com este fundamento, eles declaram os povos escravizados da Ásia e da África como “raça inferior”, que, pela própria natureza, está condenada a permanecer sob o poder da suposta “raça superior” dos senhores brancos. A realidade nada tem de comum com esta invencionice desumana. Na verdade, o desenvolvimento histórico dos povos da Ásia começou muito antes que os povos europeus entrassem na arena histórica e, se o desenvolvimento econômico e político de muitos países da Ásia e da África, durante os últimos séculos, foi freado e eles permaneceram países subdesenvolvidos, a única causa disto reside na situação forçada em que se encontram, submetidos a monstruosa exploração dos colonizadores.

Através da ocupação e da pilhagem das colônias, os países imperialistas se esforçam para superar as suas crescentes contradições internas. Os gigantescos lucros, extorquidos das colônias, dão à burguesia monopolista a possibilidade de subornar algumas camadas de operários qualificados, por meio dos quais a burguesia se esforça para introduzir a desagregação no movimento operário. Ao mesmo tempo, a exploração das colônias conduz a um maior agravamento das contradições do sistema capitalista em conjunto.

#### **4.10 As Colônias como Apêndices Agrários e de Matérias Primas das Metrôpoles**

Na época do imperialismo, as colônias representam, antes de tudo, o mais seguro e vantajoso campo de aplicação de capital. Nas colônias, a oligarquia financeira dos países imperialistas dispõe do indivisível monopólio da aplicação de capital, recebendo elevados lucros monopolistas.

Penetrando nos países atrasados, o capital financeiro decompõe as formas pré-capitalistas de economia — pequeno artesanato, economia pequeno-camponesa seminatural — e suscita o desenvolvimento de relações capitalistas. Para o fim da

exploração dos países coloniais e dependentes, os imperialistas constroem, nos seus territórios, estradas de ferro, criam empresas industriais que asseguram o abastecimento de matérias-primas e gêneros alimentícios às metrópoles.

Ao mesmo tempo, os imperialistas estão interessados na conservação do atraso econômico das colônias, uma vez que este atraso é uma condição do seu domínio e exploração dos países dependentes. Os imperialistas freiam, de todas as maneiras, o desenvolvimento da indústria nacional nas colônias e países dependentes.

Mesmo ali, onde a indústria se encontra relativamente mais desenvolvida — por exemplo, em alguns países da América Latina —, desenvolvem-se somente a indústria extrativa e alguns ramos da indústria leve: têxtil, de couros, alimentícia. A indústria pesada, que é a base da independência econômica de cada país, é extremamente fraca, a construção de máquinas quase não existe. Os monopolistas dominantes aplicam medidas especiais a fim de impedir a criação da produção de instrumentos de produção. Recusam, às colônias e países dependentes, créditos para este fim, não vendem patentes e equipamento necessário. O colonialismo obstaculiza a industrialização dos países dependentes.

Privadas de condições para o desenvolvimento industrial independentes, as colônias e semicolônias continuam países agrários. As fontes de existência da esmagadora massa da população destes países é a agricultura, agrilhoada por relações semifeudais. A estagnação e a decadência da agricultura detêm o crescimento do mercado interno.

A aspiração dos monopólios à extorsão nas colônias, de massas sempre crescentes de matérias-primas e gêneros alimentícios, conduz ao crescimento da indústria extrativa e do cultivo e elaboração primária de produtos agrícolas mercantis. A economia das colônias e semicolônias adquire um caráter extremamente unilateral. O imperialismo transforma os países escravizados em *apêndices agrários e de matérias-primas das metrópoles*.

A economia de muitos países coloniais e dependentes está especializada na produção de um ou dois produtos que se destinam inteiramente à exportação. Assim é que, no período após a Segunda Guerra Mundial, o petróleo constitui 95% da exportação da Venezuela; o minério de estanho, 65% da exportação da Bolívia; o café, cerca de 60% da exportação do Brasil; o açúcar, mais de 80% da exportação de Cuba; a borracha e o estanho, 55% da exportação da Malaia; o café e o algodão, mais de 60% da exportação de Quênia e de Uganda; o cobre, cerca de 85% da exportação da Rodésia do Norte; o cacau, mais de 80% da exportação de Gana (África). O desenvolvimento unilateral da agricultura (a chamada monocultura) entrega países inteiros ao completo arbítrio dos monopolistas — açambarcadores de matérias-primas.

Em ligação com a transformação das colônias em apêndices agrários e de matérias-primas das metrópoles, cresce, em medida imensa, o papel das colônias como *fontes de matérias-primas baratas* para os países imperialistas. Quanto mais desenvolvido o imperialismo, tanto mais aguda a concorrência e a corrida por fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais desesperada a luta pela conquista de colônias. Quando a indústria emprega volumes enormes de carvão, petróleo, algodão, minério de ferro, metais não ferrosos, borracha, etc., nenhum monopólio pode considerar-se garantido se não tiver, em suas mãos, fontes permanentes de matérias-primas.

As colônias e os países dependentes fornecem, aos monopólios, as matérias-primas que lhes são necessárias, por baixos preços. O domínio monopolista das fontes de matérias-primas dá uma decisiva superioridade na luta de concorrência. A ocupação das fontes de matérias-primas baratas permite, aos monopólios industriais, ditar preços de monopólio no mercado mundial, vendendo os seus artigos por preços inflacionados.

Objeto de encarniçada luta são as fontes de diferentes tipos de matérias-primas estratégicas: carvão, petróleo, minério de ferro, metais não ferrosos e raros, borracha, algodão, etc.. No decurso de uma série de decênios, as potências imperialistas — em primeiro lugar, os Estados Unidos e a Inglaterra — lutam pelo

domínio monopolista de ricas fontes de *petróleo*. No período após a Segunda Guerra Mundial, cresceu particularmente o papel dos países do Oriente Próximo e do Oriente Médio (Irã e países árabes) na extração mundial de petróleo. Ao tempo em que a extração de petróleo, em todos os países capitalistas, aumentou, de 1938 a 1958 em 3,2 vezes, a extração de petróleo naquelas regiões cresceu em 13,3 vezes. A sua parte na extração total de petróleo elevou-se, neste período, de 7 a 27%. Em 1º de janeiro de 1959, estavam concentrados, nas regiões citadas, 71% de todas as reservas petrolíferas descobertas no mundo capitalista. Essas regiões supriam, em 1957, 72% de todas as necessidades da Europa ocidental em petróleo. No período (1938 / 1958), a parte dos monopólios americanos, na extração do petróleo do Oriente Próximo e do Oriente Médio, aumentou em 4 vezes, ao passo que a parte dos ingleses reduziu-se em quase duas vezes. A distribuição das reservas mundiais de petróleo toca não só nos interesses econômicos, como também nos interesses políticos das potências imperialistas.

Na época do imperialismo, cresce a importância das colônias como *mercados de venda* para as metrópoles. Utilizando uma política aduaneira que lhes é conveniente, os imperialistas defendem os mercados de vendas coloniais contra a concorrência exterior. Desta maneira, os monopólios obtêm a possibilidade de vender a sua produção, nas colônias, por preços desmedidamente elevados, inclusive as mercadorias ruins que não encontram saída em outros mercados.

A troca não equivalente entre as potências imperialistas e os países dependentes cresce constantemente. Os monopólios que se ocupam do comércio com as colônias (compra de matérias-primas e venda de mercadorias industriais), obtêm enormes lucros. Os monopólios são verdadeiros amos de países inteiros, dispondo da vida e dos bens de dezenas de milhões de seres humanos.

As colônias servem de fonte de força de trabalho extremamente barata. A monstruosa exploração das massas operárias assegura rendimentos particularmente altos para os capitais invertidos no mundo colonial. Além disso, as metrópoles importam dos países dependentes centenas de milhares de operários que executam as tarefas especialmente pesadas por uma miserável remuneração.

Assim é que os monopólios dos Estados Unidos, particularmente os do sul do país, submetem a uma exploração desumana os operários do México e de Porto Rico. Os monopólios da França fazem o mesmo com os operários norte-africanos, etc..

Uma ideia da grandeza do tributo cobrado, pelas metrópoles às colônias e semicolônias, é fornecida pelos seguintes cálculos, realizados com fundamento em dados oficiais:

Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, o tributo anual, extorquido pelo imperialismo inglês da Índia, representava 150 a 180 milhões de libras esterlinas:

- 40 a 50 milhões de lucros das inversões inglesas de capital;
- 25 a 30 milhões de gastos estatais da Inglaterra, postos na conta da Índia;
- 25 a 30 milhões de ingressos e vencimentos de funcionários ingleses e especialistas militares na Índia;
- 15 a 20 milhões de comissões de bancos ingleses;
- 25 a 30 milhões de ingressos do comércio;
- 20 a 25 milhões, de ingressos da navegação.

Os monopólios americanos receberam, em 1948, os seguintes ingressos dos países dependentes:

- 1,9 bilhões de dólares de inversões de capital;
- 1,9 bilhões de fretes, seguros e outras operações;
- 2,5 milhões da venda de mercadorias por preços inflacionados;
- 1,2 bilhões da compra de mercadorias por preços rebaixados;

perfazendo um total de tributo monopolista de 7,5 bilhões de dólares. Deste total, não menos de 2,5 bilhões foram recebidos dos países da América Latina.

Na situação em que o mundo já está dividido e se encontra em curso a preparação para a luta armada pela sua redivisão, as potências imperialistas

ocupam todos os territórios que possuem ou podem possuir qualquer importância estratégica como pontos de apoio, como bases militar-navais ou aéreo-militares.

As colônias servem de fornecedoras de “carnes para canhão” às metrópoles. Na Primeira Guerra Mundial, bateram-se, do lado da França, cerca de um e meio milhão de soldados negros das colônias africanas. Em tempo de guerra, as metrópoles descarregam sobre as colônias uma parte considerável do seu ônus financeiro. Realiza-se nas colônias uma parte importante dos empréstimos de guerra. A Inglaterra utilizou largamente as reservas de divisas de suas colônias, por ocasião da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais.

A rapinante exploração das colônias e países dependentes, pelo imperialismo, aguça a inconciliável contradição entre as necessidades essenciais da economia dos países oprimidos e os ávidos interesses egoístas dos colonizadores.

#### **4.11 Os Métodos da Exploração Colonial das Massas Trabalhadoras. Particularidades da Estrutura de Classes dos Países Coloniais Dependentes**

O traço característico dos métodos coloniais de exploração, que garantem os elevados lucros monopolistas ao capital financeiro das metrópoles, é a combinação do saque imperialista com as formas feudal-serviis de exploração dos trabalhadores.

O desenvolvimento da produção mercantil e a expansão das relações monetárias, a expropriação da terra de massas imensas da população nativa e a destruição da pequena produção artesanal se processam ao lado da conservação artificial de sobrevivências feudais e a implantação de métodos de trabalho coercitivo e semicoercitivo. Com o desenvolvimento das relações capitalistas, a renda em espécie é substituída, numa série de casos, pela renda em dinheiro, os impostos em espécie pelos impostos em dinheiro, o que acelera ainda mais a ruína das massas camponesas. Ao mesmo tempo, em muitos países dependentes, a forma predominante de arrendamento da terra permanece o arrendamento por uma parte do produto em espécie.

As classes dominantes nas colônias e semicolônias são os latifundiários e os capitalistas. A classe dos capitalistas se divide em burguesia compradora e burguesia nacional. A burguesia compradora é aquela parte da grande burguesia que se encontra estreitamente ligada aos monopólios estrangeiros. São os grandes capitalistas locais, intermediários dos bancos estrangeiros, das firmas industriais e comerciais, etc., que representam os interesses do capital financeiro das potências imperialistas. Estes capitalistas ajudam os monopólios estrangeiros a explorar as fontes de matérias-primas e os mercados de venda das colônias. Os latifundiários e a burguesia compradora constituem os vassallos do capital financeiro estrangeiro, a agência direta do imperialismo internacional que escraviza as colônias e semicolônias.

Com o desenvolvimento da sua própria indústria, cresce a burguesia nacional que se encontra numa situação dúplice: por um lado, a opressão do imperialismo estrangeiro barra-lhe o caminho ao domínio econômico e político, mas, por outro lado, a sua existência está ligada à exploração da classe operária e do campesinato. Na medida em que a luta de libertação nacional dos países coloniais e dependentes é dirigida, antes de tudo, no sentido da derrubada do domínio do imperialismo e da conquista da independência nacional, a burguesia nacional participa desta luta, desempenhando determinado papel progressista.

A classe operária cresce nas colônias e países dependentes à medida em que se desenvolve a indústria e se expandem as relações capitalistas. A sua parte avançada é o proletariado industrial. Na composição do proletariado, entram também as massas de operários agrícolas (jornaleiros), de operários das manufaturas capitalistas e das pequenas empresas, de jornaleiros urbanos ocupados com toda a espécie de trabalho manual.

Pela sua quantidade, o campesinato é a massa fundamental da população das colônias e semicolônias. Em sua parte esmagadora, consiste de camponeses sem terra ou com pouca terra — camponeses pobres e médios. A burguesia rural consiste de camponeses ricos, comerciantes e usurários. A numerosa pequena burguesia urbana é representada pelos pequenos comerciantes e artesãos.

A concentração da propriedade da terra em mãos dos latifundiários e usurários é completada pela conquista de vastas posses territoriais pelos colonizadores. Numa série de colônias, o imperialismo criou uma economia de plantações.

As *plantações* são grandes empresas agrícolas para a produção de determinados tipos de matérias-primas vegetais (algodão, borracha, juta, café, etc.), pertencentes de preferência aos colonizadores e baseadas numa baixa técnica e no trabalho semiescravo da população sem direitos.

Numa série de países, o colonialismo conserva as formas diretas da corveia e do pagamento em trabalho. Pelo arrendamento ou por dívidas, os camponeses sem terra são obrigados a trabalhar alguns dias da semana para o latifundiário. A extrema necessidade obriga o camponês a contrair dívidas e a se tornar um servo e, às vezes, um escravo do usurário. Ocorrem casos em que o camponês é obrigado a vender membros de sua família como escravo. Amplamente difundido é o parasitário subarrendamento, de muitos degraus, que consiste na intromissão de diversos intermediários entre o proprietário da terra e o camponês que trabalha a terra, intermediários que extorquem do lavrador considerável parte da colheita. Habitualmente, o camponês se encontra inteiramente nas mãos do latifundiário, com o qual fica endividado. A superpopulação agrária atinge enormes proporções.

A economia da China, antes da revolução democrático-popular, era extremamente atrasada, tendo caráter semicolonial e semifeudal. Constituindo de 4 a 5% da população rural da China de antes da revolução, os latifundiários possuíam mais da metade de toda a terra. Os camponeses pobres e médios, representando 90% da população rural, possuíam somente 30% de toda a terra. Os camponeses arrendavam a terra na base do endividamento. Pagavam ao latifundiário, pelo arrendamento da terra e pelos instrumentos de trabalho, entre 50 e 70% da colheita. Cerca de 60% de todas as economias camponesas permanentemente apelavam para a “ajuda” dos usurários, a fim de pagar impostos e adquirir objetos de consumo, pagando elevadíssimos juros pelos empréstimos.



Antes da dominação britânica na *Índia*, o Estado recebia parte da produção dos camponeses sob a forma de impostos. Após a ocupação da Índia, os poderes britânicos transformaram os antigos coletores de impostos do Estado em grandes proprietários de terra, possuidores de latifúndios de centenas de milhares de hectares. Cerca de 3/4 da população rural da Índia ficou de fato sem terra. O camponês foi obrigado a pagar ao latifundiário, sob a forma de arrendamento, de 1/2 a 2/3 da colheita e com a parte restante devia pagar juros ao usurário. Os camponeses empobrecidos eram obrigados a tomar empréstimos ao latifundiário, com a obrigação de pagá-los em trabalho. Neste sistema (a chamada “peonagem”), as obrigações passam de geração a geração e toda a família do camponês se torna de fato propriedade do latifundiário. Marx chamou a peonagem de escravidão sob forma encoberta.

Esmagada pela opressão do latifundiário e do usurário, a economia camponesa só estava em condições de aplicar a mais primitiva técnica que permanecia sem modificações essenciais no decurso de séculos e até de milênios. A técnica primitiva de cultivo do solo conduz ao extremo esgotamento do solo. Em consequência de tudo isto, muitas colônias, ainda que sejam países agrários, não estão em condições de alimentar sua população que sistematicamente passa fome.

O colonialismo significa, para a classe operária, a ausência de direitos políticos e uma feroz exploração. A jornada de trabalho nas colônias atinge de 12 a 14 e mais horas. Como regra, nas empresas industriais e nos transportes não existe qualquer segurança do trabalho. O forte desgaste do equipamento e a recusa do empresário, a fazer gastos na reparação e na técnica de segurança, conduzem a avarias parciais, nas quais morrem ou se tornam mutilados centenas de milhares de seres humanos. A inexistência de legislação social priva o operário de quaisquer meios de existência no caso de desemprego, de mutilação na produção ou de doença profissional.

O salário dos operários das colônias é insuficiente mesmo para a satisfação das necessidades mais essenciais. O operário é obrigado a pagar certa parte do seu miserável salário a todo gênero de intermediários: ao contratista, ao mestre, ao

zelador, que lidam com o contrato da força de trabalho. Está amplamente difundido o trabalho das mulheres, bem como o trabalho de crianças com 6 e 7 anos de idade, sendo pagos ainda mais miseravelmente do que os homens.

A maioria dos operários vive enredada na servidão por dívidas. Em muitos casos, os operários vivem em barracas ou campos especiais, numa situação de encarcerados, privados do direito de livre locomoção. É aplicado, em grande escala, o trabalho coercitivo aberto, tanto na agricultura, como na indústria. O nível de vida da grande massa da população é muito baixo. A mortalidade é extraordinariamente elevada. A fome e as epidemias levam à extinção a população de regiões inteiras. Reina, nas colônias, a discriminação racial.

Assim, por exemplo, o salário médio dos operários e empregados africanos é inferior ao salário dos operários europeus:

No Quênia — aproximadamente em 15 vezes,

Na Rodésia do Sul — em mais de 20 vezes,

Na Rodésia do Norte — em quase 30 vezes.

Nas minas do Congo Belga, os operários africanos recebem de 5 a 10 vezes menos do que os operários europeus. Mais de 53% de todas as crianças da população nativa morrem na mais tenra infância. A população desta colônia, desde o tempo da conquista, diminuiu em quase 2 vezes.

#### **4.12 A Luta de Libertação dos Povos Coloniais**

Em todo o decorrer da época capitalista, os povos dos países coloniais travaram a luta contra os escravizadores estrangeiros, não raro levantando-se em insurreições que foram cruelmente reprimidas pelos colonizadores.

No período do imperialismo, a luta libertadora dos povos coloniais e dos países dependentes adquire uma dimensão desconhecida antes. Já nos inícios do século XX, em particular após a primeira revolução russa de 1905, as massas

trabalhadoras dos países coloniais e dependentes foram despertadas para a vida política. O movimento revolucionário se ergueu na China, na Coreia, na Pérsia, na Turquia e na Índia.

Os países do mundo colonial se distinguem entre si pelo nível do desenvolvimento econômico e pelo grau de amadurecimento do seu proletariado. Isto determina as particularidades do movimento de libertação nacional em cada um dos países coloniais e dependentes.

Uma vez que o campesinato constitui a massa fundamental da população dos países coloniais e dependentes, a questão camponesa tem enorme importância em todo o desenvolvimento da luta de libertação nacional. O fim comum do movimento de libertação nacional nas colônias e países dependentes é a libertação do domínio do imperialismo e a liquidação de todas as relações de produção atrasadas. Por este motivo, todo movimento de libertação nacional nas colônias e países dependentes, dirigido contra o imperialismo e o jugo feudal, tem caráter progressista, mesmo se o proletariado nesses países tiver desenvolvimento relativamente débil.

O movimento de libertação nacional nas colônias e países dependentes arrasta, na luta contra o imperialismo, a gigantesca maioria da população da Terra, oprimida pela oligarquia financeira de umas poucas grandes potências imperialistas. Na luta dos povos do mundo colonial pela sua libertação, o proletariado desempenha crescente papel dirigente, como chefe reconhecido de amplas massas do campesinato e de todos os trabalhadores.

Os interesses do movimento proletário, nos países capitalistas desenvolvidos, e do movimento de libertação nacional, nas colônias, exigem a unificação destes dois tipos de movimento revolucionário, na frente comum de luta contra o inimigo comum, o imperialismo.

A revolução socialista — escreveu V.I. Lênin — não será somente e principalmente uma luta dos proletários revolucionários de cada país contra a sua burguesia. Não,

ela será a luta de todas as colônias e países subjugados pelo imperialismo, de todos os países dependentes contra o imperialismo internacional.

O internacionalismo proletário parte de que não pode haver povo livre que oprima outros povos. Assim sendo, como ensina o leninismo, o verdadeiro apoio do proletariado das nações dominantes, ao movimento libertador das nações oprimidas, consiste na defesa e na aplicação da palavra de ordem sobre o direito das nações à separação e à existência estatal independente.

O crescimento do movimento de libertação nacional, dos povos oprimidos das colônias e países dependentes, mina os fundamentos do imperialismo e prepara a sua queda.

#### **4.13 O Imperialismo: Último Estádio do Capitalismo**

Ao definir o lugar histórico do imperialismo, com relação ao capitalismo em geral, Lênin escreveu que o imperialismo é um estágio histórico particular do capitalismo. Esta particularidade é tríplice, sendo o imperialismo:

- 1) capitalismo monopolista;
- 2) capitalismo parasitário ou em decomposição;
- 3) capitalismo agonizante.

O capitalismo monopolista não elimina e não pode eliminar as bases do velho capitalismo. Ele é, em certo sentido, uma *superestrutura* sobre o velho capitalismo pré-monopolista. Como já foi dito, não há e não pode haver “capitalismo puro”. Exatamente do mesmo modo, é também inconcebível o “imperialismo puro”. Mesmo nos países mais desenvolvidos, existe, ao lado dos monopólios, uma multiplicidade de pequenas e médias empresas, particularmente na indústria leve, na agricultura, no comércio e em outros ramos da economia. Quase em todos os países capitalistas, parte considerável da população é constituída pelo campesinato que, em sua massa, se aplica a economia mercantil simples. Nos países coloniais e

semicoloniais, o jugo imperialista se entrelaça com formas pré-capitalistas de exploração, particularmente feudais.

Uma particularidade essencial do imperialismo é que os monopólios existem ao lado do mercado, da concorrência, das crises. Na medida em que o imperialismo é o prolongamento e o desenvolvimento das propriedades fundamentais do capitalismo, conservam sua força, no estágio monopolista do capitalismo, as leis econômicas do capitalismo em geral. Todavia, em ligação com a modificação das condições econômicas, com o extremo agravamento de todas as contradições do capitalismo, estas leis se desenvolvem ulteriormente e atuam com crescente força destrutiva. É o que acontece com as leis do valor e da mais-valia, com a lei da concorrência e da anarquia da produção, com a lei geral da acumulação capitalista (que condiciona o empobrecimento relativo e absoluto da classe operária e condena as massas fundamentais do campesinato trabalhador à ruína), com as contradições da reprodução capitalista e as crises econômicas.

Os monopólios conduzem à socialização da produção até os limites possíveis para o capitalismo. Empresas enormes, nas quais trabalham milhares de homens, produzem uma parte muito grande de toda a produção nos ramos mais importantes da indústria. Os monopólios unificam as empresas gigantes, levam em conta os mercados de venda e as fontes de matérias-primas, concentram em suas mãos as invenções e os aperfeiçoamentos. Os grandes bancos mantêm sob o seu controle quase todos os meios monetários do país. Crescem, em enorme grau, as ligações entre os diferentes ramos da economia e a sua interdependência. Abrangendo uma potência produtiva gigantesca, a indústria é capaz de aumentar rapidamente a massa de mercadorias produzidas.

Ao mesmo tempo, os meios de produção permanecem propriedade privada dos capitalistas, enquanto a parte decisiva dos meios de produção pertence a um pequeno punhado de monopolistas. Na corrida atrás do elevado lucro monopolista, elevam os monopólios, de todas as maneiras, o grau de exploração da classe operária, o que conduz à ulterior piora da situação das massas trabalhadoras, a limitação cada vez maior da sua capacidade aquisitiva.

Desta maneira, o domínio dos monopólios agrava, num grau elevadíssimo, a contradição fundamental do capitalismo — a contradição entre o caráter social da produção e a forma capitalista privada de apropriação dos resultados da produção. Verifica-se cada vez mais que o caráter social do processo de produção exige a propriedade social dos meios de produção.

Na época do imperialismo, as forças produtivas da sociedade atingiram tal nível de desenvolvimento que elas não cabem nos estreitos marcos das relações de produção capitalista. Tendo substituído o feudalismo como modo de produção mais progressista, o capitalismo se transformou, no estágio imperialista, em força reacionária que freia o desenvolvimento da sociedade humana. A lei econômica da correspondência entre as relações da produção e o caráter das forças produtivas exige a substituição das relações da produção capitalistas por novas relações socialistas. A classe operária, que unifica em torno de si todas as forças progressistas, conduz a luta pela libertação do jugo do capital, pela edificação da sociedade socialista. A luta da classe operária e dos trabalhadores encontra fortíssima resistência por parte das classes dominantes. Em primeiro lugar, resistência da burguesia monopolista que unifica, em torno de si, todas as forças reacionárias da sociedade e se esforça para deter a substituição do velho e ultrapassado regime pelo novo e progressista regime socialista.

O alto nível de desenvolvimento das forças produtivas e de socialização da produção, o aprofundamento e o agravamento de todas as contradições da sociedade burguesa comprovam que o capitalismo ingressou no último estágio do seu desenvolvimento, amadureceu inteiramente para ser substituído por um regime social superior — o socialismo. O conflito entre as forças produtivas e as relações de produção do capitalismo, que chegou a um grau extremo de agravamento, pode ser resolvido somente através da transformação revolucionária da sociedade, a partir de princípios socialistas.

#### 4.14 O Imperialismo, Capitalismo Parasitário ou em Decomposição

O imperialismo é o capitalismo *parasitário* ou *em decomposição*. A tendência à estagnação e ao apodrecimento é inevitavelmente engendrada pelo domínio dos monopólios que aspiram a obtenção dos elevados lucros monopolistas. Uma vez que estão em condições de ditar preços no mercado e sustentá-los artificialmente num alto nível, os monopólios frequentemente estão longe de ter interesse na aplicação de inovações técnicas. Com frequência e a cada passo, os monopólios freiam o progresso técnico; mantêm em segredo, durante anos, grandiosas descobertas científicas e invenções técnicas. Particularmente forte é a resistência dos monopólios às invenções técnicas que ameaçam desvalorizar suas enormes inversões de capital. Os monopólios açambarcam as patentes deste gênero de invenções e as escondem. Utilizam sua influência sobre o poder estatal para impedir a introdução dessas invenções na produção.

Desta maneira, é própria dos monopólios a tendência à estagnação e à putrefação e, em certos ramos da indústria, em certos países, em determinados períodos de tempo, esta tendência adquire supremacia. Esta circunstância, entretanto, de modo algum exclui o crescimento relativamente rápido da produção e o desenvolvimento da técnica em determinados períodos, em certos ramos da economia burguesa, em certos países capitalistas.

É característico do imperialismo a combinação e o entrelaçamento dos monopólios e da concorrência. A caça aos elevados lucros monopolistas, numa série de casos, impele os capitalistas a introduzir aperfeiçoamentos técnicos que conduzem à rebaixa do custo de produção e servem de sério instrumento na luta da concorrência. A técnica, no período do imperialismo, não fica paralisada. Sob a influência da luta de concorrência entre os monopólios, da sua caça aos lucros, da corrida armamentista, a técnica, numa série de ramos, avança rapidamente. O elevado grau de concentração da produção, de socialização do trabalho e o rápido desenvolvimento da ciência abrem imensas possibilidades para o desenvolvimento das forças produtivas, para a ampliação do poder do homem sobre a natureza. Os monopólios concentram, em suas mãos, quadros científicos, armam-se de grandes

laboratórios e centros de pesquisa, mas as conquistas da ciência e da técnica são utilizadas por eles exclusivamente no interesse da garantia de elevados lucros.

São inerentes ao imperialismo, desta maneira, duas tendências opostas: a tendência ao crescimento da produção, ao progresso técnico e a tendência à putrefação e a contenção do desenvolvimento da técnica. Neste choque entre duas tendências opostas, adquire a supremacia ora uma, ora outra, como resultado do que ainda mais se acentua a desigualdade do desenvolvimento do capitalismo.

Caracterizando a tendência à putrefação, engendrada pelo domínio dos monopólios, Lênin escreveu que seria um erro pensar que esta tendência à putrefação exclui o rápido crescimento do imperialismo. Não, certos ramos da indústria, certas camadas da burguesia, certos países manifestam, na época do imperialismo, com maior ou menor força, ora uma, ora outra destas tendências.

Mas, o crescimento da produção capitalista e o desenvolvimento da técnica se processam, nas condições do imperialismo, de modo extremamente desigual e contraditório, atrasando-se cada vez mais com relação às imensas possibilidades criadas pela moderna ciência, pela técnica e aplicando, numa série de casos, uma orientação militarista unilateral.

A desigualdade do desenvolvimento do capitalismo, que se acentua, é caracterizada pelos seguintes dados:

Durante o período de 1900 a 1913, a extração mundial de carvão de pedra aumentou em 73,4%, sendo que em 27,7% na Inglaterra, em 22,4% na França, em 74% na Alemanha, em 111,2% nos Estados Unidos.

Durante este mesmo período, a fundição de ferro aumentou em 92,5%, sendo que em 14,5% na Inglaterra, em 91,9% na França, em 119% na Alemanha e em 124,6% nos Estados Unidos.



É evidente, desta maneira, a forte diferença nos ritmos de desenvolvimento industrial dos diferentes países.

Nestas condições, manifesta-se claramente a influência restritiva do capitalismo monopolista sobre o desenvolvimento da técnica. Os países capitalistas não podem, por exemplo, aproveitar inteiramente os seus recursos hidrelétricos, em virtude dos obstáculos que opõem a propriedade privada da terra e o domínio dos monopólios.

O monopólio da propriedade privada da terra, a superpopulação agrária e a predominância das pequenas economias camponesas freiam a introdução da moderna ciência e técnica na produção agrícola, o que não exclui o progresso técnico numa série de empresas agrícolas capitalistas. Os interesses dos monopólios capitalistas dificultam o aproveitamento da energia atômica para fins pacíficos.

Onde quer que nos lancemos — escreveu V.I. Lênin, ainda em 1913 —, a cada passo encontraremos tarefas que a humanidade está inteiramente em condições de resolver *imediatamente*. O capitalismo atrapalha. Ele acumulou montões de riquezas e fez dos homens, escravos desta riqueza. Resolveu difícilíssimas questões da técnica e deteve a aplicação dos melhoramentos técnicos até o limite da miséria e do obscurantismo de milhões de seres humanos, em benefício da obtusa avareza de um punhado de milionários.

A decomposição do capitalismo se expressa no crescimento do parasitismo. A classe dos capitalistas perde cada vez mais os vínculos com o processo da produção. A direção das empresas se concentra em mãos do pessoal técnico assalariado. A esmagadora maioria da burguesia e dos latifundiários se converte em *rentistas*, homens que possuem títulos e vivem dos ingressos desses papéis. Cresce o consumo parasitário das classes exploradoras.

O integral afastamento da camada dos rentistas da produção ainda mais se acentua com a exportação de capital, com os ingressos das inversões de capital no exterior. A exportação de capital põe a marca do parasitismo em todo o país, que

vive da exploração de outros países e colônias. O capital exportado representa uma parte cada vez maior da riqueza nacional dos países imperialistas, enquanto os ingressos provenientes destes capitais representam uma parte sempre crescente dos ingressos da classe dos capitalistas. Lênin chamou a exportação de capital de parasitismo ao quadrado.

O capital aplicado no exterior representava, em 1929, com relação à riqueza nacional: 18% na Inglaterra, 15% na França, cerca de 20% na Holanda, cerca de 12% na Bélgica e na Suíça.

Em 1929, a renda proveniente dos capitais invertidos no exterior superava a renda do comércio exterior em mais de 7 vezes, na Inglaterra, em 5 vezes, nos Estados Unidos.

Nos Estados Unidos, os ingressos dos rentistas de títulos representavam 1,8 bilhões de dólares em 1913 e 8,1 bilhões de dólares em 1931, o que superava em 1,4 vezes a renda monetária global de 30 milhões de homens da população agrícola, no mesmo ano. Os Estados Unidos são o país onde os traços parasitários do moderno capitalismo, tanto quanto a natureza rapinante do imperialismo, se manifestam de modo particularmente claro.

O caráter parasitário do capitalismo se manifesta claramente no fato de que uma série de países burgueses se converte em Estados rentistas. Por meio de empréstimos leoninos, os grandes países imperialistas extorquem enormes rendas dos países devedores, submetendo-os no sentido econômico e político. O Estado rentista é o Estado do capitalismo parasitário, em decomposição. A exploração das colônias e dos países dependentes, sendo uma das fontes principais do elevado lucro monopolista, converte um punhado de riquíssimos países capitalistas em parasitas do corpo dos povos oprimidos.

O caráter parasitário do capitalismo encontra sua expressão no crescimento do *militarismo*. Parte cada vez maior da renda nacional, e principalmente dos ingressos dos trabalhadores, é absorvida pelo orçamento estatal e gasta no sustento

de enormes exércitos, na preparação e na condução de guerras imperialistas. Constituindo um dos métodos mais importantes para assegurar o elevado lucro monopolista, a militarização da economia e as guerras imperialistas implicam na pilhagem e na liquidação de numerosas vidas humanas, de imensos valores materiais.

A acentuação do parasitismo está indissoluvelmente ligada com o fato de que gigantescas massas de homens se separam do trabalho socialmente útil. Cresce o exército de desempregados, aumenta a parte de população ocupada no serviço das classes exploradoras, no aparelho estatal, bem como na incrivelmente inflacionada esfera da circulação.

A decomposição do capitalismo se manifesta, além disso, no fato de que a burguesia imperialista, à custa dos seus lucros da exploração das colônias e países dependentes, sistematicamente, por meio de um mais alto salário e de outras esmolas, suborna uma pouco numerosa parte de operários qualificados, a chamada aristocracia operária. Com o apoio da burguesia, a aristocracia operária ocupa postos de comando numa série de sindicatos e, ao lado de elementos pequeno-burgueses, compõe o núcleo dos partidos socialistas de direita, representando sério perigo para o movimento operário. Esta camada de operários aburguesados é a principal base social do oportunismo.

O oportunismo no movimento operário representa a sua adaptação aos interesses da burguesia através do solapamento da luta revolucionária do proletariado pela libertação da escravidão capitalista. Cindindo as fileiras da classe operária, os oportunistas impedem os operários de unificar suas forças para a derrocada do capitalismo. Nisto consiste uma das causas do fato de que, em muitos países, a burguesia ainda se mantém no poder.

Ao capitalismo pré-monopolista, com a sua livre concorrência, correspondia, na qualidade de superestrutura política, uma limitada democracia burguesa. O imperialismo, com o seu domínio dos monopólios, caracteriza-se pela reviravolta da democracia à reação política, na política interna e externa dos Estados burgueses. A

reação burguesa, em *toda* a linha, é inerente ao imperialismo. Os dirigentes dos monopólios ou os seus agentes ocupam os postos mais importantes nos governos e em todo o aparelho estatal.

O Estado imperialista burguês, em mãos dos monopólios, se converte em instrumento da reação que esmaga os movimentos revolucionário e de libertação nacional. Isto provoca a necessidade do reforço, de todas as maneiras, da luta das massas pela democracia, contra o imperialismo e a reação.

O capitalismo em geral e o imperialismo em particular convertem a democracia numa ilusão e, ao mesmo tempo, o capitalismo engendra aspirações democráticas nas massas, cria instituições democráticas, agrava o antagonismo entre o imperialismo, que nega a democracia, e as massas que aspiram a democracia.

Tem imensa significação, na época do imperialismo, a luta das mais amplas massas populares, dirigidas pela classe operária (núcleo do proletariado) contra a reação engendrada pelo imperialismo. Precisamente da atividade, da capacidade de organização e da decisão das massas populares é que depende a derrota dos desumanos intentos das forças agressivas do imperialismo, continuamente preparando, para os povos, novas e pesadas provas e catástrofes guerreiras.

#### **4.15 O Imperialismo – Vésperas da Revolução Socialista**

O imperialismo é o *capitalismo agonizante*. O imperialismo aguça todas as contradições do capitalismo até os limites extremos, após os quais se inicia a revolução. As mais importantes destas contradições são as seguintes:

**Em primeiro lugar**, a *contradição entre o trabalho e o capital*. O domínio dos monopólios e da oligarquia financeira nos países capitalistas conduz à elevação do grau de exploração das classes trabalhadoras. A piora da situação material e a intensificação da opressão política sobre a classe trabalhadora provocam o crescimento da sua indignação e conduzem ao agravamento da luta de classes

entre o proletariado e a burguesia. Nestas condições, a luta da classe se eleva para um novo degrau, uma vez que se volta cada vez mais contra todo o sistema da exploração capitalista. O imperialismo leva o proletariado às proximidades da revolução socialista.

**Em segundo lugar, a contradição entre as potências imperialistas.** Na luta pelos elevados lucros monopolistas, chocam-se os monopólios dos diversos países, uma vez que cada grupo de capitalistas se esforça para garantir para si o predomínio, através da conquista de mercados de venda, de fontes de matérias-primas e de esferas de aplicação do capital. A encarniçada luta entre os países imperialistas por esferas de influência se funde, numa série de casos, com guerras imperialistas que enfraquecem as posições do capitalismo, acentuam a indignação das massas e impelem-nas para o caminho revolucionário da luta contra o regime capitalista.

**Em terceiro lugar, a contradição entre os povos oprimidos das colônias e países dependentes e as potências imperialistas que os exploram.** Como resultado da intensificação do jugo imperialista, bem como do desenvolvimento do capitalismo nas colônias e semicolônias, cresce o movimento de libertação nacional contra o imperialismo. O movimento de libertação nacional, dos povos das colônias e países dependentes contra o colonialismo, funde-se cada vez mais com a luta revolucionária da classe proletária dos países imperialistas contra o sistema de opressão capitalista.

Tais são as principais contradições que caracterizam o imperialismo como capitalismo agonizante. Isto não significa que o capitalismo pode morrer por si mesmo, à maneira de uma “bancarota automática”, sem a luta decidida das massas populares, dirigidas pela classe operária (núcleo do proletariado), pela liquidação do domínio da burguesia. Isto significa somente que o imperialismo é o estágio do desenvolvimento do capitalismo, no qual a revolução proletária se tornou uma inevitabilidade prática. Daí, o porquê Lênin caracterizou o imperialismo como vésperas da revolução socialista.

#### 4.16 O Capitalismo Monopolista de Estado

Na época do imperialismo, a vida econômica dos países capitalistas é dominada pelo capital monopolista. Processa-se o enorme crescimento da socialização capitalista da produção, da concentração e centralização do capital, o que conduz ao reforçamento cada vez maior do poderio do capital. Por tal motivo, também a atividade do Estado burguês se subordina cada vez mais aos interesses da oligarquia financeira. Sob o imperialismo, o papel do Estado burguês na vida econômica cresce consideravelmente em relação à época pré-imperialista. As agressões do capital monopolista, no terreno das relações exteriores, engendram o crescimento do militarismo, o que provoca o aumento das despesas militares e a ampliação da propriedade estatal sob a forma de empresas militares, usinas metalúrgicas, minas de carvão, estradas de ferro, etc..

Índice do reforçamento do papel do Estado burguês na economia é o enorme crescimento dos orçamentos estatais dos países capitalistas.

A receita do orçamento federal dos Estados Unidos cresceu de 567 milhões de dólares em 1899 / 1900 para:

5.152 milhões de dólares em 1918 / 1919;

44.475 milhões de dólares em 1944 / 1945;

68.165 milhões de dólares em 1955 / 1956.

A quantidade de pessoas, ocupadas no aparelho estatal dos Estados Unidos, cresceu, de 1929 a 1956, em aproximadamente 2,8 vezes. As despesas vinculadas com a militarização e com a inchação do aparelho estatal absorvem uma parte crescente da renda nacional. Em 1929, foram gastos, nas compras governamentais de mercadorias e serviços nos Estados Unidos, 8,5 bilhões de dólares. Tais gastos, durante seis anos (1951 / 1956), foram, em média, de 76,3 bilhões de dólares por ano, ou seja, 25% da renda nacional.

No período do imperialismo, processa-se a união entre o aparelho estatal e os monopólios. Os economistas burgueses, os reformistas e os revisionistas, pretendendo embelezar o capitalismo, representam esse processo como subordinação dos monopólios ao Estado, no interesse de todo o povo. O Estado imperialista é pintado por eles como força acima das classes, livre para reprimir os apetites dos monopólios. Na realidade, todavia, os monopólios, que dominam na economia, subordinam a si o aparelho estatal e o utilizam para a multiplicação dos lucros e o reforço do seu domínio.

Ocorre um processo de conversão do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado. Um forte impulso para o desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado foi dado pela Primeira Guerra Mundial.

O *capitalismo monopolista de Estado* é a forma do capitalismo monopolista que se caracteriza pelo mais elevado grau de socialização capitalista da produção, pela unificação dos monopólios privados e estatais, pela subordinação do aparelho estatal aos monopólios. O capital monopolista utiliza o aparelho estatal para intervir na economia do país, com o objetivo de garantir o elevado lucro monopolista e reforçar o seu domínio econômico e político.

A crescente intervenção do Estado burguês na vida econômica se expressa em formas variadas. Para as mãos do Estado burguês passam empresas isoladas, ramos e funções econômicas (provisão de força de trabalho, abastecimento de matérias-primas raras, sistema de racionamento da distribuição de produtos, construção de empresas militares, financiamento da militarização da economia, etc.), conservando-se no país o domínio da propriedade privada dos meios de produção.

A subordinação do aparelho estatal aos monopólios se processa, em primeiro lugar, por meio da união pessoal. Com frequência crescente, os maiores magnatas do capital ocupam os mais importantes postos nos governos dos países burgueses. Trava-se, entre os grandes monopólios, uma aguda luta pela ocupação dos mais importantes postos no aparelho estatal. Por outro lado, ministros, generais,

diplomatas, ao entrar em reforma, recebem habitualmente grandes e rendosos postos nos monopólios dirigentes.

Os monopólios dominantes tomam em suas mãos a propriedade estatal e a utilizam no seu interesse. A propriedade estatal surge, nos países capitalistas, como resultado da construção de empresas, estradas de ferro, arsenais, etc., às custas do orçamento estatal, bem como através da nacionalização, ou seja, da transferência de empresas privadas isoladas às mãos do Estado que paga uma pródiga indenização. Em que pesem as afirmações dos economistas burgueses e dos oportunistas que representam a estatização das empresas, sob o domínio do capital monopolista, como “transição ao socialismo”, isto nada tem de comum com o socialismo. A propriedade estatal nos países burgueses representa uma variedade da propriedade capitalista, com a diferença de que o proprietário da empresa não é aqui o capitalista isolado, mas o Estado burguês que se encontra na dependência do capital monopolista. Os órgãos de direção das empresas nacionalizadas se compõem, como regra, dos representantes dos monopólios mais poderosos. Os monopólios se enriquecem com a construção de empresas estatais. Não raro, as empresas estatais são entregues em arrendamento às grandes firmas, por contratos muito vantajosos. Os monopólios recebem do Estado uma série de vantagens e privilégios, como, por exemplo, tarifas vantajosas de energia elétrica, de frete ferroviário, etc..

Nos países capitalistas, pratica-se amplamente a chamada *reprivatização*, ou seja, a transferência das empresas estatais às mãos privadas, habitualmente a preço ínfimo.

A nacionalização burguesa é uma das formas de reforçamento do capitalismo monopolista de Estado. Os Estados burgueses utilizam a nacionalização das empresas capitalistas privadas com o fim de reforçar a militarização da economia no período de preparação para a guerra e particularmente em tempo de guerra, visando fortalecer seu poder militar-policial.



Ao mesmo tempo, a nacionalização burguesa, sendo uma das formas de socialização capitalista da produção, favorece a criação das premissas material-produtivas para a organização da formação socialista, após a vitória da revolução socialista.

Uma particular importância tem a nacionalização das empresas estrangeiras nos países subdesenvolvidos, as quais se desprendem do sistema imperialista. Nestes países, a nacionalização se apresenta como um dos meios de luta anti-imperialista e de garantia da independência econômica do país.

Ali onde existe um forte partido proletário, apoiado no movimento operário de massas, que é amplamente representado no parlamento e exerce substancial influência na orientação da sua atividade, a nacionalização das empresas pode ser aproveitada pela classe operária e pelas vastas massas de trabalhadores na luta contra a onipotência do capital monopolista.

A construção de empresas estatais, às custas do orçamento, realiza-se amplamente nos Estados Unidos. Nos anos da Segunda Guerra Mundial (de 1940 a 1945), foram invertidos, na indústria de transformação dos Estados Unidos, 25.792 milhões de dólares, dos quais somente 8.623 milhões de dólares corresponderam às inversões privadas, enquanto 17169 milhões de dólares couberam às inversões estatais. No período de após-guerra, grandes inversões às custas do orçamento são promovidas na indústria de produção de armas atômicas.

Nos Estados Unidos, após a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, foram transferidas às firmas privadas, por preço ínfimo, muitas empresas construídas às custas do Estado, sendo que a sua massa fundamental caiu em mãos dos mais fortes monopólios.

Na Inglaterra, foram nacionalizados:

Em 1946, o Banco da Inglaterra;

Em 1947, a indústria carbonífera, bem como as comunicações radiotelegráficas com o exterior;

Em 1948, a indústria de energia elétrica, bem como os transportes ferroviário, automobilístico e aquático;

Em 1951, a siderurgia.

Os proprietários das empresas nacionalizadas, muitas das quais eram deficitárias, receberam uma indenização no valor de 2,56 bilhões de libras esterlinas.

Os monopólios se enriquecem com a obtenção de encomendas do Estado, gerando enormes lucros. Sob o pretexto de “estímulo à iniciativa econômica”, o Estado burguês fornece, aos grandes empresários, enormes somas, sob a forma de empréstimos e subvenções sem resgate. No caso de bancarrota dos monopólios, estes recebem do Estado meios para a cobertura dos déficits, enquanto a sua dívida de impostos ao Estado é riscada. Desta maneira, enormes somas, recebidas por conta do crescimento dos impostos, que pesam sobre as massas trabalhadoras, são traspassadas por meio do orçamento para os bolsos dos monopolistas.

Apoiando-se no aparelho estatal, os monopólios promovem a política de “congelamento do salário (ou seja, de proibição da elevação do salário nominal, apesar do crescimento dos preços e impostos), de proibição da luta grevista, etc..

Com a ajuda do poder estatal, os monopólios se apossam das fontes de matérias-primas, das esferas de aplicação de capitais, dos mercados de venda.

No interesse do reforço do poder dos grandes monopólios, o poder estatal favorece ativamente a concentração e centralização do capital, obriga os empresários independentes, através de medidas especiais, a se submeterem as uniões monopolistas, ao passo que, em tempo de guerra, promove a concentração coercitiva da produção, fechando muitas pequenas e médias empresas.

Estabelecendo elevados direitos aduaneiros para as mercadorias importadas e estimulando a exportação de mercadorias, por meio do pagamento de direitos de

exportação, o Estado facilita aos monopólios a conquista de novos mercados através do “dumping”.

Os enormes meios, concentrados em mãos do Estado, dão-lhe a possibilidade de exercer determinada influência sobre a conjuntura econômica. Assim é que, ao gastar grandes somas na construção de empresas estatais, autoestradas, ferrovias, etc. e ao dar encomendas às grandes firmas de armamentos, o Estado suscita a procura de equipamentos e materiais de construção, favorecendo o enriquecimento dos monopolistas. As medidas econômicas do Estado podem, em determinado momento, aliviar a queda da produção no país ou mesmo provocar certa reanimação da conjuntura.

Com esse fundamento, os defensores do capitalismo afirmam que o Estado se teria tornado força decisiva na economia dos países capitalistas e seria capaz de assegurar a direção planejada da economia nacional. De fato, porém, o Estado burguês não pode dirigir planejadamente a economia, uma vez que a base da economia no capitalismo é a propriedade privada dos meios de produção e a exploração do homem pelo homem.

A influência reguladora na produção por parte do Estado burguês, em determinadas empresas, trustes, ramos da economia, promovida no interesse dos grandes monopólios, não somente não elimina, mas agrava a concorrência entre as uniões monopolistas e aguça a anarquia na economia capitalista em conjunto.

O capitalismo monopolista de Estado se revela incapaz de “renovar” e “sanear” a economia nacional. O Estado burguês está longe de ser uma força determinante na economia e não pode dirigi-la planejadamente, uma vez que é impotente diante das leis econômicas do capitalismo que atuam como flagelos espontâneos. O domínio dos monopólios, que aspiram a assegurar o lucro máximo, leva a um grau extremo o caráter caótico da economia nacional.

O capitalismo monopolista de Estado conduz ao agravamento de todas as contradições do regime burguês. A regulação da economia no sentido da garantia do

elevado lucro monopolista para os magnatas do capital financeiro, em detrimento da classe operária e das massas trabalhadoras, o incremento do desemprego, o crescimento da carestia da vida e dos impostos, em ligação com a militarização da economia, tudo isto conduz à limitação cada vez maior da procura solvente de mercadorias por parte dos trabalhadores e cria as premissas para novas crises econômicas de superprodução.

O desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado reforça o poder dos monopólios, leva ao crescimento da opressão e à elevação do grau de exploração da classe operária, do campesinato e de amplas camadas da intelectualidade, ao fortalecimento da reação e do despotismo militar.

Ao caracterizar a influência do capitalismo monopolista de Estado na situação das massas, Lênin indicou que, conservando-se a propriedade privada dos meios de produção, todos estes passos para uma maior monopolização e maior estatização da produção, inevitavelmente são acompanhados da intensificação da exploração das massas trabalhadoras, da intensificação da opressão, de maiores dificuldades para a resistência aos exploradores, de intensificação da reação e do despotismo militar e, ao mesmo tempo, conduzem ao incalculável crescimento dos lucros dos grandes capitalistas, às custas de todas as demais camadas da população, à escravização das massas trabalhadoras por muitos decênios, como tributo aos capitalistas, sob a forma do pagamento de bilhões à conta de juros de empréstimos.

Tudo isto provoca o agravamento das contradições entre explorados e exploradores, conduz ao incremento da coesão e da capacidade de organização da classe proletária na sua luta pela libertação, pela reestruturação do mundo a partir dos princípios do socialismo.

O desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado, ao acelerar a socialização capitalista da produção, cria as premissas materiais para a substituição do capitalismo pelo socialismo. Lênin indicou que o capitalismo monopolista de Estado é a mais completa preparação material do socialismo.

#### **4.17 A Lei da Desigualdade do Desenvolvimento Econômico e Político dos Países Capitalistas no Período do Imperialismo**

Sob o Capitalismo, as empresas isoladas e os ramos da produção de um país não podem desenvolver-se de modo uniforme. Nas condições da concorrência e da anarquia da produção, é inevitável o desenvolvimento desigual de uns ramos, regiões e países, em contraste com os ritmos lentos e mesmo a queda de outros. Todavia, na época pré-monopolista, a produção estava dispersa entre grande quantidade de empresas, reinava a livre concorrência e não havia o domínio dos monopólios. O capitalismo ainda podia desenvolver-se de modo relativamente suave. Os países, que se adiantavam a outros, faziam-no no decurso de longo período de tempo. No globo terrestre, existiam então amplos territórios, ainda não ocupados pelos países capitalistas. Os problemas se resolviam sem choques armados de escala mundial.

A situação se modificou radicalmente com a passagem para o capitalismo monopolista, quando já havia sido concluída a divisão do mundo entre as potências imperialistas e elas conduziam aguda luta pela redivisão do mundo. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da técnica, em grau antes desconhecido, abre para alguns países capitalistas a possibilidade de ultrapassar outros países capitalistas, com rapidez, aos saltos. Os países que ingressaram mais tarde no caminho do desenvolvimento do capitalismo utilizam os resultados preparados pelo progresso técnico, as máquinas, métodos de produção, etc.. Daí o desenvolvimento rápido, *sob a forma de saltos*, de uns países e o atraso do crescimento de outros. Este desenvolvimento, sob a forma de saltos, intensifica-se extraordinariamente também com a exportação de capital, as crises econômicas e as guerras, particularmente mundiais. Cria-se, para alguns países, a possibilidade de ultrapassar rapidamente outros países, afastá-los dos mercados e alcançar, à mão armada, a redivisão do mundo já dividido. No período do imperialismo, a desigualdade do desenvolvimento dos países capitalistas adquire significação da maior importância para o desenvolvimento social, para o amadurecimento das premissas e o desenvolvimento da revolução socialista.

A correlação de forças das potências imperialistas modifica-se com rapidez inaudita. Em consequência disso, processa-se muito desigualmente a modificação das forças militares dos países imperialistas. A correlação de forças econômicas e militares em modificação conduz ao choque com a velha distribuição das colônias e esferas de influência. Isto engendra inevitavelmente a guerra pela divisão do mundo já dividido. A comprovação do poderio real de tais ou quais grupos imperialistas se faz através de guerras sangrentas e devastadoras.

Em 1860, o primeiro lugar na produção industrial do mundo era ocupado pela Inglaterra. A França seguia nos seus rastros. A Alemanha e os Estados Unidos ainda não haviam então ingressado na arena mundial. Passado um decênio e o país de jovem capitalismo em rápido desenvolvimento, os Estados Unidos, alcançou a França e trocou de lugar com ela. Passado mais um decênio, os Estados Unidos alcançavam a Inglaterra e ocupavam o primeiro lugar na produção industrial do mundo, ao passo que a Alemanha alcançava a França e ocupava o terceiro lugar, após os Estados Unidos e a Inglaterra. Ao iniciar-se o século XX, a Alemanha afastara a Inglaterra, ocupando o segundo lugar, após os Estados Unidos. Em consequência das modificações na correlação de forças dos países capitalistas, processou-se a cisão do mundo capitalista em alianças imperialistas hostis, surgindo as guerras mundiais.

A desigualdade do desenvolvimento dos países capitalistas condiciona o agravamento das contradições no campo do imperialismo, provoca choques guerreiros que conduzem ao mútuo enfraquecimento dos imperialistas. A frente mundial do imperialismo se torna vulnerável à revolução proletária. Nesta base, pode ocorrer o rompimento da frente naquele elo, em que a cadeia da frente imperialista seja mais fraca, naquele ponto em que se formam as condições mais favoráveis para a vitória do proletariado.

A desigualdade do desenvolvimento econômico, na época do imperialismo, determina também a desigualdade do desenvolvimento político, a qual implica em diversidade de tempo de amadurecimento das premissas políticas da revolução proletária nos diversos países. Entre estas premissas, incluem-se, antes de tudo, a

agudeza das contradições de classe e o grau de desenvolvimento da luta de classes, o nível da consciência de classe, a capacidade de organização política e a decisão revolucionária do proletariado, sua capacidade para dirigir as massas fundamentais do campesinato.

A lei da desigualdade do desenvolvimento econômico e político dos países capitalistas, no período do imperialismo, constitui o ponto de partida da teoria leninista sobre a possibilidade de vitória do socialismo inicialmente em alguns países ou mesmo num só país, tomado isoladamente.

Em meados do século XIX, ao estudar o capitalismo pré-monopolista, Marx e Engels chegaram à conclusão de que a revolução socialista só poderia vencer simultaneamente em todos ou na maioria dos países civilizados. Entretanto, em princípios do século XX, particularmente no período da Primeira Guerra Mundial, a situação modificou-se radicalmente. O capitalismo pré-monopolista havia passado a capitalismo monopolista. O capitalismo ascendente se converteu em capitalismo descendente. A guerra descobriu debilidades incuráveis na frente imperialista mundial. Ao mesmo tempo, a lei da desigualdade do desenvolvimento predeterminou a diversidade de tempo de amadurecimento da revolução proletária nos diversos países. Partindo da lei da desigualdade do desenvolvimento do capitalismo na época do imperialismo, Lênin chegou à conclusão de que a velha fórmula de Marx e Engels já não correspondia às novas condições históricas, de que, nas novas condições, a revolução proletária pode vencer integralmente num país, tomado isoladamente, de que a vitória simultânea da revolução socialista em todos os países ou na maioria dos países civilizados é impossível, em virtude da desigualdade de amadurecimento da revolução nesses países.

A desigualdade do desenvolvimento econômico e político, escreveu Lênin, é uma lei incondicional do capitalismo. Daí, decorre que é possível a vitória do socialismo inicialmente em alguns ou mesmo num país capitalista, tomado isoladamente.

Esta era uma nova teoria da revolução socialista, criada por Lênin. Esta teoria enriqueceu o marxismo, fazendo-o avançar, abrindo a perspectiva revolucionária aos proletários de diversos países.

Em ligação com o fato de que, no período do imperialismo, se concluiu a formação do sistema capitalista de economia mundial, os diversos países se convertem em elos de uma só cadeia.

Os traços característicos do sistema capitalista de economia mundial são os seguintes:

Subordinação da economia dos países atrasados e sua conversão em apêndice da economia das potências imperialistas;

Liquidação da independência econômica e política dos países subdesenvolvidos e sua conversão em colônias e semicolônias;

Luta encarniçada dos países metropolitanos desenvolvidos pelos mercados de venda e esferas de aplicação de capital;

Pelo domínio das colônias.

Estas relações de domínio e subordinação, de luta de concorrência, existentes entre os países do sistema mundial do capitalismo, criam contradições insuperáveis, conflitos e choques entre eles. A desigualdade do desenvolvimento dos diversos países muda constantemente a correlação de forças dentro do sistema mundial do capitalismo, agravando ao extremo aquelas contradições.

As condições objetivas para a revolução socialista amadureceram em todo o sistema mundial da economia capitalista. Nas condições do imperialismo, a revolução socialista não vence obrigatoriamente, em primeiro lugar, nos países em que o capitalismo é mais desenvolvido e o proletariado representa a maioria da população, mas, antes de tudo, nos países que constituem o elo débil na cadeia do imperialismo mundial. Em tais condições, a existência, na composição deste sistema, de países insuficientemente desenvolvidos no sentido industrial, não pode servir de obstáculo à revolução.



Na época do imperialismo, quando o movimento revolucionário cresce em todo o mundo, a burguesia imperialista entra em aliança com todas as forças reacionárias, sem exceção, utilizando de todas as maneiras para impedir o avanço do processo revolucionário.

#### **4.18 A Essência da Crise geral do Capitalismo**

*A crise geral do capitalismo* é a crise multilateral do sistema capitalista mundial em conjunto, que se caracteriza por guerras e revoluções, pela luta entre o capitalismo agonizante e despontar do socialismo. A crise geral do capitalismo abrange todos os aspectos do capitalismo, seja a economia como a política. A crise geral do capitalismo significa o enfraquecimento cada vez maior do sistema capitalista mundial.

O principal sintoma da crise geral do capitalismo é a cisão do mundo em dois sistemas: o capitalista e o socialista. A crise geral do capitalismo se caracteriza também pela crise do sistema colonial do imperialismo. Em ligação com o agravamento do problema dos mercados, surgem a crônica atividade das empresas abaixo de sua capacidade e o crônico desemprego em massa.

A desigualdade de desenvolvimento dos países capitalistas na época do imperialismo, com o decurso do tempo, engendra a não correspondência da divisão existente de mercados de venda, de esferas de influência e de colônias à modificada correlação de forças dos principais países capitalistas. Nesta base, processa-se uma brusca violação do equilíbrio dentro do sistema capitalista mundial, formam-se agrupamentos hostis de países capitalistas, o que conduz a guerras entre eles. As guerras mundiais debilitam as forças do imperialismo, facilitam o rompimento da frente imperialista e o afastamento de determinados países do sistema capitalista.

A crise geral do capitalismo abrange todo um período histórico que é parte integrante da época do imperialismo. Como já foi observado, a lei da desigualdade do desenvolvimento econômico e político dos países capitalistas, na época do

imperialismo, predetermina a diversidade do tempo de amadurecimento da revolução socialista nos diversos países. Lênin indicou que a crise geral do capitalismo não é um ato simultâneo, mas um período prolongado de tempestuosos abalos econômicos e políticos, de agravamento da luta de classes, um período de bancarrota do capitalismo em toda a sua extensão e de nascimento da sociedade socialista. Isto determina a inevitabilidade histórica da prolongada coexistência dos dois sistemas — o socialista e o capitalista.

A crise geral do capitalismo se iniciou no período da Primeira Guerra Mundial e se desenvolveu como resultado do afastamento da Rússia do sistema capitalista. Esta foi a *primeira etapa* da crise geral do capitalismo. No período da Segunda Guerra Mundial e, em seguida a ela, do afastamento dos países democrático-populares, na Europa e na Ásia, do sistema capitalista, iniciou-se a *segunda etapa* da crise geral do capitalismo.

#### **4.19 A Primeira Guerra Mundial**

A Primeira Guerra Mundial foi o resultado do agravamento das contradições entre as potências imperialistas no terreno da luta pela redivisão do mundo e das esferas de influência. Ao lado das velhas potências imperialistas, surgiram novos atores que chegaram atrasados para a divisão do mundo. Surgiu na cena o imperialismo alemão. Foi depois de uma série de outros países que a Alemanha ingressou no caminho do desenvolvimento capitalista e compareceu à partilha dos mercados e esferas de influência, quando o mundo já estava dividido entre as velhas potências imperialistas. Entretanto, já em começos do século XX, ao ultrapassar a Inglaterra, a Alemanha ocupou o segundo lugar no mundo e o primeiro na Europa, no que se refere ao nível de desenvolvimento industrial. A Alemanha passou a deslocar a Inglaterra e a França dos mercados mundiais. A modificação da correlação de forças econômicas e militares dos principais países capitalistas levou ao agravamento da luta pela redivisão do mundo. Na luta pela redivisão do mundo, a Alemanha, em aliança com a Áustria-Hungria, se chocou com a Inglaterra, a França e a Rússia czarista.

A luta entre os dois blocos imperialistas, o anglo-francês e o alemão, pela redivisão do mundo, atingia os interesses de todos os países imperialistas e, por isso, levou à guerra mundial, na qual, mais adiante, tomaram parte o Japão, os Estados Unidos e uma série de outros países. A Primeira Guerra Mundial teve, por ambos os lados, caráter imperialista.

A guerra abalou o mundo capitalista até os seus fundamentos mais profundos. Pela sua envergadura, ela deixou longe todas as guerras precedentes na história da humanidade. Esta guerra foi uma fonte de enorme enriquecimento dos monopólios, em especial, enriqueceram-se os capitalistas dos Estados Unidos. Os lucros de todos os monopólios americanos, em 1917, superaram o nível dos lucros de 1914 em 3 a 4 vezes. Durante os cinco anos de guerra (de 1914 a 1918), os monopólios norte-americanos obtiveram mais de 35 bilhões de dólares de lucro (antes do pagamento de impostos). Os maiores monopólios aumentaram seus lucros em dezenas de vezes.

A população dos países participantes ativos da guerra era constituída de cerca de 801 milhões de pessoas. Cerca de 70 milhões de pessoas foram chamadas às armas. A guerra devorou tantas vidas humanas quantas morreram em todas as guerras da Europa, num milênio. O número de mortos atingiu 10 milhões e o de feridos e mutilados superou 20 milhões. Milhões de homens morreram de fome e de epidemias. A guerra trouxe um dano colossal à economia dos países beligerantes. As despesas militares diretas das potências beligerantes, durante todo o tempo da guerra (1914 / 1918), atingiram 208 bilhões de dólares (a preços dos anos correspondentes).

Ao tempo da guerra, ainda mais cresceu o papel dos monopólios. A “regulação” militar da economia foi utilizada para o enriquecimento dos grandes monopólios. Numa série de países, foi prolongado o dia de trabalho, proibidas as greves, introduzidos regulamentos militares e o trabalho obrigatório nas empresas. As encomendas militares estatais, por conta do orçamento, foram a fonte principal do inaudito crescimento dos lucros. As despesas militares, ao tempo da guerra, absorveram uma parte enorme da renda nacional e foram cobertas, antes de tudo,

por meio do aumento de impostos sobre os trabalhadores. A parte fundamental das verbas de guerra foi entregue aos monopolistas sob a forma de pagamento de encomendas militares, de empréstimos e subsídios sem resgate. Os preços das encomendas de guerra garantiam aos monopólios enormes lucros. Lênin denominou os fornecimentos militares de dilapidação legalizada. Os monopólios se enriqueceram à custa da redução do salário real dos operários, com a ajuda da inflação, bem como à custa da pilhagem direta dos territórios ocupados. No tempo da guerra, nos países europeus, foi introduzido o sistema de racionamento para a distribuição de produtos, o que limitava o consumo dos trabalhadores a uma ração de fome.

A guerra levou ao extremo a miséria e o sofrimento das massas, agravou as contradições de classe e provocou o ascenso da luta revolucionária da classe operária e dos camponeses trabalhadores nos países capitalistas. Ao mesmo tempo, havendo-se convertido de europeia em mundial, a guerra atraiu, para a sua órbita, também a retaguarda do imperialismo, as colônias e países dependentes, o que facilitou a unificação do movimento revolucionário na Europa com o movimento de libertação nacional dos povos do Oriente.

A guerra debilitou o capitalismo mundial. A guerra histórica, escreveu Lênin, significa grandiosa crise histórica, o início de uma nova época. Como qualquer crise, a guerra agravou profundamente as contradições latentes e as trouxe a luz do dia. Despertou um poderoso ascenso do movimento revolucionário, anti-imperialista.

#### **4.20 A Vitória da Grande Revolução Russa de Outubro**

A revolução proletária rompeu a frente imperialista, em primeiro lugar, na Rússia, que se revelou o elo mais fraco na cadeia do imperialismo. A Rússia era o ponto nodal de todas as contradições do imperialismo. Na Rússia, a onipotência do capital se entrelaçava com o despotismo czarista, com as sobrevivências da servidão e o jugo colonial nas relações com os povos não russos.

A Rússia czarista era reserva do imperialismo ocidental, como esfera de aplicação de capital estrangeiro, que detinha em suas mãos os ramos decisivos da indústria de combustíveis, metalúrgica e outras, constituindo um apoio do imperialismo ocidental no Oriente. Os interesses do czarismo e do imperialismo ocidental se unificavam.

A elevada concentração da indústria russa e a existência de um partido revolucionário, como o Partido Comunista, converteram a classe operária da Rússia numa formidável força política do país. O proletariado russo possuía um aliado, como o campesinato pobre, que constituía a grande maioria da população camponesa. Nestas condições, a revolução democrático-burguesa na Rússia deveria inevitavelmente transformar-se em revolução socialista, tomar um caráter internacional e abalar os próprios fundamentos do imperialismo mundial.

A Grande Revolução de Outubro constituiu uma reviravolta radical na história universal da humanidade, tendo aberto uma nova época, a época das revoluções proletárias nos países imperialistas e do movimento de libertação nacional nas colônias. A Revolução de Outubro retirou, do poder do capital, os trabalhadores de uma sexta parte da terra. Processou-se a divisão do mundo em dois sistemas: o capitalista e o socialista, o que representa a mais clara expressão da crise geral do capitalismo.

A guerra imperialista e suas consequências acentuaram a decomposição do capitalismo e solaparam o seu equilíbrio. Os primeiros anos, após a guerra de 1914 / 1918, foram um período de tremenda desordem na economia da maioria dos países capitalistas participantes da guerra, um período de encarniçada luta entre o proletariado e a burguesia. Como consequência do abalo do capitalismo mundial e sob a influência imediata da Grande Revolução de Outubro, ocorreu uma série de revoluções e manifestações revolucionárias, tanto no continente europeu, como nos países coloniais e semicoloniais.

A oposição à guerra contra a Rússia Soviética fortaleceu-se extraordinariamente em todos os países capitalistas, alimentando o movimento

revolucionário do proletariado e abrangendo massas muito amplas da democracia pequeno-burguesa. Agravou-se e agrava-se, a cada dia mais profundamente, a discórdia de interesses entre os diversos países imperialistas. O movimento revolucionário entre centenas de milhões dos povos oprimidos do Oriente cresce com força magnífica.

Ao escapar do caos econômico de após-guerra, o mundo capitalista entrou num período de estabilização relativa. O ascenso revolucionário foi substituído por um refluxo temporário da revolução numa série de países europeus. Tratava-se de uma temporária e parcial estabilização do capitalismo, alcançada à custa da intensificação da exploração dos trabalhadores. Sob a bandeira da “racionalização” capitalista, foi aplicada uma impiedosa intensificação do trabalho. A estabilização capitalista conduzia inelutavelmente ao agravamento das contradições entre operários e capitalistas, entre o imperialismo e os povos coloniais, entre os diversos países imperialistas.

Iniciada em 1929, a crise econômica mundial pôs fim à estabilização capitalista. Ao mesmo tempo, a economia nacional da URSS desenvolvia-se continuamente numa linha ascendente, sem crises e catástrofes. A União Soviética era então o único país que não conhecia as crises nem as demais contradições do capitalismo.

A indústria da União Soviética crescia sempre, a ritmos desconhecidos na história. Em 1938, a produção da grande indústria da URSS representava 911% em comparação com a produção de 1913, ao passo que a produção industrial dos Estados Unidos era somente 137,1%, a da Inglaterra de 114,5% e a da França, 105,8%.

#### **4.21 A Crise do Sistema Colonial do Imperialismo**

Um dos traços mais importantes da crise geral do capitalismo é a crise do sistema colonial. Surgida no período da Primeira Guerra Mundial, esta crise se

amplia e se aprofunda. A *crise do sistema colonial do imperialismo* consiste no brusco agravamento das contradições entre as potências imperialistas, por um lado, e os países coloniais e semicoloniais, por outro lado. Consiste no desenvolvimento da luta de libertação nacional dos povos oprimidos destes países, na libertação de uma série de colônias do jugo imperialista.

A Grande Revolução de Outubro desempenhou enorme papel no ascenso do movimento de libertação nacional nos países coloniais e semicoloniais. Ela despertou uma série de potentes movimentos nacional-libertadores nos países do Oriente colonial. A vitória da Revolução de Outubro teve a maior significação para o ascenso da luta de libertação nacional do grande povo chinês. Poderoso movimento de libertação nacional ergueu-se também na Índia, Indonésia e outros países. A Revolução Russa abriu a época das revoluções coloniais que trazem, aos povos das colônias, a emancipação do jugo imperialista.

No período da crise geral do capitalismo, cresce o papel das colônias como uma das fontes do elevado lucro monopolista. A intensificação da luta entre os imperialistas por mercados de venda e esferas de influência, o agravamento das dificuldades internas e das contradições nos países capitalistas, tudo isto conduz à acentuação da opressão imperialista nas colônias, ao crescimento da exploração dos povos das colônias e países dependentes. Isto suscita a intensificação da luta anti-imperialista, de libertação nacional.

A crise do sistema colonial é condicionada também pelo desenvolvimento da indústria e do capitalismo próprio nas colônias, o que agrava o problema do mercado capitalista mundial e conduz ao crescimento do proletariado industrial nas colônias.

A Primeira Guerra Mundial, ao tempo da qual diminuiu bruscamente a exportação de mercadorias industriais das metrópoles, deu importante impulso ao desenvolvimento industrial das colônias. No período entre as duas guerras, em consequência do aumento da exportação de capital para os países atrasados, o capitalismo continuou a se desenvolver nas colônias. Em ligação com isto, cresceu o proletariado nos países coloniais.

Na Índia, de 1914 a 1939, a quantidade total de empresas industriais cresceu de 2 874 a 10.466. Em ligação com isto, aumentou a quantidade de operários fabris. O número de operários da indústria de transformação da Índia era, em 1914, de 951 mil homens, ao passo que em 1939 já era de 1.751 milhão. Quanto ao número total de operários da Índia, incluindo mineiros, ferroviários e operários do transporte aquático, bem como operários das plantações, era em 1939 de cerca de 5 milhões de homens.

Na China (sem a Manchúria), de 1910 a 1937, o número de empresas industriais (com um mínimo de 30 operários) cresceu de 200 a 2.500, ao passo que o número dos operários ocupados nelas cresceu de 150 mil a 2.750 milhões. Contando com a Manchúria, mais desenvolvida no sentido industrial, o número de operários na indústria e no transporte (com exclusão das pequenas empresas), era, na China, as vésperas da Segunda Guerra Mundial, de cerca de 4 milhões de pessoas. Cresceu consideravelmente o proletariado industrial na Indonésia, na Maláia, nas colônias africanas e outras.

A classe operária das colônias é um combatente ativo e o mais conseqüente contra o imperialismo, capaz de dar coesão às massas de milhões do campesinato, às amplas camadas de trabalhadores e conduzir a revolução até o fim. Por todo o curso do desenvolvimento econômico e político, a classe operária das colônias se destaca sempre mais como força dirigente do movimento de libertação nacional.

O crescimento da classe operária, nos países coloniais, e o fortalecimento da luta nacional-libertadora dos povos destes países, no período da crise geral do capitalismo, constituem uma nova etapa no desenvolvimento do movimento de libertação nacional. No período da crise geral do capitalismo, o movimento de libertação nacional nas colônias se entrelaça, cada vez mais, com a luta da classe operária nas metrópoles.



#### **4.22 O Agravamento do Problema dos Mercados, o Crônico Funcionamento das Empresas Abaixo de sua Capacidade e o Crônico Desemprego das Massas**

Traço inevitável da crise geral do capitalismo é o agravamento do problema dos mercados. Este problema é provocado, em primeiro lugar, pelo afastamento de determinados países do sistema capitalista mundial e pela redução da esfera de domínio do capital. Assim é que, ao afastar-se do sistema capitalista, a Rússia, com os seus enormes mercados de venda e fontes de matérias-primas, não podia deixar de provocar sérios rompimentos dos vínculos mercantis do mundo capitalista. No período da crise geral do capitalismo, agrava-se a contradição entre o crescimento da produção, das possibilidades produtivas do capitalismo e a capacidade aquisitiva, em atraso, das massas, cujo nível de vida se reduz. O agravamento do problema dos mercados é suscitado, além disso, pelo desenvolvimento de um capitalismo próprio nas colônias e países dependentes, o qual começa a concorrer nos mercados com os velhos países capitalistas. O desenvolvimento da luta de libertação nacional dos povos dos países coloniais também dificulta a situação dos países imperialistas nos mercados externos.

O agravamento do problema dos mercados, no período da crise geral do capitalismo, não deve ser compreendido no sentido de redução absoluta da capacidade do mercado, de diminuição do volume de mercadorias em circulação. O volume total de mercadorias em circulação nos países capitalistas cresce, apesar da redução do território do mundo capitalista. O agravamento do problema dos mercados, no período da crise geral do capitalismo, se expressa no retardamento do crescimento da circulação de mercadorias em relação ao crescimento da produção e das possibilidades produtivas do capitalismo. Assim é que, num período de 16 anos, incluindo a Primeira Guerra Mundial (de 1913 a 1929), a produção industrial do mundo capitalista cresceu em 41%, enquanto o volume da exportação mundial (a preços constantes) cresceu em 21,5%. Durante 21 anos, incluindo a Segunda Guerra Mundial (de 1937 a 1958), a produção industrial do mundo capitalista cresceu em 96%, ao passo que o volume da exportação, a preços constantes, cresceu em 65%.

O agravamento do problema dos mercados engendrou fenômenos qualitativamente novos: o crônico funcionamento das empresas abaixo de sua capacidade e o crônico desemprego em massa.

Antes, o funcionamento abaixo da capacidade de fábricas e usinas, em massa, tinha lugar somente à época de crises econômicas. No período da crise geral do capitalismo, surge o *crônico funcionamento das empresas abaixo de sua capacidade*.

No período do ascenso de 1925 a 1929, a potência produtiva da indústria de transformação dos Estados Unidos foi aproveitada somente em 80%. De 1930 a 1934, o aproveitamento da potência produtiva da indústria de transformação baixou a 60%. Neste particular, é necessário considerar que a estatística burguesa dos Estados Unidos, ao calcular a potência produtiva da indústria de transformação, não levou em conta as empresas há longo tempo fora de funcionamento e tomou apenas um turno para condição de trabalho das empresas.

O *crônico desemprego em massa* se encontra em estreita ligação com o agravamento do problema do mercado e o crônico funcionamento das empresas abaixo de sua capacidade. Antes da Primeira Guerra Mundial, o exército de reserva do trabalho crescia nos anos de crise, mas, nos períodos de ascenso, reduzia-se a dimensões relativamente pequenas. No período da crise geral do capitalismo, o desemprego adquire enormes dimensões e se conserva num nível relativamente elevado também nos anos de reanimação e ascenso.

No momento do mais elevado ascenso da indústria entre as duas guerras mundiais, em 1929, a quantidade de desempregados totais era, nos Estados Unidos, de um milhão e meio de pessoas. Na Inglaterra, o número de desempregados totais, entre os trabalhadores segurados, no período de 1922 a 1938, não foi inferior a 1,2 milhão de pessoas por ano. Milhões de operários se contentavam com trabalho ocasional, sofriam de desemprego parcial.

O desemprego crônico em massa piora bruscamente a situação da classe operária. Tal desemprego dá aos capitalistas a possibilidade de acentuar a intensidade do trabalho nas empresas, de pôr para fora os operários já esgotados por um trabalho excessivo e escolher operários novos, mais fortes e saudáveis. Em ligação com isto, reduz-se a “idade operária” dos trabalhadores, o período de seu trabalho nas empresas. Cresce a inquietação dos trabalhadores com relação ao dia de amanhã. Os capitalistas aproveitam o desemprego crônico em massa para a redução do salário dos operários ocupados. Os ingressos da família operária reduzem-se também com a diminuição do número de membros da família, que trabalham.

Nos Estados Unidos, segundo dados da estatística burguesa, o crescimento do desemprego, de 1920 a 1933, foi acompanhado da queda do salário médio anual dos operários empregados na indústria, na construção e no transporte ferroviário, queda esta que foi de 1.483 dólares em 1920, a 915 dólares em 1933, ou seja, de 38,3%.

O desemprego crônico em massa exerce também grave influência na situação do campesinato. Em primeiro lugar, o desemprego restringe o mercado interno e diminui a procura de produtos agrícolas pela população urbana. Isto conduz ao aprofundamento das crises agrárias. Em segundo lugar, o desemprego piora a situação no mercado de trabalho, dificultando a incorporação à produção industrial dos camponeses arruinados que vão para a cidade em busca de trabalho. Como resultado disto, crescem a superpopulação agrária e o empobrecimento do campesinato. O desemprego crônico em massa, assim como o crônico funcionamento das empresas abaixo de sua capacidade, atesta a putrefação do capitalismo, sua incapacidade de utilizar as forças produtivas da sociedade.

A intensificação da exploração da classe operária e a redução do seu nível de vida, no período da crise geral do capitalismo, conduzem ao ulterior agravamento das contradições entre o trabalho e o capital.

#### **4.23 Modificações no Ciclo Capitalista**

Os novos fenômenos próprios da crise geral do capitalismo, agravamento do problema dos mercados, o crônico funcionamento das empresas abaixo da sua capacidade e o desemprego crônico em massa, as guerras mundiais e a crescente militarização da economia, conduzem a modificações essenciais no desenvolvimento do ciclo capitalista. O agravamento do problema do mercado, o crônico funcionamento das empresas abaixo de sua capacidade e o desemprego crônico em massa atuam no sentido da redução do ciclo, do aprofundamento das crises econômicas, do aumento da duração das fases de crise e depressão, da redução das fases de ascenso e reanimação.

As guerras e a militarização da economia, em consequência do crescimento dos exércitos e da produção de armamentos, criam habitualmente uma procura suplementar de armamentos e de objetos de consumo para as forças armadas, favorecendo, com isto, a temporária diminuição do desemprego e da capacidade ociosa das empresas. A militarização da economia pode levar a uma temporária reanimação da conjuntura e deter o desenvolvimento da crise em início ou tornar mais lenta a chegada de nova crise econômica. Mas as guerras e a militarização da economia não podem salvar a economia capitalista das crises.

Ao causar enorme destruição de forças produtivas, as guerras mundiais dão uma orientação unilateral ao desenvolvimento da economia nacional, acentuam, com isto, a desigualdade e a desproporcionalidade da economia capitalista, conduzem à redução do nível de vida da população, ao agravamento das contradições entre a produção e o consumo, preparando a chegada de novas crises, ainda mais profundas.

O desenvolvimento da produção capitalista, no período entre as duas guerras mundiais, reflete a ação destes fatores. Neste período, a duração do ciclo diminuiu um tanto, em média, a força destruidora das crises cresceu, a duração das fases de crise e depressão aumentou, ao passo que as fases de ascenso e reanimação reduziram-se.

No período entre as duas guerras mundiais, de 1919 a 1938, houve três crises econômicas: em 1919 / 1921, em 1929 / 1933 e em 1937 / 1938.

A profundidade da queda da produção aumentou consideravelmente. A produção da indústria de transformação dos Estados Unidos caiu, ao tempo da crise de 1920 / 1921 (do ano do mais alto ascenso antes da crise ao ano da mais profunda queda) em 23%, ao tempo da crise de 1929 / 1933 em 48,3%, ao tempo da crise de 1937 / 1938 em 23,3%.

Uma profunda e aguda crise na história do capitalismo foi a crise econômica de 1929 / 1933. Nesta crise, manifestou-se com grande força a influência da crise geral do capitalismo. Trata-se de uma crise cíclica nos marcos da crise geral do sistema capitalista, na época do capitalismo monopolista. Aqui, devemos compreender a interação dialética entre a crise geral e a crise periódica. Por um lado, a crise periódica adquire formas agudas inauditas, uma vez que se processa no terreno da crise geral do capitalismo e se determina pelas condições do capitalismo monopolista. Por outro lado, as devastações provocadas pela crise periódica, por sua vez, aprofundam, aceleram a crise geral do sistema capitalista.

A crise econômica de 1929 / 1933 abrangeu todos os países do mundo capitalista, sem exceção. Em vista disso, tornou-se impossível que uns países manobrassem à custa de outros. A crise golpeou, com a maior força, o maior país do capitalismo moderno, os Estados Unidos da América. A crise industrial nos principais países capitalistas se entrelaçou com a crise agrária, o que conduziu ao aprofundamento da crise econômica em conjunto. A produção industrial, em todo o mundo capitalista, caiu em 37%, sendo que caiu ainda mais em alguns países isolados. O volume do comércio mundial se reduziu em um terço. As finanças dos países capitalistas chegaram à completa desorganização. A quantidade de desempregados atingiu enormes proporções.

A porcentagem de desempregados totais, no momento da maior queda da produção, segundo dados oficiais, era, nos Estados Unidos, de 32% e na Inglaterra, de 22%.

Na Alemanha, a porcentagem dos desempregados totais, entre os membros dos sindicatos, atingiu, em 1932, a 43,8%, e dos desempregados parciais, a 22,6%.

Em cifras absolutas, o número de desempregados totais, em 1932, era o seguinte:

Nos Estados Unidos, segundo dados oficiais, 13,2 milhões de pessoas;

Na Alemanha, 5,5 milhões;

Na Inglaterra, 2,8 milhões.

Em todo o mundo capitalista, em 1933, existiam 33 milhões de pessoas inteiramente desempregadas. Enormes proporções atingiu o número dos semidesempregados. Assim, nos Estados Unidos, o número dos semidesempregados era, em fevereiro de 1932, de 11 milhões de pessoas.

O crônico funcionamento das fábricas e usinas, abaixo de sua capacidade, e a queda da capacidade aquisitiva das massas dificultam a saída da crise. O crônico funcionamento das empresas, abaixo de sua capacidade, limita os marcos da renovação e da ampliação do capital fixo e obstaculiza a passagem da depressão à reanimação e ao ascenso. No mesmo sentido, atuam o desemprego crônico em massa e a política dos altos preços monopolistas que restringe a ampliação da venda de objetos de consumo. Em consequência disso, prolonga-se a fase de crise.

A reanimação e o ascenso, que chegaram após a crise de 1920 / 1921, processaram-se muito desigualmente e, mais de uma vez, foram interrompidas por crises parciais. Nos Estados Unidos, as crises parciais de superprodução tiveram lugar em 1924 e 1927. Na Inglaterra e na Alemanha, houve considerável queda da produção em 1926. Já após a crise de 1929 / 1933, não teve lugar a depressão habitual, mas uma depressão de tipo espacial, que não conduzia ao florescimento da indústria numa nova e mais elevada base, mas apenas a certa reanimação da produção. A produção industrial do inundo capitalista, em 1937, superou o nível de 1929 tão somente em 4%, sendo que em muitos países capitalistas (França, Itália, Bélgica e outros) não atingiu sequer o nível de 1929. Em meados de 1937, iniciou-se

no mundo capitalista uma nova crise econômica que surgiu nos Estados Unidos e depois se estendeu à Inglaterra, França e uma série de outros países.

O volume total da produção industrial no mundo capitalista, em 1938, foi de 9% inferior ao de 1937, sendo que nos Estados Unidos foi de 21%; na Inglaterra, em 6%; na França, em 7%. Em relação a 1929, o volume total da produção industrial, em 1938, era o seguinte: nos Estados Unidos, 81,4%; na França, 76,1%; na Itália, 98,5%.

A crise de 1937 / 1938 distinguiu-se da crise de 1929 / 1933, em primeiro lugar, porque não surgiu após uma fase de florescimento da indústria, como aconteceu em 1929, mas após certa reanimação. Além disso, a crise de 1937 / 1938 sofria a influência da militarização da economia que se desenvolvia numa série de países. Ela surgiu no período em que o Japão desencadeava a guerra na China. A Alemanha e a Itália trasladavam sua economia para os trilhos da economia de guerra e quando muitos outros países capitalistas se reorganizavam de modo militarizado. Em consequência disso, a crise de 1937 / 1938 não abrangeu uma série de países (Alemanha, Itália, Japão). A crise foi interrompida pela Segunda Guerra Mundial.

Nas condições da crise geral do capitalismo, tornam-se mais frequentes e mais profundas as crises agrárias. Em seguida à crise agrária dos anos de 20, iniciou-se, em 1928, uma nova e profunda crise agrária que durou até a Segunda Guerra Mundial. A superprodução relativa de produtos agrícolas provocou uma forte queda dos preços, o que piorou a situação do campesinato.

Nos Estados Unidos, em 1921, o índice de preços para os granjeiros baixou a 58,8% com relação ao nível de 1920 e, em 1932, a 43,9%, com relação ao nível de 1928. A produção agrícola, nos Estados Unidos, reduziu-se, em 1934, a 70,7%, com relação ao nível de 1928 e a 69,9%, com relação ao nível de 1920. Caíram os ingressos dos camponeses.

A decomposição do capitalismo, no período da sua crise geral, manifesta-se na redução geral dos ritmos de crescimento da produção. Os ritmos médios anuais de crescimento da produção industrial do mundo capitalista foram os seguintes: no período de 1890 a 1913, 3,7%; no período de 1913 a 1958, 2,4%. Ao mesmo tempo, acentuou-se fortemente a desigualdade de desenvolvimento da produção capitalista.

No período da crise geral do capitalismo, a burguesia monopolista, ao esforçar-se para deter a bancarrota do sistema capitalista e conservar o seu domínio, leva a efeito um ataque ao nível de vida e aos direitos democráticos dos trabalhadores, implantando métodos policiais de governo. Intensifica-se, em todos os principais países capitalistas, o desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado.

Como não se encontrasse em condições de dominar pelos velhos métodos do parlamentarismo e da democracia burguesa, numa série de países, Itália, Alemanha, Japão e alguns outros, a burguesia estabeleceu regimes fascistas.

O *fascismo* é a ditadura terrorista aberta dos grupos mais reacionários e agressivos do capital financeiro. O fascismo estabelece como fim, internamente, destruir a organização da classe operária e esmagar todas as forças progressistas, ao passo que, externamente, o seu fim é preparar e desencadear a guerra de conquista pelo domínio mundial. O fascismo alcança esses fins por métodos de terror e de demagogia social.

A crise econômica mundial de 1929 / 1933 e a crise de 1937 / 1938 conduziram ao brusco agravamento das contradições, tanto dentro dos países capitalistas, como entre eles. Os Estados imperialistas buscaram a saída destas contradições no caminho da preparação da guerra por uma nova redivisão do mundo



#### **4.24 A Segunda Guerra Mundial e o Início da Segunda Etapa da Crise Geral do Capitalismo**

A ação da lei da desigualdade do desenvolvimento dos países capitalistas, no período após a Segunda Guerra Mundial, conduziu a uma nova e brusca violação do equilíbrio dentro do sistema capitalista mundial.

A distribuição de esferas de influência entre os países imperialistas, que se formou como resultado da Primeira Guerra Mundial, mostrou-se ainda mais instável do que a existente antes daquela guerra. O papel da Inglaterra e da França na produção industrial mundial reduziu-se consideravelmente e pioraram suas posições no mercado capitalista mundial. Os monopólios americanos se enriqueceram fortemente no tempo da guerra, ampliaram sua potência produtiva e passaram ao primeiro lugar no mundo capitalista. Tendo sido derrotada na Primeira Guerra Mundial, a Alemanha restabeleceu rapidamente sua indústria pesada, com a ajuda dos empréstimos americanos e ingleses, passando a exigir a redivisão das esferas de influência. O Japão entrou no caminho da agressão contra a China. A Itália iniciou a luta pela conquista de uma série de possessões coloniais alheias.

Formaram-se, no mundo capitalista, dois campos imperialistas hostis: de um lado, a Alemanha, a Itália e o Japão, que apresentavam um programa de novas conquistas; do outro lado, os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, que temiam pela integridade de suas esferas de influência. A luta entre estes dois campos conduziu, no final de contas, à Segunda Guerra Mundial.

A Segunda Guerra Mundial, preparada pelas forças da reação imperialista internacional, foi desencadeada pelo bloco das potências fascistas: a Alemanha, o Japão e a Itália. No período de pré-guerra, os círculos dirigentes dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França, aspirando a dirigir a agressão do fascismo germânico e do imperialismo nipônico contra a União Soviética, favoreceram de todos os modos os agressores e os estimularam a desencadear a guerra, entretanto, o imperialismo germânico iniciou a guerra, em primeiro lugar, contra a França, a Inglaterra e uma série de outros Estados da Europa. Somente após alcançar êxitos

na guerra e ocupar uma série de países europeus é que a Alemanha atacou a União Soviética.

Pelas proporções das ações de guerra, pela quantidade de forças armadas e volume de aplicação da técnica militar, pela quantidade de vítimas humanas e pela escala de destruição de valores materiais, a Segunda Guerra Mundial ultrapassou de longe a Primeira.

As despesas militares diretas dos Estados beligerantes atingiram aproximadamente mil bilhões de dólares, sem que aí se incluam os danos resultantes de destruições causadas por ações de guerra. A economia e a cultura de muitos povos da Europa e da Ásia sofreram enormes perdas com a gestão rapinante dos ocupantes germano-fascistas e japoneses.

A guerra contribuiu para o ulterior desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado. Toda uma série de medidas estatais ligadas à guerra conduziu a um enriquecimento ainda maior dos magnatas do capital financeiro, ao crescimento dos seus elevados lucros monopolistas.

A este fim, serviram medidas tais como:

As encomendas militares de bilhões, em condições excepcionalmente vantajosas, aos maiores monopólios;

A transferência aos monopólios, por preço ínfimo, de empresas estatais;

A distribuição de matérias-primas raras e de força de trabalho no interesse das companhias dirigentes;

O fechamento coercitivo de centenas e de milhares de pequenas empresas ou a sua subordinação a umas poucas firmas da indústria de guerra.

As despesas de guerra das potências capitalistas beligerantes foram cobertas por meio de impostos, de empréstimos e da emissão de papel-moeda. Em 1943 e 1944, os impostos absorveram, nos principais países capitalistas (Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha), aproximadamente 35% da renda nacional.

A inflação provocou o enorme crescimento dos preços. O prolongamento do dia de trabalho, a militarização do trabalho, o aumento da carga tributária e da carestia da vida, a queda do nível de consumo, tudo isto significava uma intensificação ainda maior da exploração da classe operária e das massas fundamentais do campesinato.

Os monopólios obtiveram, no tempo da guerra, lucros fabulosos. Os lucros dos monopólios norte-americanos cresceram de 3,3 bilhões de dólares em 1938 a 17 bilhões em 1941, 20,9 bilhões em 1942, 24,6 bilhões em 1943 e 23,3 bilhões em 1944. Enormes lucros obtiveram, nos anos de guerra, os monopólios da Inglaterra, França, Alemanha fascista, Itália e Japão.

No tempo da guerra e no período de após-guerra, cresceu ainda mais a onipotência econômica e política dos monopólios nos países capitalistas. Ampliaram-se, em particular, as escalas de operações dos monopólios norte-americanos, como a United States Steel, o consórcio químico Dupont, as firmas de automóveis General Motors e Chrysler, o monopólio eletrotécnico General Electric e outros. O consórcio General Motors, por exemplo, chegou a possuir 102 fábricas nos Estados Unidos e 33 em 20 outros países. Nestas empresas, estavam empregados meio milhão de operários.

Graças à luta heroica do povo soviético, da URSS, graças ao ascenso do movimento anti-imperialista de libertação nacional na Europa e na Ásia, a Segunda Guerra Mundial terminou na completa derrota dos Estados fascistas pelas forças armadas dos países da coalizão anti-hitlerista.

Apesar dos cálculos dos imperialistas a respeito do aniquilamento ou do enfraquecimento do Estado soviético, este saiu da guerra mais forte, com a sua autoridade internacional acrescida. A Grande Guerra Pátria da União Soviética demonstrou a força e o poderio da primeira potência socialista do mundo, a superioridade do regime social e estatal socialista.

No período da Segunda Guerra Mundial, iniciou-se a *segunda etapa da crise geral do capitalismo*, implicando em ulterior aprofundamento desta crise. Os traços principais que caracterizam a segunda etapa da crise geral do capitalismo são os seguintes:

1) Afastamento do sistema capitalista de uma série de países da Europa, da Ásia e formação do sistema socialista de economia mundial;

2) Brusco agravamento da crise do sistema colonial do imperialismo, fazendo culminar a desagregação deste sistema.

#### **4.25 Desagregação do Sistema Colonial do Imperialismo**

Na segunda etapa da crise geral do capitalismo, aguçou-se bruscamente a crise do sistema colonial.

A Segunda Guerra Mundial desnudou as chagas do colonialismo, submeteu os povos dos países escravizados a sérias provas e, ao mesmo tempo, dissipou o mito da onipotência dos países colonialistas. Ainda no tempo da guerra, intensificou-se fortemente a luta nacional-libertadora dos povos do mundo colonial. A derrota das forças armadas dos imperialismos alemão e japonês criou uma situação nova, favorável ao êxito dessa luta.

Em tal situação histórica, o movimento de libertação nacional dos povos oprimidos adquiriu novos traços distintivos. No curso da luta dos povos coloniais, cresceu o papel do proletariado e de sua vanguarda, os partidos comunistas e operários, o que teve grande importância para o êxito do movimento de libertação nacional, orientado para a expulsão dos imperialistas e a realização de transformações democráticas. Numa série de países, foi criada uma frente única nacional democrática, fortalecendo a aliança operário-camponesa na luta anti-imperialista. Em alguns dos países escravizados, o desenvolvimento do movimento

de libertação nacional levou à prolongada luta armada das massas populares contra os colonizadores.

Como resultado do poderoso ascenso da luta nacional-libertadora nos países coloniais e dependentes, processa-se, de fato, *a desagregação do sistema colonial do imperialismo*.

A desagregação do sistema colonial do imperialismo caracteriza-se, antes de tudo, pelo rompimento da frente imperialista numa série de países coloniais e semicoloniais, que se afastaram do sistema imperialista mundial e estabeleceram um regime de democracia popular. Como já foi dito, a frente imperialista mundial foi rompida na China, na Coreia e no Vietnã. A grandiosa vitória da revolução popular na China exerceu imensa influência em toda a retaguarda do imperialismo, em conjunto.

A desagregação do sistema colonial do imperialismo se caracteriza, além disso, pelo fato de que os povos de muitos outros países coloniais e dependentes alcançaram a libertação do regime colonial e entraram no caminho do desenvolvimento independente e soberano. Sob a pressão do movimento nacional-libertador, o imperialismo inglês foi obrigado a reconhecer a independência estatal da Índia e do Paquistão. Ao lado destes, libertaram-se do regime colonial a Indonésia, a Birmânia e o Ceilão. Alcançou o reconhecimento da independência estatal uma série de países do Oriente árabe e da África do Norte, como o Egito, Síria, Sudão, Líbia, Tunísia, Marrocos, Iraque e outros. Os povos de todos estes países conduziram a luta pelo contínuo fortalecimento da independência estatal, pela sua independência econômica, pela criação de uma economia nacional própria, pela liquidação das pesadas consequências da prolongada administração dos colonizadores, os quais condenaram tais países ao atraso econômico e cultural.

Para a conquista destes fins, são necessárias, antes de tudo, a libertação do domínio dos monopólios estrangeiros e a eliminação das sobrevivências feudais. Uma sólida base econômica da independência estatal dos países subdesenvolvidos pode ser somente a grande indústria própria, em particular a indústria pesada. A

industrialização dos países subdesenvolvidos tem importância decisiva para a libertação do domínio dos monopólios alienígenas, para o ascenso da economia nacional.

Para a solução da difícil tarefa da industrialização, os países subdesenvolvidos dispõem de grandes recursos internos, que, nas condições da escravização colonial, não podiam ser aproveitados. Existem, nestes países, riquíssimas reservas hidrelétricas, de matérias-primas minerais, de combustíveis e colossais reservas de força de trabalho não utilizada.

Condição necessária para o ascenso da economia nacional, nos países subdesenvolvidos, é a promoção de profundas transformações agrárias, cuja essência consiste na liquidação da propriedade feudal da terra, a distribuição de terra aos camponeses sem terra ou com pouca terra, e a liquidação de todas as sobrevivências do feudalismo. Sob a pressão dos movimentos camponeses, foram realizadas, numa série desses países, reformas agrárias orientadas para a liquidação ou a restrição da posse feudal da terra.

Grande importância, no desenvolvimento da economia nacional desses países, possui a propriedade estatal de empresas industriais e de transporte, criada através da construção de novas usinas, estações elétricas, ferrovias, etc., à custa do orçamento estatal ou da nacionalização de empresas pertencentes ao capital estrangeiro.

Nas condições em que se conserva a propriedade privada capitalista dos meios de produção, estando no poder a burguesia nacional, as medidas para o desenvolvimento da propriedade estatal e para a regulação estatal da economia são medidas de caráter estatal-capitalista. O capitalismo de Estado, nos países subdesenvolvidos que conquistaram a independência política, representa um capitalismo de Estado de tipo especial. Tal capitalismo de Estado diferencia-se do capitalismo monopolista de Estado nos países capitalistas desenvolvidos, em que o poder está com a burguesia imperialista.

O capitalismo de Estado dos países subdesenvolvidos representa um fenômeno progressista, uma vez que é dirigido contra o imperialismo e solapa as raízes econômicas do domínio do capital monopolista alienígena.

Em consequência da desagregação em processo do sistema colonial do imperialismo, no decurso do período de após-guerra, libertaram-se da dependência colonial e semicolonial mais de 1 bilhão e 400 milhões de pessoas, ou seja, quase a metade da população do globo terrestre.

Os povos que ainda permanecem na dependência colonial e semicolonial intervêm, cada vez mais ativamente, contra o domínio imperialista. À luta de libertação nacional, se incorporaram os povos da África negra (Madagascar, Quênia), os mais oprimidos pelo jugo imperialista. Um novo Estado independente, Gana, surgiu no lugar da antiga colônia britânica, a Costa do Ouro. A Inglaterra foi obrigada a proclamar a independência da Malaia. Cresceu a resistência aos imperialistas em todos os países do Oriente Próximo e Médio. Luta prolongada e tenaz pela liberdade foi travada pelo povo da Argélia. Na América Latina, intensificou-se a luta contra a administração econômica e o jugo político da oligarquia financeira dos Estados Unidos. Séria derrota do imperialismo norte-americano foi o vitorioso desenvolvimento da luta de libertação nacional em Cuba, culminando com a derrocada da ditadura do agente americano Batista.

Encontram resistência crescente, por parte dos povos dos países subdesenvolvidos, as novas formas de colonialismo aplicadas pelos imperialistas, sobretudo pelos americanos, através de planos de longo alcance para subjugação dos povos, de concessão da chamada “ajuda econômica e militar” em condições leoninas, de penetração dos monopólios estrangeiros na economia dos países subdesenvolvidos.

#### **4.26 Acentuação da Desigualdade do Desenvolvimento Capitalista**

Tendo sido engendrada pela desigualdade de desenvolvimento dos países capitalistas, a Segunda Guerra Mundial conduziu a um posterior agravamento desta desigualdade. Três potências imperialistas, Alemanha, Itália e Japão sofreram a derrota militar. Grandes danos sofreu a França e a Inglaterra foi seriamente debilitada. Ao mesmo tempo, os monopólios dos Estados Unidos, tendo enriquecido durante a guerra, fortaleceram suas posições econômicas e políticas no mundo capitalista.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o território dos Estados Unidos não foi atingido por ações militares e sua economia não sofreu devastação de guerra. Ao mesmo tempo, o mercado de venda para os monopólios americanos ampliou-se enormemente. A guerra provocou uma procura gigantesca de armamentos e materiais de guerra. Juntamente com isto, os monopólios norte-americanos obtiveram a possibilidade de ocupar os mercados que pertenciam aos países da Europa ocidental, nas suas colônias e esferas de influência ultramarinas.

Aspirando ao estabelecimento do seu domínio mundial, os círculos monopolistas dos Estados Unidos desenvolveram uma ampla expansão econômica e política nos países capitalistas e nas colônias. Aproveitando-se do enfraquecimento dos seus concorrentes, os monopólios americanos foram os primeiros, nos anos de após-guerra, a ocupar considerável parte do mercado capitalista mundial. Aplicaram, em ampla escala, formas de capitalismo monopolista de Estado para a exportação de capital com fins de sujeição de países estrangeiros. Não se justificaram, porém, os cálculos da oligarquia financeira americana de estabelecimento do seu domínio no mercado capitalista mundial.

A guerra trouxe grandes danos à economia dos principais países da Europa ocidental, no território dos quais se processaram ações de guerra (Alemanha, França e Itália) ou cujo território foi submetido a golpes da aviação (Inglaterra), entretanto, após o término da guerra, a burguesia desses países, à custa da intensificação do grau de exploração dos trabalhadores, restabeleceu o aparelho



produtivo da indústria. Em virtude da estreiteza do mercado interno, aqueles países passaram a voltar-se fortemente para os seus mercados externos, que, nos anos da guerra, foram ocupados pelos monopólios norte-americanos. Logo após a guerra, tiveram os Estados Unidos de se chocar, no mercado capitalista mundial, com a crescente concorrência dos países da Europa ocidental, em primeiro lugar, a Inglaterra. A luta por mercados de venda ainda se aguçou mais em consequência de que, passados 5 a 6 anos após o término da guerra, entraram nesta luta os monopólios da Alemanha ocidental e do Japão.

A produção da indústria norte-americana, em 1943, superou em 2,2 vezes o nível de 1939, entretanto, nos principais países capitalistas da Europa ocidental, que sofriram com a guerra, a produção industrial, ao fim da guerra, se havia reduzido consideravelmente. Antes da guerra, os Estados Unidos produziam cerca de dois quintos de toda a soma da produção industrial do mundo capitalista, crescendo sua parte, nos primeiros anos de após-guerra, até três quintos, para cair depois para a metade. Ao mesmo tempo, o peso específico da Alemanha ocidental, na produção industrial do mundo capitalista, nos primeiros anos de após-guerra, era extremamente pequeno, passando depois a ocupar o segundo lugar, cedendo somente aos Estados Unidos. O peso específico da Alemanha ocidental, na produção capitalista mundial, passava posteriormente a duas vezes maior do que o peso específico da França, superando o peso específico da Inglaterra.

No tempo da guerra, a exportação norte-americana cresceu fortemente, à custa da queda violenta da exportação dos países europeus e, sobretudo, da Inglaterra. Em 1945, o peso específico da exportação dos Estados Unidos, na exportação total dos países capitalistas, representava 40,1% contra 12,6% em 1937, ao tempo em que o peso específico da Inglaterra caíra de 9,9% em 1937, a 7,4% em 1945, entretanto, após o término da guerra, como resultado do agravamento da luta no mercado mundial e do crescimento da exportação dos países europeus, o peso específico dos Estados Unidos na exportação dos países capitalistas caiu e representava 19% em 1958, enquanto o peso específico da Inglaterra era, no mesmo ano, de 9%.

A expansão do imperialismo norte-americano se apresentou, nos primeiros tempos, sob a bandeira da “ajuda para o restabelecimento do pós-guerra da Europa”. O Plano Marshall, que esteve em ação de 1948 a 1952, teve por fim colocar os países da Europa ocidental na dependência dos monopólios americanos, atraí-los à órbita da política agressiva dos círculos imperialistas dos Estados Unidos, forçar a militarização da sua economia. O Plano Marshall serviu de base para o Pacto do Atlântico Norte, dirigido contra os países socialistas e tendo por fim o estabelecimento do domínio mundial dos Estados Unidos. Após o término do prazo de ação do Plano Marshall, foi ele substituído pelo chamado programa de “garantia de segurança mútua”, através do qual a “ajuda” norte-americana só é concedida para a corrida armamentista e a preparação de uma nova guerra. Com isto, o imperialismo norte-americano pôs fora definitivamente a máscara de “restaurador” da economia dos países capitalistas.

Os monopólios norte-americanos se empenham, por todas as maneiras, para forçar a exportação de mercadorias a outros países do campo capitalista, aproveitando, com este fim, tanto as condições leoninas dos empréstimos que lhes concedem, como o *dumping* aberto. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos defendem, de qualquer maneira, o seu mercado interno da importação de mercadorias estrangeiras, estabelecendo direitos alfandegários extraordinariamente altos sobre tais mercadorias. Este caráter unilateral do comércio exterior norte-americano engendrou, nos outros países capitalistas, um crônico déficit de dólares, ou seja, a insuficiência de dólares para o pagamento de mercadorias importadas dos Estados Unidos.

A expansão econômica dos Estados Unidos conduz ao rompimento dos laços econômicos multilaterais que se formaram historicamente entre os países. O imperialismo norte-americano impede, por todas as maneiras, que os países da Europa ocidental realizem um comércio vantajoso para eles.

Nos anos após a Segunda Guerra Mundial (1946 / 1956), a exportação dos Estados Unidos foi em média de 14 bilhões de dólares por ano e a importação somente de 9 bilhões. Os Estados Unidos importaram dos países da Europa ocidental, em média,

1,5 bilhões de dólares por ano, exportando para tais países uma soma superior a 4 bilhões. Durante 11 anos, a diferença entre a exportação dos Estados Unidos para os países da Europa ocidental e a importação procedente destes países para os Estados Unidos foi de 28 bilhões de dólares.

A acentuação da desigualdade do desenvolvimento dentro do campo imperialista, que se estreita, conduz inevitavelmente ao ulterior crescimento das contradições entre os países capitalistas, entre a Inglaterra e os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, a Inglaterra e a Alemanha ocidental, entre a Alemanha ocidental e os Estados Unidos, bem como entre a Alemanha ocidental e a França, entre o Japão e os Estados Unidos, etc..

Tais contradições se manifestam na luta aberta entre os imperialistas dos diferentes países por mercados de venda, fontes de matérias-primas (sobretudo petróleo, borracha, metais não ferrosos e raros), por esferas de influência em geral (na Europa ocidental, no Próximo e Extremo Oriente, na América Latina).

#### **4.27 Modificações no Curso do Ciclo Capitalista. Militarização da Economia dos Países Capitalistas**

A política dos monopólios norte-americanos, orientada no sentido da criação de barreiras artificiais que obstaculizam o restabelecimento e o desenvolvimento dos vínculos econômicos, historicamente formados, entre os países capitalistas, conduziu a um agravamento ainda mais acentuado da luta por mercados entre os países do campo capitalista.

A diminuição da esfera de domínio do capital não conduziu, em virtude da ação das leis da reprodução capitalista, à contração absoluta do mercado capitalista e à paralisação da ampliação da produção. Em comparação com o período de antes da guerra, o volume da produção industrial dos países capitalistas aumentou menos de duas vezes, constituindo em 1958 aproximadamente 196% em relação ao nível de 1937.

A base geral deste crescimento da produção foi a ação das forças internas no curso cíclico da reprodução capitalista, as quais determinam o movimento industrial da crise através das fases de depressão, reanimação e ascenso, a uma nova crise.

Após a guerra, apresentou-se, com particular agudeza, a exigência da renovação do capital fixo que não se renovara no decurso de longo período. A renovação do aparelho produtivo da indústria está indissolavelmente ligada ao progresso da técnica, impulsionado pela caça dos monopólios aos elevados lucros e pela corrida armamentista. Numa série de ramos, foi introduzido um novo equipamento, altamente produtivo, aplicando-se diferentes aperfeiçoamentos técnicos, introduzindo a automatização da produção. O rápido desenvolvimento da técnica moderna não refuta, porém, ainda mais destaca a agudeza das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção do capitalismo.

A decomposição do capitalismo se manifesta no fato de que o progresso técnico se realiza, em alto grau, desigualmente, atrasando-se extraordinariamente com relação às imensas possibilidades abertas pelo nível atual do desenvolvimento da ciência, da técnica e sendo aproveitado principalmente para fins guerreiros. Ao mesmo tempo, a renovação do capital fixo e o progresso técnico conduzem a uma ampliação do mercado de meios de produção, estando na base do crescimento do mercado capitalista. Uma nova circunstância que contribuiu para o aumento da procura de equipamentos foi o esforço dos países subdesenvolvidos para criar sua própria grande indústria.

Ao mesmo tempo, a ampliação da produção capitalista choca-se, em grau sempre crescente, com os estreitos limites do mercado, condicionados pela contradição entre a produção e o consumo, uma das manifestações da contradição fundamental do capitalismo.

Tendo permanecido imutável a base geral do curso cíclico da reprodução, o desenvolvimento da economia capitalista, na segunda etapa da crise geral do sistema capitalista, distingue-se por uma série de importantes particularidades.

Inclui-se entre estas particularidades, sobretudo, a influência extraordinariamente crescente da militarização da economia sobre o aumento das proporções da produção e, em geral, sobre o decurso do ciclo capitalista. Os monopólios dominantes e os Estados capitalistas, na sua aspiração a adiar a chegada da crise, utilizam toda uma série de meios que, como demonstra a prática, dão certo efeito temporário. Todavia, o traço comum destes métodos consiste em que não estão em condições de efetivamente curar a doença, mas podem apenas torná-la mais profunda.

No período do pós-guerra, os principais países capitalistas e em particular os Estados Unidos, entraram no caminho de inaudita corrida armamentista e de multilateral militarização da economia. Processou-se o ulterior crescimento do capitalismo monopolista de Estado. Considerável parte da renda nacional, em alguns países, um terço e mais passa pelos canais do orçamento estatal. Nos orçamentos estatais, cresceu consideravelmente o peso específico das despesas diretas e indiretas para a corrida armamentista. O crescimento dos orçamentos estatais é acompanhado pelo aumento dos seus déficits, pelo crescimento da dívida pública.

Durante os anos do pós-guerra (1946 / 1956), a soma total das despesas de guerra dos Estados Unidos, incluindo as despesas para o armamento dos países participantes da Organização do Pacto do Atlântico Norte e para a produção de bombas atômicas, superou 340 bilhões de dólares. As despesas militares diretas, nos Estados Unidos, em média, durante quatro anos (1953 / 1956) foram de cerca de 45 bilhões de dólares por ano, contra 887 milhões de dólares, ou seja 11% de todo o orçamento, no quadriênio anterior à Segunda Guerra Mundial. Na Inglaterra, as despesas de guerra cresceram de 159 milhões de libras esterlinas a 1.546 bilhão, constituindo mais de 34% de todo o orçamento, contra 17% no período de pré-guerra. Na França, as despesas de guerra em média absorveram, no mesmo período,  $1/2$  de todo o orçamento.

A militarização da economia é um negócio excepcionalmente lucrativo para os monopólios capitalistas. Segundo dados oficiais, evidentemente subestimados, os

lucros dos monopólios norte-americanos cresceram de 3,3 bilhões de dólares em 1938, a 43,4 bilhões em 1957, ou seja, em mais de 13 vezes. Durante 12 anos de pós-guerra, os lucros dos monopólios norte-americanos superaram os 437 bilhões de dólares. Na Inglaterra, os lucros das sociedades anônimas foram de 4,6 bilhões de libras esterlinas, contra 1 bilhão em 1938.

A militarização da economia provoca forte acentuação da distância entre a indústria pesada e a indústria leve. O desenvolvimento da produção industrial nos países capitalistas se processa, como regra geral, na indústria pesada e, sobretudo, naqueles ramos diretamente ligados à produção de armamentos. Pelo contrário, os ramos da indústria que trabalham para fins pacíficos atrasam-se consideravelmente.

Em muitos ramos da indústria de paz, observa-se prolongada estagnação e, numa série de casos, absoluta redução do volume da produção, como por exemplo, nas indústrias têxtil e de calçados de muitos países. Desta maneira, ainda nas condições de crescimento do volume da produção industrial, alguns países capitalistas crescem à custa de outros países e alguns ramos à custa de outros ramos. Nesta situação, agrava-se inevitavelmente a concorrência entre países capitalistas, entre determinados monopólios e grupos monopolistas.

Acompanhante inevitável da militarização da economia é a inflação. O colossal aumento das despesas de guerra, o crescimento da dívida pública, a ampliação da produção militar e a redução da produção civil trazem consigo a sobrecarga dos canais da circulação monetária com papel-moeda, cuja capacidade aquisitiva cai. A inflação é utilizada pelo Estado burguês para sobrecarregar os ombros dos trabalhadores com as despesas de guerra, para redistribuir a renda nacional em proveito dos capitalistas. A corrida armamentista de após-guerra, organizada pelos círculos imperialistas dos Estados Unidos e de outros Estados burgueses, conduziu ao crescimento da inflação.

Em princípios de 1958, nos Estados Unidos, a massa monetária em circulação havia crescido até 27,4 bilhões de dólares, contra 5,6 bilhões em 1937. Na Inglaterra, havia crescido até 1 bilhão e 850 milhões de libras esterlinas, contra 460 milhões em

fins de 1937. Na França, 3 trilhões e 343 bilhões de francos contra 94 bilhões de francos. Na Itália, 1 trilhão e 852 bilhões de liras contra 18 bilhões de liras.

A militarização da economia, acompanhada da inflação, conduz à intensificação da exploração da classe operária e do campesinato, ao aumento da carga tributária, à elevação dos preços dos objetos de consumo, ao crescimento da exploração dos povos dos países coloniais e dependentes.

Tudo isto restringe, em grau crescente, a capacidade aquisitiva da população, a sua procura de produtos industriais e agrícolas. Ao aprofundar a desproporção entre as possibilidades produtivas e a procura solvente da população, a militarização da economia leva inevitavelmente ao incremento das premissas da crise de superprodução. Os fatores militar-inflacionários, ou seja, a militarização da economia e a inflação que a acompanha, embora detenham temporariamente a explosão da crise, não podem eliminar ou limitar a ação das leis gerais da reprodução capitalista que condicionam a inevitabilidade das crises. A militarização da economia conduz a um agravamento ainda maior das insolúveis contradições da economia capitalista. Por conseguinte, o crescimento da produção, decorrente da corrida armamentista, não é crescimento sobre base econômica sadia. A economia capitalista mundial continua insegura e instável.

Além disso, uma particularidade do ciclo é o fato de que o movimento da produção nos diferentes países se distingue, como já foi dito acima, pela acentuada desigualdade e pelo desenvolvimento através de saltos. Nos Estados Unidos, o volume da produção industrial (em porcentagem com relação a 1929) foi de 103 em 1937, 215 em 1943, 153 em 1946 e 227 em 1958. Na Inglaterra, 124 em 1937, 117 em 1946, 182 em 1958. Na França, respectivamente 82,61 e 151. Na Itália, 99 e 72, 22. Na República Federal Alemã, 122,37 e 254. No Japão, 169,51 e 357. A desigualdade do desenvolvimento dos países capitalistas conduz à acentuação da desigualdade no movimento do ciclo capitalista mundial.

Como já foi dito, os Estados Unidos, principal país do capitalismo atual, conseguiu, graças a circunstâncias excepcionalmente favoráveis aos monopólios

norte-americanos, ainda no primeiro período da guerra, mais do que duplicar o volume da produção industrial. Às vésperas da guerra, existia, nos Estados Unidos, um desemprego em massa que abrangia milhões de homens, enquanto a indústria dispunha de reservas enormes de potência produtiva. Durante todo o decênio anterior à guerra, a indústria norte-americana trabalhou num nível baixo. No decurso de uma série de anos, o volume da produção foi consideravelmente inferior ao nível de 1929 e, somente em alguns anos, superou de modo insignificante aquele nível. A existência de enormes reservas de mão-de-obra não utilizada e de potência produtiva ociosa, nas condições da rápida ampliação dos mercados de venda em ligação com a guerra, deu aos monopólios norte-americanos a possibilidade de aumentar consideravelmente, em breve prazo, o volume da produção industrial.

Entretanto, logo após o término da guerra, assim que cessaram as encomendas do tempo de guerra, a indústria norte-americana foi obrigada a reduzir fortemente a produção. Em 1946, a produção industrial dos Estados Unidos já era em mais de um quarto inferior ao nível máximo atingido no tempo da guerra. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos ainda possuíam o monopólio de fato do mercado exterior do mundo capitalista, uma vez que os países da Europa ocidental não estavam em condições de restabelecer a exportação em proporções consideráveis.

Em seguida, em 1948 / 1949, surgiu uma crise econômica nos Estados Unidos. É significativo que, às vésperas da crise, em 1948, a produção norte-americana ainda não havia atingido o volume da produção do período de guerra, o nível de 1943. De outubro de 1948 a outubro de 1949, o volume da produção da indústria norte-americana caiu em 10%. Em comparação com o nível mais elevado de 1943, a produção industrial dos Estados Unidos, em 1949, era 33% mais baixa e o nível da construção de máquinas era 50% inferior. A redução da produção foi acompanhada por fenômenos de crise na circulação mercantil, no crédito, no comércio exterior. Entre esses fenômenos, figurara a acumulação de reservas de mercadorias, a queda dos giros comerciais, a forte redução da carga no transporte ferroviário, a queda da cotação das ações, o aumento do número de falências e a baixa do volume da exportação norte-americana.



O rápido crescimento das despesas militares, nos Estados Unidos e em outros países capitalistas, particularmente após o início da guerra na Coreia, constituiu estímulo temporário para a ampliação da produção, em primeiro lugar, da produção de armamentos e de outros materiais de guerra, mas o caráter unilateral desta reanimação condicionou a sua instabilidade e brevidade. Já em meados de 1953, iniciou-se nova crise nos Estados Unidos.

Em menos de um ano, de agosto de 1953 a abril de 1954, o volume da produção industrial dos Estados Unidos reduziu-se aproximadamente de 10%, o que levou à duplicação do número de desempregados totais, a uma onda de falências e a absorção das firmas menores pelos grandes monopólios. De abril a agosto de 1954, a produção industrial ficou detida no mesmo nível e, somente a partir de setembro, começou a crescer lentamente. Como consequência desse curso peculiar de desenvolvimento, durante o primeiro decênio do pós-guerra, a indústria norte-americana, em 1956, trabalhava num nível que não era mais do que 13% superior ao nível de 1943.

As crises de 1948 / 1949 e de 1953 / 1954, nos Estados Unidos, não se transformaram em crises econômicas mundiais, porque os principais países capitalistas da Europa, a este tempo, ainda não haviam terminado o restabelecimento de sua economia que sofrerá fortemente após a guerra. Nesses países, manteve-se uma conjuntura relativamente alta, provocada pela renovação do capital fixo e pela corrida armamentista. A produção industrial nos países da Europa ocidental, até 1957, ascendeu sem sérias quedas. Em 1958, em comparação com 1957, a produção industrial da Inglaterra caiu em 1,3% e o incremento da produção industrial da França reduziu-se de 1<sup>1</sup>/<sub>2</sub> vezes.

Países capitalistas tão antigos, como a Inglaterra e a França, encontraram-se, após o término da Segunda Guerra Mundial, diante de consideráveis destruições. No período entre as duas guerras, a economia destes países ficou estagnada, com pequenas oscilações em torno do nível de pré-guerra de 1913.

Assim é que o nível da produção industrial da Inglaterra era (em porcentagem de 1913) 98 em 1929, 114 em 1936 e 122 em 1937. O volume da produção industrial da França era (em porcentagem de 1913) 139 em 1929, 108 em 1936 e 114 em 1937.

Desde a crise de 1929, o aparelho produtivo dos ramos fundamentais da indústria, de fato, não se renovou. A necessidade de restabelecimento dos valores materiais, destruídos durante os anos de guerra, bem como a necessidade de renovação do capital fixo da indústria engendraram a procura e criaram o mercado para muitos ramos. Nesta base, a indústria da Inglaterra e da França conseguiram elevar o nível da produção no decurso do decênio do pós-guerra, em particular, nos últimos anos, entretanto, nestes países, parte considerável do crescimento da produção industrial recai sobre a produção de armamentos. As despesas militares diretas absorvem cerca de 12% da renda nacional da Inglaterra e cerca de 16% da renda nacional da França.

Por fim, nos países que foram derrotados na Segunda Guerra Mundial, na República Federal Alemã, Itália e Japão, o volume da produção industrial, em 1956, cresceu consideravelmente em comparação com o de 1929. Como consequência da Segunda Guerra Mundial, a sua produção caiu fortemente. Foi levado a efeito o restabelecimento da economia e o nível da produção de pré-guerra foi atingido na Itália, aproximadamente em 1948, na Alemanha ocidental em 1950 e no Japão em 1951 / 1952. O crescimento posterior da produção conduziu, nestes países, à considerável superação do nível de pré-guerra. Manifestou-se aqui, com força particular, a importância de um fator como a necessidade de renovação do capital fixo.

Assim, por exemplo, na Alemanha Ocidental, o volume total das inversões de capital (a preços comparados de 1950) cresceu contra o nível de 1950: em 1953, em 28%; em 1956, em 85%. Para efeito de comparação, é preciso dizer que o crescimento correspondente na Inglaterra e na França, em 1956, foi de 35% e na Suécia, de 27%.

As diferenças no movimento da conjuntura nos diversos países começam a diminuir e o desenvolvimento das fases do ciclo, violado pela guerra, começa a restabelecer-se.

Nos Estados Unidos, o ascenso da produção, que se seguiu à crise de 1954, atingiu o seu máximo no período entre dezembro de 1956 e meados de 1957. Em conjunto, do ponto superior, atingido em dezembro de 1956, ao ponto inferior, em abril de 1958, a produção industrial caiu, acentuadamente no que se refere à produção de meios de produção.

De fevereiro de 1957 a abril de 1958, a produção industrial, nos Estados Unidos, caiu quase em 14% e, em conjunto, durante 1958, aproximadamente em 6,5%, com relação a 1957. A crise lançou a produção industrial dos Estados Unidos, em 1958, ao nível de 1953. A partir de fins de 1958, a produção, nos Estados Unidos, começou lentamente a elevar-se. A crise econômica, que se iniciou nos Estados Unidos, passou a se estender a outros países. Este processo decorre muito desigualmente. Alguns países entraram em crise, como os Estados Unidos, a partir de fins de 1957 (Canadá, Bélgica, Noruega, Finlândia); outros, a partir do segundo ou do terceiro trimestres de 1958 (Inglaterra, Suécia, Holanda); e terceiros, do final de 1958 a princípios de 1959. Como resultado disso, a produção industrial, em 1958, em conjunto, comparada com a de 1957, caiu em alguns países: (no Canadá, em 2,5%; na Bélgica, em 6,5%; na Finlândia, em 5,2%; na Noruega, em 3,1%; na Inglaterra, em 1,3%). Em outros países, se manteve no nível de 1957: (Holanda, Suécia) e, em terceiros (Alemanha ocidental, Japão, Itália, França, etc.), cresceu com relação a 1957, embora de modo bem insignificante. Ao tempo em que nos Estados Unidos, a produção passou a elevar-se lentamente, numa série de outros países, em fins de 1958 e princípios de 1959, ou se mantém detida no mesmo lugar ou continua a se reduzir. A crise conduziu a um forte crescimento da capacidade ociosa das empresas, ao aumento do número de falências, à forte redução do volume do comércio exterior, ao enorme crescimento do desemprego.

A base profunda das dificuldades econômicas do capitalismo é a contradição do agravamento entre o crescimento da produção e os marcos limitados, estreitos, do

consumo da classe operária, das massas trabalhadoras da cidade e do campo. O crescimento da produção, acompanhado pelo progresso da técnica, conduz a uma acentuada intensificação do trabalho, ou seja, a extração de maior quantidade de trabalho de cada operário. A acentuação da exploração da classe operária pelos monopolistas, acompanhada da redução relativa da procura solvente, provoca inevitavelmente o agravamento do problema do mercado.

As forças internas da economia capitalista, que condicionam o crescimento da produção industrial, atuam cada vez mais fracamente. Os Estados capitalistas tentam evitar a crise através da multilateral militarização da economia e de outros métodos análogos de estímulo artificial da conjuntura, mas a ação destes fatores artificiais, como já vimos, não pode, em última instância, impedir as crises econômicas de superprodução. Daí, é claro como são inconsistentes as tentativas dos economistas burgueses de demonstrar o “florescimento” do capitalismo atual e refutar a teoria marxista das crises.

#### **4.28 Acentuação da Exploração da Classe Proletária dos Países Capitalistas**

Na segunda etapa da crise geral do capitalismo, processa-se a ulterior acentuação da exploração e a piora da situação da classe operária. A Segunda Guerra Mundial piorou fortemente a situação dos operários e a sua influência se fez sentir no decurso do período do pós-guerra. O capital monopolista transferiu para os ombros dos trabalhadores os efeitos destrutivos da guerra e da militarização da economia. A expansão exterior e a militarização da economia dos países capitalistas se realizam, em medida considerável, às custas da carga tributária que pesa sobre as massas populares. A inflação crescente conduz à elevação dos preços dos objetos de consumo.

Os monopólios procuram conseguir o “congelamento” do salário nominal, o que, nas condições de inflação e de crescimento da carga tributária, implica em baixa do salário real. A fim de superar a resistência do proletariado, os Estados capitalistas lançam mão de meios como uma rígida legislação antioperária, a “regulamentação”

governamental dos conflitos do trabalho e do salário, a limitação dos direitos dos sindicatos.

Nos Estados Unidos, os impostos diretos sobre a população, no ano orçamentário de 1956 / 1957, cresceram, em comparação com o ano orçamentário de 1937 / 1938, mesmo com o desconto da depreciação da moeda, quase 13 vezes. Nos países da Europa ocidental, onde, já antes da Segunda Guerra Mundial, a carga tributária era muito pesada, os impostos, no mesmo período, cresceram: na Inglaterra 2 vezes, na França 3 e na Itália 2 vezes.

Os preços no varejo de produtos alimentícios cresceram, segundo dados oficiais de 1957, em comparação com o nível do pré-guerra:

Nos Estados Unidos, mais do que 2 vezes;

Na Bélgica, mais do que 4 vezes;

Na Argentina, 12 vezes;

Na França, 26 vezes;

No Brasil, 16 vezes;

No Chile, 78 vezes;

Na Itália, 74 vezes.

Cresceram também fortemente os preços dos serviços e do aluguel de casa. Nos Estados Unidos, em 1957, o aluguel de casa da família operária aumentou quase 2,2 vezes em relação a 1939.

Na maioria dos países beligerantes, a guerra conduziu a uma queda violenta do salário real:

Na França, aproximadamente em 45 a 50% do nível de pré-guerra;

Na Alemanha ocidental, em 50%;

No Japão e na Itália, em 20 a 30%; etc..

No período do pós-guerra, sob a influência da luta da classe operária, processou-se, nesses países, lenta elevação dos salários, mas, em alguns deles, o salário ainda não atingiu o nível de pré-guerra. Assim, por exemplo, o salário real na França, em 1956 / 1957, representava 70 a 75% do nível de pré-guerra. Em ligação com o rápido crescimento dos preços, o salário marca passo no mesmo lugar ou mesmo baixou um tanto naqueles países, onde o salário real, em consequência da guerra, baixou muito pouco ou se manteve aproximadamente no período do pós-guerra, no nível de pré-guerra.

O crescimento do salário nominal não alcança o crescimento do custo de vida. Em ligação com a crise econômica, o salário passou a baixar depois de 1957. Mesmo segundo dados oficiais da estatística norte-americana, em abril de 1958, o salário real dos operários da indústria de transformação era 5% inferior ao do período correspondente de 1957. Na maioria dos países coloniais e subdesenvolvidos, o salário real é extremamente baixo e não alcança o nível de pré-guerra.

Importante instrumento de intensificação da exploração do proletariado é a utilização do progresso técnico pelos monopólios, em prejuízo dos interesses dos trabalhadores. A aplicação cada vez mais difundida do sistema de cadeia e a automatização da produção trazem consigo forte elevação da intensidade do trabalho e o crescimento do desemprego. Condenam dezenas e centenas de milhares de proletários à perda do emprego, acentuando a insegurança de sua existência.

Em 1956, no período glorificado pelos economistas burgueses como do chamado “ascenso estável”, apesar das enormes proporções da produção de guerra, o número de desempregados totais era, segundo dados oficiais:

De 2,8 milhões nos Estados Unidos;

De cerca de 800 mil, na República Federal Alemã;

De cerca de 2 milhões, na Itália;

De 640 mil, no Japão.

A nova crise econômica trouxe o brusco crescimento do desemprego. A quantidade média anual de desempregados totais, em 1958, foi a seguinte:

Nos Estados Unidos, 4.681 mil contra 2.936 mil em 1957;  
Na Inglaterra, respectivamente, 501 mil contra 347 mil;  
No Canadá, 432 mil contra 274 mil;  
Na Áustria, 123 mil contra 112 mil;  
Na Bélgica, 186 mil contra 126 mil;  
Na Holanda, 81 mil contra 41 mil.

Em princípios de 1959, na maioria dos países capitalistas, observou-se novo e forte crescimento do desemprego. Assim, em janeiro de 1959, o número de desempregados eram:

Nos Estados Unidos, era de 4.724 mil contra 4.494 mil em janeiro de 1958:  
Na Inglaterra, 666 mil contra 440 mil;  
Na França, 169 mil contra 100 mil;  
Na Áustria, 227 mil contra 208 mil;  
Na Noruega, 44 mil contra 39 mil;  
No Japão, 670 mil contra 530 mil;  
Na Finlândia, 21 mil contra 10 mil, etc..

O proletariado conduz uma luta cada vez mais tenaz e ativa contra o jugo capitalista. Comprovam-no, com particular clareza, as proporções do movimento grevista que cresceram consideravelmente em comparação com o período de antes da guerra.

Em onze países capitalistas (Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha ocidental, Japão, Canadá, Austrália, Suécia, Bélgica, Holanda e Argentina), no decurso de um decênio do pós-guerra (1945 / 1954), segundo dados oficiais subestimados, em comparação com o decênio de pré-guerra (1930 / 1939), a quantidade de trabalhadores grevistas aumentou de 21 milhões para 73 milhões; o número de greves cresceu de uma vez e meia, passando de 67 mil para 101 mil: a

quantidade de dias de trabalho perdidas, em consequência das greves, cresceu de 240 milhões a 672 milhões.

O ascenso da atividade da classe operária encontra sua expressão no fortalecimento dos sindicatos progressistas, unificados pela Federação Sindical Mundial, criada em 1945, no crescimento dos partidos comunistas e na ampliação da sua influência sobre as massas, no reforço da aspiração da classe operária à unidade de ação.

Uma parte da classe operária dos países altamente desenvolvidos, através de luta tenaz contra a exploração intensificada, conseguiu alcançar certa elevação do salário, embora, numa série desses países, como já foi dito, o salário real seja inferior ao nível de pré-guerra. Ao mesmo tempo, numa grande parte do mundo capitalista, particularmente nos países que se encontram sob o jugo do colonialismo, massas de milhões de trabalhadores vivem na miséria.

Os partidos comunistas e os sindicatos progressistas educam a classe operária no espírito da solidariedade proletária, no espírito da unificação de suas forças para a luta pela paz, pela democracia proletária e o socialismo.

#### **4.29 Acentuação da Opressão dos Monopólios na Agricultura, a Crise Agrária e a Ruína do Campesinato**

O aprofundamento da crise geral do capitalismo, após a Segunda Guerra Mundial, se caracteriza pela acentuação do domínio dos monopólios e do capital financeiro na agricultura, pelo agravamento da crise agrária, pelo crescimento da diferenciação, ruína e empobrecimento das massas fundamentais do campesinato.

O capital financeiro domina cada vez mais ampla e profundamente a agricultura. Os bancos hipotecários, em medida cada vez maior, utilizam o crédito, sob fiança da terra, para se apropriar das terras dos camponeses arruinados, dos seus



instrumentos de trabalho e de outros bens. Os bancos de crédito a curto prazo e as companhias de seguros cercam os camponeses com a rede do endividamento.

Os monopólios se enriquecem em todos os estádios da passagem dos produtos agrícolas do produtor ao consumidor. Estabelecendo baixos preços para os produtos comprados aos pequenos camponeses e elevando os preços no varejo, os monopólios se apropriam de considerável parte dos ingressos do campesinato. Recebem enormes lucros, à custa das massas fundamentais de camponeses, os monopólios ocupados com a reelaboração de produtos agrícolas (nas indústrias moageira, de carnes, de conservas e açucareira). As medidas do poder estatal, a política de impostos, as operações de compras e os diferentes tipos da chamada 'ajuda' à agricultura, levam a um enriquecimento ainda maior dos monopólios e a diferenciação do campesinato.

A ruína da massa de granjeiros é acompanhada pela ulterior concentração da terra em mãos dos grandes proprietários, que se apropriam, sob a forma de renda da terra, de uma parte cada vez maior dos ingressos dos granjeiros.

A exploração dos camponeses pelos monopólios se combina com numerosas sobrevivências da exploração servil e, sobretudo, com a parceria, sob a qual o arrendatário é obrigado a entregar, ao proprietário da terra, considerável parte da colheita pelo arrendamento da terra e dos instrumentos de trabalho.

Nos Estados Unidos, a parte das grandes e gigantescas economias, com área de mais de 500 acres, que constituíam em 1954, menos de 7% de todas as economias, cresceu na área total de 44,9% em 1940, a 57,3% em 1954, enquanto a parte das economias gigantes, com área superior a 1.000 acres, elevou-se neste período de 34,3% a 45,9%.

Segundo dados do censo de 1950, 44% de todas as economias (com uma produção mercantil no valor de 1.200 dólares) produziram menos de 5% de toda a produção mercantil, ou seja, conduziram uma economia de consumo primitiva, pouco produtiva, enquanto 103 mil grandes granjas (com uma produção mercantil no valor

de 25 mil dólares e mais), constituindo menos de 2% de todas as economias, davam 26% de toda a produção mercantil agrícola dos Estados Unidos.

Segundo dados do censo de 1954, 134 mil grandes granjas (com uma produção mercantil no valor de 25 mil dólares e mais), constituindo 2,8% de todas as economias, davam 31,3% de toda a produção mercantil agrícola dos Estados Unidos.

Na França, em 1956, as pequenas economias, com área até 10 hectares, constituindo 52,2% de todas as economias, pertenciam somente 15,7% de toda a terra cultivada, ao tempo em que 4,8% de grandes economias possuíam 30,4% da terra.

Na Alemanha ocidental, as pequenas economias com área até 5 hectares, que constituíam em 1949, 55,8% de todas as economias, possuíam somente 11% de toda a terra, ao tempo em que 0,7% de grandes economias possuíam 27,7% da terra.

A soma total da renda da terra cresceu, nos Estados Unidos, de 760 milhões de dólares em 1937, a 1,7 bilhão de dólares em 1954.

Na Itália, algumas centenas de latifundiários recebem anualmente 450 bilhões de liras de renda da terra, enquanto o salário de 2,5 milhões de jornaleiros agrícolas é de cerca de 250 bilhões de liras.

A dívida total dos granjeiros norte-americanos aos bancos e outras instituições de crédito cresceu, de 1946 a 1957, em 2,5 vezes, atingindo, a 1º de janeiro de 1958, a 20,2 bilhões de dólares. O imposto sobre os bens da população granjeira, em 1957, era 2,7 vezes superior ao de 1942.

A contínua diferenciação do campesinato e a ruína das economias granjeiras acentuam-se em consequência da crise agrária, que atingiu proporções muito amplas nos Estados Unidos e no Canadá. A crise agrária abrangeu também a

Argentina, a Austrália e uma série de países da Europa ocidental, da Ásia sul-oriental e da América Latina. Em certos países, a crise golpeou determinados ramos da agricultura. Na Itália e na França, atingiu a viticultura (cultivo das vinhas), na Grécia, afetou a cultura fumageira (cultivo do fumo) e nos países da Ásia sul-oriental, a rizicultura (cultivo do arroz).

Um traço distintivo da crise agrária nos principais países capitalistas consiste na superprodução de mercadorias agrícolas, sob as condições de redução da procura solvente entre os trabalhadores, em virtude do crescimento do desemprego, da elevação dos preços dos gêneros alimentícios no varejo, do ascenso do custo de vida.

Sobre a profundidade da crise agrária, testemunha o fato de que a superprodução de produtos agrícolas, numa série de países capitalistas, é consideravelmente maior do que no tempo da crise de 1929 / 1933. Assim, por exemplo, nos países transoceânicos, as reservas intermitentes de trigo superam o nível de 1929 / 1930 em 3,2 vezes. A fim de manter os preços inflacionados, os órgãos estatais compram enorme quantidade de cereais, de algodão, de batatas, de produtos pecuários.

Neste particular, a mais clara manifestação das contradições do capitalismo é a destruição de enormes massas de produtos agrícolas que não encontram escoamento e se acumulam sob a forma de reservas, enquanto se reduz o consumo das amplas massas trabalhadoras e os Estados capitalistas tomam medidas no sentido de “estimular” a redução da produção.

Em 1956, o Congresso dos Estados Unidos aprovou o programa do Banco da Terra sobre a redução da área cultivada em 20 milhões de hectares e de sua conversão em terras devolutas. Medidas para a redução da área semeada são tomadas no Canadá e na Austrália. A fim de diminuir as desmedidas reservas de gêneros alimentícios, os Estados Unidos exportam uma parte da produção por preços de *dumping*, consideravelmente inferiores ao preço de custo. Tal *dumping* ainda mais acentua a crise agrária nos outros países capitalistas.

No curso da crise agrária, processa-se a intensificação da concentração da produção capitalista. Nos principais países capitalistas, após a Segunda Guerra Mundial, aumenta a mecanização da agricultura, atingindo nível particularmente alto nos Estados Unidos, cresce a aplicação de adubos minerais, aperfeiçoam-se os métodos agrotécnicos nas grandes granjas produtoras da massa principal da produção mercantil. Enquanto isto, segundo dados de 1954, cerca de 47% das granjas, nos Estados Unidos, não possuíam tratores e conduziam uma economia semiconsumidora, pouco produtiva. A concentração da produção é acompanhada da ruína da massa de pequenas economias camponesas, em escala desconhecida no passado.

Assim, nos Estados Unidos, segundo dados da estatística corrente, de 1940 a 1958, arruinaram-se 1596 mil granjas, sendo que de 1950 a 1958 se arruinaram 894 mil. Em 1956, a renda líquida dos granjeiros norte-americanos, em comparação com a renda média anual de 1946 a 1948, reduziu-se, a preços constantes, em 6,5 bilhões de dólares, ou seja, em 40%.

Tudo isto dá testemunho da situação cada vez pior das massas fundamentais do campesinato nos países capitalistas.

#### **4.30 Deslocamentos na Correlação de Forças na Arena Internacional e a Possibilidade de Evitar uma Nova Guerra Mundial**

O ulterior aprofundamento da crise geral do capitalismo, após a Segunda Guerra Mundial, caracteriza-se, como foi dito, pelo agravamento de todos os antagonismos da sociedade capitalista. Manifesta-se, com vigor particular, a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção capitalistas, o que comprova a superação histórica do regime burguês.

O desenvolvimento atual da ciência e da técnica levou a humanidade a uma nova revolução técnica. Se o século XIX foi predominantemente o século do vapor, já o século XX, século da eletricidade, começa a se transformar agora em século da

energia atômica. A aplicação pacífica da energia atômica abre perspectivas imensas de ampliação do poder da sociedade humana sobre a natureza, ao passo que a automatização e outros métodos progressistas de produção pressagiam gigantescas possibilidades de alívio do trabalho e de elevação da sua produtividade, entretanto, sob o capitalismo, os novos métodos de produção se chocam com os mesquinhos interesses egoístas dos monopólios dominantes, o que engendra enormes dificuldades e agudos conflitos.

Índice claro da incapacidade do capitalismo de utilizar racionalmente, no interesse do desenvolvimento progressista da sociedade, as poderosas forças produtivas que crescem em suas entranhas, é o fato de que as magníficas conquistas da ciência e da técnica, nos países capitalistas, são orientadas principalmente para a preparação de novas lutas sangrentas que ameaçam a humanidade com calamidades e devastações desconhecidas na história.

Para a crise geral do capitalismo, que se agrava cada vez mais, os círculos reacionários da burguesia imperialista buscam uma saída pelo caminho do reforçamento da reação interna e da agressão externa. A este fim, servem os blocos de Estados imperialistas (NATO, SEATO e outros), organizados pelos agressores e dirigidos contra os povos socialistas, contra os países subdesenvolvidos que conquistaram a independência política ou lutam pela libertação do jugo do colonialismo.

Ao revelar as verdadeiras causas e a origem das guerras na época do imperialismo, o leninismo ensina que as guerras são o fruto de particularidades econômicas e políticas tão radicais do estágio monopolista do capitalismo, como o domínio dos monopólios, a exportação de capital, a luta imperialista por mercados de venda, fontes de matérias-primas e esferas de aplicação de capital, pela redivisão do mundo já dividido. Condicionada pelo domínio dos monopólios na economia, tem especial significação a luta das maiores potências capitalistas pelo domínio mundial, nas condições de forte agravamento da desigualdade do desenvolvimento econômico e político dos diferentes países.

A tese sobre a inevitabilidade das guerras na época do imperialismo foi apresentada por Lênin numa situação histórica, em que o imperialismo era um sistema que abrangia o mundo inteiro, enquanto as forças sociais não interessadas na guerra, em virtude do seu poder e grau de organização insuficientes, não podiam exercer a necessária oposição às aspirações dos imperialistas de desencadear guerras. Esta era a situação antes da Primeira Guerra Mundial. A força fundamental, que então lutava contra a guerra, o proletariado internacional, estava desorganizada pela traição dos líderes da II Internacional, o movimento operário no mundo capitalista estava cindido pelos agentes do imperialismo. Esta era a situação também antes da Segunda Guerra Mundial.

Além disso, as forças da paz cresceram em consequência do aparecimento, na arena mundial, dos Estados amantes da paz da Europa e da Ásia, que proclamam a não participação em blocos como princípio fundamental de sua política externa. Na arena internacional, formou-se ampla “zona de paz”, que abrange os Estados amantes da paz, socialistas e não socialistas, da Europa e da Ásia, com uma população que constitui a maior parte da humanidade.

O movimento proletário se tornou força imensa nos países capitalistas. A luta vitoriosa pela unidade de ação dos partidos políticos e das organizações sindicais da classe operária conduz ao crescimento da sua influência em todo o curso do desenvolvimento histórico. Surgiu e se converteu em poderoso fator o movimento dos partidários da paz que unifica centenas de milhões de pessoas em todos os países, inclusive muitos milhões nos países do capital. Sobre o terreno comum da defesa da paz e da segurança dos povos, unem-se os representantes de diversos grupos sociais, com diferentes concepções políticas e religiosas.

Nestas condições, existe a possibilidade real de evitar uma nova guerra, todavia, enquanto existir o imperialismo, conserva-se a base econômica para que surjam as guerras. As forças da reação internacional, que representam os interesses dos monopólios, visam a novas aventuras e agressões guerreiras. Tentam desencadear uma guerra mundial ainda mais destruidora com a utilização de armas atômicas, mas a impossibilidade total das guerras atualmente não existe.

Existem hoje poderosas forças sociais e políticas que se opõem ao desencadeamento da guerra pelos imperialistas. Para isto, é necessário que todas as forças que se manifestam contra a guerra, estejam vigilantes e mobilizadas, a fim de agir como frente e não enfraquecer sua luta pela conservação e a consolidação da paz.

As forças da paz e do socialismo crescem e se revigoram cada vez. Centenas de milhões de pessoas, em todo o mundo, se convencem cada vez mais de que o socialismo, como sistema social, é superior ao capitalismo, de que somente o socialismo abre pleno espaço para o desenvolvimento das poderosas forças produtivas modernas, no interesse de toda a sociedade, no interesse das massas trabalhadoras.

Nestas condições, tem a maior importância, para o crescimento do movimento comunista internacional, consolidar a unidade da classe proletária e de sua vanguarda, os partidos comunistas e operários, firmes na inquebrantável defesa dos princípios do internacionalismo proletário.

O internacionalismo proletário socialista é a base da solidariedade dos trabalhadores e da colaboração entre os povos, na defesa da sua independência das maquinações do imperialismo, na defesa da paz. O internacionalismo proletário ensina aos trabalhadores se unirem em cada país, para a luta contra o poder do capital, para assegurar a passagem à economia socialista. Ensina a classe operária e aos povos a desenvolver os vínculos da solidariedade internacional, com o objetivo de melhor conduzir a luta pela paz, de isolar e tornar inofensivos os provocadores de uma nova guerra.

O leninismo mostrou a especial importância que o princípio do internacionalismo proletário adquiriu no estágio monopolista do desenvolvimento do capitalismo. Neste estágio, de libertador de nações, como foi na luta contra o feudalismo, o capitalismo se converteu no maior escravizador e opressor de nações. A competição imperialista e os ávidos interesses do capital financeiro provocam guerras que põem em causa a própria existência das nações. O proletariado intervém como porta-bandeira da

libertação das nações, é ele quem expressa as justas aspirações nacionais de cada povo. A combinação do internacionalismo proletário com o verdadeiro patriotismo constitui uma fonte da força e da invencibilidade do movimento comunista.

#### **4.31 Cronologia das Crises Capitalistas Mais Graves, desde 1929**

A Revista Exame (Acesso em: 28 mar. 2020) apresenta uma relação das crises econômicas capitalistas mais graves, desde a Grande Depressão de 1929:

**1929: “O Crack de 29”.** A crise econômica mundial da década de 1930 foi precipitada pela queda dos preços no mercado agrícola nos EUA em 1928. eclodiu em 29 de outubro de 1929 quando, após três meses de quedas consecutivas da produção e dos preços, foram vendidas de forma desesperada 16 milhões de ações, o que afundou a Bolsa de Nova York. Depois do desastre de 1929, foi modificada a legislação básica da bolsa. Uma das leis fundamentais adotadas foi a “Securities Exchange Act” (1934), que acabou por criar a Comissão de Valores Mobiliários (SEC), órgão encarregado de supervisionar os mercados no país. Entre os objetivos da SEC estão facilitar informações ao público sobre os papéis e as empresas a serem contratados e garantir que abusos não sejam cometidos no pregão.

**1971: “O fim do sistema padrão-ouro”.** Os gastos excessivos dos EUA no exterior e a Guerra do Vietnã fizeram com que as reservas de ouro do país se reduzissem drasticamente. Com isso, o valor da moeda deixou de estar respaldada pelo metal. Por isso, e em meio a fortes especulações e fugas de capitais dos EUA, o então presidente Richard Nixon decidiu suspender a convertibilidade com o ouro e desvalorizou a moeda em 10%, algo que fez sem consultar os outros membros do Sistema Monetário Internacional. Dois anos depois, voltou a desvalorizar a moeda, colocando fim ao padrão-ouro. Começava a época do câmbio flutuante em função da evolução dos mercados de capital internacionais.



**1973: “O embargo do petróleo no conflito árabe-israelense”.** O corte de provisão dos Estados que compõem a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) na chamada primeira crise do petróleo, durante a Guerra do Yom Kippur, provocou o aumento de US\$ 2,50 a US\$ 11,50 na commodity em 1974. Isso elevou a fatura energética do Ocidente e gerou uma forte crise nos países mais industrializados. A partir dessa crise de preços, os países ocidentais dão início a políticas de diversificação e de economia de energia. Entre outras iniciativas de proteção, a Agência Internacional de Energia (AIE) é criada.

**1979: “A Revolução Iraniana”.** A derrocada do xá Mohammad Reza Pahlevi e a instauração da República Islâmica do Irã provocaram a segunda crise do petróleo, um novo colapso internacional. Embora as economias dos países ocidentais estivessem mais preparadas, já que haviam reduzido o consumo de petróleo, a queda na oferta provocou um longo período de preços extraordinariamente altos. A crise afetou, sobretudo, os países em vias de desenvolvimento, que, junto com o aumento de preço que tinham de pagar pela commodity e a inflação, tiveram que enfrentar um ciclo de crise financeira pela elevada dívida externa.

**1980: “Iraque invade Irã”.** O petróleo voltou a bater novos recordes em alta, chegando a US\$ 40 o barril, valor que não tinha sido superado em dez anos. Os altos preços levaram o Ocidente a produzir mais de seu próprio petróleo em áreas como o Mar do Norte.

**1987: “A Segunda-feira Negra”.** Em 19 de outubro de 1987, milhões de investidores se lançaram em massa a vender suas ações na Bolsa de Nova York devido à crença generalizada de gestão inadequada de informações confidenciais e à aquisição de empresas com dinheiro procedente de créditos. O Dow Jones caiu 508 pontos, somando 22,6% de baixa em um único pregão, superando os sucessivos recuos que provocaram a Grande Depressão e arrastando bolsas

européias e asiáticas. Isso trouxe como consequência uma intensificação da coordenação monetária internacional e dos principais assuntos econômicos.

**1994: “A crise do peso mexicano”.** Incapaz de manter a taxa de câmbio fixo em relação ao dólar, o Governo do México anunciou a desvalorização da moeda nacional. A falta de confiança na economia mexicana desencadeou uma grande saída de capital. Os créditos cessaram, a produção diminuiu e o desemprego aumentou mais de 60%. As consequências negativas sobre o resto da América Latina são batizadas de Efeito Tequila.

**1997: “A crise dos Gigantes Asiáticos”.** Em julho a moeda tailandesa se desvalorizou. Logo depois caíram as de Malásia, Indonésia e Filipinas, repercutindo também em Taiwan, Hong Kong e Coreia do Sul. O efeito desses recuos arrastou as outras economias da região, convertendo-se posteriormente na primeira crise em escala global. O FMI elaborou uma série de pacotes de resgate para salvar as economias mais atingidas e promoveu várias reformas estruturais.

**1998: “A crise do rublo”.** O sistema bancário da Rússia entrou em colapso, com uma suspensão parcial de pagamentos internacionais, a desvalorização da moeda e o congelamento de depósitos em divisa estrangeira. O FMI concedeu vários créditos multimilionários para evitar a queda livre do rublo e que os danos fossem irreparáveis no mercado internacional.

**2000: “A crise das pontocom”.** Os excessos da nova economia deixaram um rastro de quebras, fechamentos, compras e fusões no mundo da internet e das telecomunicações, e também um grande buraco nas contas das empresas de capital de risco. Em 10 de março, o principal índice da Nasdaq, máximo expoente da nova economia e do êxito das empresas de tecnologia, fechou em 5.048,62 pontos, recorde histórico. Em apenas três anos, a crise apagou do mapa quase cinco mil

companhias e algumas das maiores corporações do setor de telecomunicações, vítimas dos maiores escândalos contábeis da história. O Federal Reserve (Fed, banco central americano) respondeu com uma redução de 0,5 ponto na taxa básica de juros.

**2001: “As Torres Gêmeas”.** Os atentados de 11 de setembro de 2001 contra as Torres Gêmeas em Nova York e o Pentágono em Washington, que deixaram um balanço de cerca de três mil mortos, provocaram também queda nas bolsas. O índice Nikkei de Tóquio caiu mais de 6%, e os pregões europeus tiveram fortes recuos que levaram os investidores a buscar refúgio no mercado do ouro e em bônus do Tesouro americano. O Fed também respondeu à crise com cortes dos juros, na campanha mais forte de sua história nesse sentido.

**2001-2002: “A crise argentina”.** O Governo não possuía fundos para manter a paridade fixa do peso ante o dólar e, perante a saída de capitais, impôs restrições à retirada de depósitos bancários, uma medida conhecida como Corralito. Em dezembro de 2001, Buenos Aires suspendeu o pagamento da dívida, de quase US\$ 100 bilhões. Em janeiro de 2002, o presidente Eduardo Duhalde se viu obrigado a terminar com a paridade e transformou em pesos os depósitos bancários em dólares.

**2008-2009: “A Grande Recessão”.** Os EUA sofreram a maior crise financeira desde os anos 1930, consequência de um relaxamento na avaliação do risco. O mau momento contagiou o resto do mundo. O detonante foi a explosão de uma enorme bolha imobiliária, que revelou que os bancos tinham estendido hipotecas lixo (subprime) a pessoas sem condições de pagá-las, com a expectativa de que o preço dos imóveis seguisse subindo. As hipotecas foram transformadas em títulos e vendidas nos mercados, o que gerou centenas de bilhões de dólares de prejuízo aos investidores. O presidente George W. Bush criou um programa de resgate financeiro de US\$ 700 bilhões. Ele e seu sucessor, Barack Obama, usaram o dinheiro para

resgatar bancos, seguradoras e montadoras. Obama impulsionou também um plano de estímulo de US\$ 787 bilhões para revitalizar a economia, com investimentos especialmente em construções e educação, ajudas aos desempregados e subsídios às energias alternativas. Ao mesmo tempo, Obama promoveu a maior reforma financeira desde os anos 1930 em nível nacional, complementada com uma iniciativa para endurecer as normas bancárias internacionalmente.

**2009-2010: “A crise da dívida na Europa”.** O novo Governo da Grécia reconhece que o déficit do país é muito superior ao revelado anteriormente, o que altera o interesse nos mercados por seus bônus. União Europeia (UE) e FMI negociam durante meses um programa de ajuda, enquanto os investidores continuam castigando a Grécia. E, em maio, finalmente aprovam um plano de resgate dotado de 110 bilhões de euros (US\$ 140 bilhões) para os próximos três anos. Então, os mercados já começam a duvidar da capacidade de outros países europeus de pagar sua dívida. O contágio da ansiedade afeta em particular Portugal, Espanha, Irlanda e Itália, e afunda o valor do euro. A UE age e anuncia, ainda em maio, que mobilizará 750 bilhões de euros para apoiar a dívida de qualquer país da zona de moeda única. O Banco Central Europeu (BCE) inicia a compra de bônus soberanos dos países-membros

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS – INSTITUTO DE ECONOMIA. **Manual de economia política**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda, 1961.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global Editora, 1979.

REVISTA EXAME. **Cronologia das crises mais graves, desde 1929**. Disponível em:<<https://exame.abril.com.br/mundo/cronologia-criSES-mais-graves-1929572924/>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

## **APÊNDICE – Sobre a organização de textos**

Ivan Barbosa Hermine é natural de Belo Horizonte, MG, nascido em 1947. Ingressou na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) em 1966, cursando Sociologia e Política até 1968, 3º ano, sem concluir o curso, então instalado no Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Filosofia da UFMG.

Iniciou o curso de Pilotagem de Aeronaves em 1968 no Aeroclube de Lagoa Santa, MG. Trabalhou em várias empresas do ramo e se aposentou, em 1993, na função de comandante de aeronaves na empresa VASP (Viação Aérea São Paulo). Na área profissional, desempenhou as funções de Instrutor de Voo e Checador (check pilot - examinador de voo) pelo DAC, Departamento de Aviação Civil, habilitando-se no Instituto de Aviação Civil, vinculado ao DAC e Ministério da Aeronáutica. Exerceu também a Chefia de Treinamento nas áreas de Ensino e Operações de Voo em empresa aérea.

Na função de Comandante Mor (Master) de Linhas Aéreas, efetuou voos nacionais e internacionais, tendo realizado cursos especiais nas empresas Boeing e McDonnell Douglas nos EUA, Finnair na Finlândia, Aerolíneas Argentinas na Argentina e Fast Air (Grupo Lan Chile) no Chile.

É Bacharel em Aviação Civil pela Universidade Anhembi Morumbi de São Paulo, com habilitação nas áreas de Pilotagem de Aeronaves e Gestão de Empresas Aéreas. Autor de trabalho de pesquisa em Teoria de Voo (aerodinâmica) de Avião para Pilotos. Pós-graduado em Segurança de Voo.

Na atividade de professor universitário, lecionou as matérias Teoria de Voo de Avião, Aerodinâmica de Alta velocidade, Pesos, Balanceamento e Conhecimentos Técnicos (Aeronaves e Motores) no Curso Superior de Aviação Civil, contribuindo na formação de pilotos de aeronaves e gestores de empresas aéreas e aeroportos.

Foi Dirigente Sindical por dois mandatos: Vice-Presidente Nacional e Delegado Sindical, em São Paulo, pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas, de 1980 a 1986; Delegado Sindical junto à CONCLAT (Conferência da Classe Trabalhadora) em 1981 e no CONCLAT (Congresso da Classe Trabalhadora) de 1983, quando da criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores). De 1990 a 1992, cumpriu o mandato de Presidente da APVASP, Associação de Pilotos da VASP ( Viação Aérea São Paulo ).

Militante do PCB desde 1985, tendo se retirado das atividades partidárias, em novembro de 2019, por motivo de saúde (restrição visual), mantidas a filiação e colaboração, no que for possível.

Integrante da 22ª turma do NEP 13 de Maio, Núcleo de Educação Popular.

## **ÍNDICE GERAL DA OBRA**

ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL I / VIII  
1 OBJETO DA ECONOMIA POLÍTICA

ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL II / VIII  
2 MODOS DE PRODUÇÃO PRÉ-CAPITALISTAS

ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL III / VIII  
3 CAPITALISMO PRÉ-MONOPOLISTA

ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL IV / VIII  
4 CAPITALISMO MONOPOLISTA – O IMPERIALISMO

ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL V / VIII  
5 DOCTRINAS ECONÔMICAS DA ÉPOCA DO CAPITALISMO

ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL VI / VIII  
6 PERÍODO DE TRANSIÇÃO DO CAPITALISMO AO SOCIALISMO

ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL VII / VIII  
7 O MODO DE PRODUÇÃO SOCIALISTA

ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL VIII / VIII  
8 FORÇAS PRODUTIVAS E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NA CHINA